UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

TÂNIA CORGHI VERÍSSIMO

**Interfaces psicanalíticas no Mal de Arquivo:
o mal como sustentação de contrários e a pulsão arquiviolítica como “além do além” do
princípio do prazer**

São Paulo
2019

TÂNIA CORGHI VERÍSSIMO

**Interfaces psicanalíticas no Mal de Arquivo:
o mal como sustentação de contrários e a pulsão arquiviolítica como “além do além” do
princípio do prazer**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Endo.

São Paulo
2019

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Corghi Veríssimo, Tânia

Interfaces psicanalíticas no Mal de Arquivo: o mal como sustentação de contrários
e a pulsão arquiviolítica como "além do além" do princípio do prazer / Tânia Corghi
Veríssimo; orientador Paulo César Endo. -- São Paulo, 2019.

164 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo,
2019.

1. Mal de arquivo. 2. Desconstrução. 3. Memória. 4. Psicanálise. 5. Pulsão
arquiviolítica. I. Endo, Paulo César, orient. II. Título.

Nome: VERÍSSIMO, Tânia Corgi

Título: Interfaces psicanalíticas no Mal de Arquivo: o mal como sustentação de contrários e a pulsão arquiviolítica como “além do além” do princípio do prazer

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Paulo César Endo, meu orientador, pela parceria ao longo desta construção, pela abertura e confiança em minha escrita e, sobretudo, por sua aposta em minha capacidade de desenvolver esta pesquisa.

Aos arguidores presentes na banca de qualificação e defesa, Paulo Henrique Fernandes Silveira, Ivan Ramos Estêvão e Miriam Chnaiderman, por suas leituras e questionamentos atenciosos que certamente contribuíram para a abertura de novos caminhos a esta investigação.

Aos queridos colegas do grupo de orientação que, em diferentes tempos e configurações, me incentivaram nas tomadas de rumos e ideias até chegar à consolidação desta pesquisa. Agradeço especialmente ao Luciano Bregalanti Gomes, Paulo Kohara, André Costa, Lilian Carbone, Lucas Torrisi e Flávia Gleich.

Aos colegas pesquisadores do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (GPDH/IEA-USP).

À Sandra Sadini, secretária do IEA-USP que, neste ano de 2019, tão bem auxiliou na organização de um evento relevante a esta dissertação.

Aos professores e colegas do Instituto de Psicologia que, ao longo destes dois anos, tive a sorte de encontrar nas salas de aulas, nas discussões, nos eventos e nos cafés, por terem me proporcionado a essencial experiência de pertença e pertinência a este espaço acadêmico.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo auxílio financeiro oferecido à construção deste trabalho.

À todos os professores e colegas do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae que me acompanharam e acompanham em minha trajetória na “formação” de psicanalista. Agradecimentos especiais à Myriam Uchitel, Silvia Alonso, Cleide Monteiro, Mania Deweik, Noemi Moritz Kon, Maria Laurinda Ribeiro de Souza, Miriam Chnaiderman, Maria Lúcia da Silva e a todos os colegas do grupo de pesquisa e trabalho “FACES do Traumático”.

À todos os colegas da Rede de Atendimento Psicanalítico, com destaque às queridas amigas Cláudia de Almeida Gallo e Ester Alves.

À Isabel da Silva Kahn Marin pela delicadeza de sua escuta clínica em ricas supervisões e a todos os colegas do “ComTato” e do Instituto Fazendo História pelas produtivas discussões ao longo de tantos anos.

Às colegas psicanalistas que me acompanharam na construção desta pesquisa em momentos de maior ou menor dificuldade, cada uma a seu modo, e me ajudaram a recobrar o fôlego para a escritas de novas páginas: Flávia Steuer, Marina Singer, Clarissa Giácomo da Motta, Maria Angelina Cabral, Camila Munhoz, Juliana Wierman, Maria Carolina Garcia, Evelise Stefoni de Freitas Clausse, Ana Maria Leal, Angélica Takushi Sanda, Janaína Namba, Milena Cortez, Andréa Dias, Livia Ariento.

Aos colegas e amigos Júlia Catani e Luiz Eduardo de Vasconcelos Moreira pela leitura minuciosa e carinhosa ao meu trabalho de qualificação.

Ao Vicente Sarubbi Jr., querido amigo, pelo incentivo à consolidação do meu projeto de mestrado quando este ainda se mostrava um desejo longínquo.

À minha estimada família: José Luiz Veríssimo e Vilma Corghi Veríssimo, meus pais; Thaís e Tamires, minhas irmãs, e Vanda Corghi, minha querida tia, por constituir uma base de apoio fundamental a partir da qual pude seguir para minhas variadas incursões, dentre elas o mestrado.

Ao Gustavo Lerner Battagliese, que há tempos participa da minha vida, mas que nos últimos meses trouxe à ela novas cores e intensidades. Espero que esta conquista seja a primeira de muitas que ainda comemoraremos juntos.

Aos queridos amigos que tanto me fizeram lembrar da máxima “A vida não cabe no Lattes”, sempre convidando para momentos gostosos de lazer e boas risadas: Celina Gammellone, Maíra Golovaty Lederman, Carlos Francisco da Silva, Juliana Matsuo; Rodrigo Augusto T.M. Leal da Silva, Michel Mofsoviich, Carolina Nakano Daniel, Lucas Rodrigues, Gle Lopes, André Augustus Dias, Marcelo Clementino e Tulio de Oliveira Massoni.

À Maria de Lourdes Caleiro Costa pela escuta fundamental.

When you were young and your heart
Was an open book
You used to say live and let live
(You know you did, you know you did, you know
you did)

But if this ever changin' world
In which we live in
Makes you give in and cry
Say live and let die
Live and let die

(Paul McCartney/ Linda McCartney, Live and Let Die, 1973)

RESUMO

VERÍSSIMO, Tânia Corghi. **Interfaces psicanalíticas no Mal de Arquivo: o mal como sustentação de contrários e a pulsão arquiviolítica como “além do além” do princípio do prazer.** 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2019.

Esta pesquisa compreende um estudo focalizado no primeiro fio condutor do ensaio de Jacques Derrida, “Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana” (2001a), visando explorar suas interfaces e possíveis contribuições para a psicanálise. Tal ensaio fundamenta-se na construção de um diálogo crítico com determinados aspectos da metapsicologia freudiana que ofereceram suporte para a reformulação da noção tradicional de arquivo estabelecida pela metafísica ocidental. O trabalho divide-se em três capítulos teóricos, mais considerações finais. O primeiro traz um panorama da desconstrução enquanto estratégia, acontecimento e prática política sistematizada por Derrida e presente no “Mal de Arquivo” através do apontamento de contradições existentes em Freud na construção da teoria psicanalítica. O segundo expõe a noção de mal de arquivo formulada a partir do problema ético de fabricação dos arquivos do mal, aproximando os termos arquivo e testemunho nesta discussão. O terceiro pensa a especificidade da memória apresentada a partir da perspectiva psicanalítica, seu caráter transgressor e subversivo calcado em paradoxos que oferece à psicanálise a definição de ciência do arquivo. As considerações finais, por sua vez, propõem novas articulações teóricas entre o mal-estar da psicanálise e o mal de arquivo, dedicando-se à elaboração de uma hipótese que situa a pulsão arquiviolítica como nova noção inflexiva, cara à psicanálise.

Palavras-chave: Mal de arquivo. Desconstrução. Memória. Pulsão arquiviolítica. Psicanálise.

ABSTRACT

VERÍSSIMO, T.C. Psychoanalytical interfaces on Archive Fever: evil as a support of opposites and archiviolithic drive like “beyond the beyond” of the pleasure principle. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

This research comprises a study focused on the first strand of Jacques Derrida's essay “Archive Fever. A Freudian impression” (2001a), aiming to explore its interfaces and possible contributions to psychoanalysis. This essay is based on the construction of a critical dialogue with certain aspects of Freudian metapsychology that supported the reformulation of the traditional notion of the archive established by Western metaphysics. The present work is divided into three theoretical chapters, plus the final considerations. The first chapter provides an overview of the deconstruction as a strategy, happening and systematized political practice by Derrida and found in the work “Archive Fever” by pointing out Freud's existing contradictions in the construction of psychoanalytic theory. The second chapter exposes the notion of archive fever formulated from the ethical problem of fabricating archives of evil, bringing the terms archive and testimony closer in this discussion. The third chapter brings thoughts about the specificity of memory presented from the psychoanalytic perspective, its transgressive and subversive character based on paradoxes that offers to psychoanalysis the definition of archive science. The final considerations, in turn, propose new theoretical articulations between the discomfort of psychoanalysis and the archive fever, dedicated to the elaboration of a hypothesis that situates the archiviolithic drive as a new inflexible notion, valuable to psychoanalysis.

Keywords: Archive fever. Deconstruction. Memory. Archiviolithic Drive. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 DESCONSTRUÇÃO: ESTRATÉGIA, ACONTECIMENTO E PRÁTICA POLÍTICA.....	17
1.1 Desconstrução: o que não é? O que é?	18
1.2 Desconstrução no Mal de Arquivo.....	34
2 ARQUIVOS DO MAL E MAL DE ARQUIVO.....	51
2.1 Pulsão de Morte: a pulsão arquiviolítica.....	62
2.2 A vontade genocidária e a lei do arquivo.....	70
3 VEREDAS DA MEMÓRIA NO MAL DE ARQUIVO.....	77
3.1 Impressões freudianas em Derrida.....	78
3.2 A memória em paradoxos.....	83
3.3 Da memória ao Arquivo.....	95
3.4 O “Projeto” e o arquivo cativo.....	102
3.5 A Interpretação dos Sonhos: sonho como mal de arquivo.....	109
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	159

INTRODUÇÃO

Através desta introdução, pretende-se localizar o movimento da pesquisa em questão em um percurso até aqui realizado. Apresento, portanto, a estrutura desenvolvida. Ela contempla três capítulos teóricos, bem como a elaboração de uma reflexão situada no quarto capítulo dado às considerações finais desta dissertação.

O capítulo inicial, “Desconstrução: estratégia, acontecimento e prática política”, compreende duas partes.

A primeira visa situar o leitor na desconstrução como estratégia adotada por Derrida frente aos seus objetos de investigação de um modo geral; uma estratégia de leitura crítica que compreende uma lógica sem incorrer ao viés metodológico do pré-estabelecimento de regras no contato do pesquisador com seu eixo de pesquisa. A desconstrução, cunhada pelo filósofo, será justamente esta que submeterá os métodos de investigação à leitura crítica, através de um duplo gesto de mergulho nos fundamentos de uma dada teoria para então denunciar suas clausuras e contradições. Também configurar-se-á como acontecimento, uma vez que o potencial desconstrutivo será entendido como inerente a qualquer teoria, bem como estratégia de caráter político interveniente na soberania e no dogmatismo impregnado à linguagem.

Estabelecido este “chão comum”, ou seja, a desconstrução como estratégia e posição de Derrida ao longo de sua vasta trajetória teórico-crítica, foi possível pensá-la aplicada ao “Mal de Arquivo”, obra alvo desta pesquisa. Trata-se da segunda parte deste primeiro capítulo.

Para desenvolver esta segunda parte, partimos da afirmação posta no início do ensaio, a que aponta Derrida (2001a), “Com Freud, sem Freud, às vezes contra Freud” (p. 9). Afinal, o acompanhamento do trabalho feito por Derrida no “Mal de Arquivo” permitiu a leitura do tal duplo gesto da desconstrução, na medida em que demonstrou um mergulho em determinados pontos da teoria psicanalítica, denunciando contradições. Na discussão da psicanálise como ciência do arquivo, Derrida nos remete a um Freud revolucionário, ao mesmo tempo cúmplice da metafísica ocidental conservadora. Um pesquisador e teórico empenhado na construção de sua metapsicologia na mesma medida embrenhado pessoalmente em sua judeidade, atravessado pelo mal de arquivo na construção da psicanálise enquanto ciência.

Nesta segunda parte do capítulo um, encontra-se o prenúncio de uma série de questões a respeito deste atravessamento pessoal em Freud, embasada pela interlocução de Derrida com o estudioso do judaísmo Joseph Yerushalmi. Entende-se que o desenrolar das reflexões em torno da inflexão de Freud com a própria judeidade no âmbito de suas construções teóricas

permite atentar para inovações e perguntar sobre quais seriam as contribuições trazidas por Derrida na releitura de uma obra como “Moisés e o Monoteísmo” (1939/1996).

Sem o objetivo de responder tal questão no momento, vale demarcar que esta pesquisa contemplou a enunciação desta trama pessoal de Freud, compreendendo-a como parte importante do “Mal de Arquivo” (2001a). Ainda que por ora não haja a intenção de abordá-la neste trabalho, entende-se que tal eixo aberto por Derrida merece ser explorado em suas contribuições futuramente em nova pesquisa. Importante lembrar que o ensaio derridiano divide-se em dois fios condutores. Assim, pode-se tomar a leitura do segundo fio condutor do “Mal de Arquivo” como um campo de grande importância para futuras pesquisas, na medida em que permite indagar a quais inflexões Derrida provoca a psicanálise frente à discussão sobre a relação de Freud com sua judeidade na construção da teoria psicanalítica.

O segundo capítulo, “Arquivos do mal e mal de arquivo” contempla basicamente duas linhas de discussão.

Primeiramente temos a ênfase de Derrida na palavra “mal”, quando deliberadamente opera uma alteração do título da conferência (Conceito de arquivo. Uma impressão freudiana) e funda um ensaio (Mal de arquivo. Uma impressão freudiana). O mal, até então relegado pela historiografia, tomado agora pela lógica da desconstrução como quebra e inversão da hierarquia, ganhará um espaço primordial.

Neste momento, o autor ilumina o mal como questão central na constituição do arquivo e abre a possibilidade de pensar o jogo entre arquivos do mal e mal de arquivo em sua obra. Enquanto os arquivos de mal constituem aqueles arquivos sobre o horror que são “dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, recalcados” (DERRIDA, 2001a, p. 7) da história, fazendo-se um eixo de problematização ética mobilizador da necessidade de repensar a noção de arquivo posta na historiografia; o mal de arquivo tratará de uma contradição interna indispensável ao arquivo, de uma disjunção inerente a qualquer arquivo comandada pelos desígnios da pulsão de morte. Podemos dizer que, apoiado na segunda dualidade pulsional freudiana, neste movimento, Derrida aponta para a necessidade de inclusão da dimensão traumática inextirpável de qualquer história/cultura, denuncia com isto – tal como Freud no “Mal-estar na cultura” (1930/2015) – a tendência ao recalçamento e a insustentabilidade desta separação cultura *versus* barbárie. Enfim, pode-se pensar que ele parte do mal como horror nos arquivos do mal para estabelecer o mal como o irrepresentável que atua no arquivo nos moldes “do trabalho contra o trabalho psíquico”, do mal de arquivo.

Depois, estabelecido o mal de arquivo, com a participação de diferentes autores, o segundo eixo deste capítulo concentrou-se fundamentalmente no cotejo com algumas das ideias trazidas pelo filósofo armênio Marc Nichanian (2012). A discussão com Nichanian foi privilegiada neste capítulo tanto em função da complementariedade de seu raciocínio à lógica derridiana apresentada no *Mal de Arquivo* (2001a) quanto pela aproximação direta dos termos arquivo e testemunho, estabelecida pelo autor. Penso que este caminho do arquivo-testemunho em suas aporias seja algo caro à psicanálise, na medida em que se propõe a trabalhar com o trauma como força excessiva que extrapolou as possibilidades de sustentação pulsional pelo Eu, ocupando-se de tentativas de trabalho de enlace simbólico com os escombros do que se revelou catastrófico e ameaçador à sobrevivência psíquica do sujeito.

Derrida e Nichanian apresentaram um cenário de reconhecimento da existência de uma força de aniquilação que toca o extremo nesta discussão – pulsão arquiviolítica, vontade genocidária –, instalando a necessidade ética de analisar com mais cautela as reais possibilidades de reparação psíquica do testemunho da catástrofe. Assim, a psicanálise envolta desde sua origem na lógica do recalque e da busca pela representação e pela construção narrativa, assumiria a tarefa de voltar-se com mais fôlego para a complexidade do campo do negativo e do irrepresentável em seu campo de atuação.

Esta discussão não foi tomada como inédita à psicanálise. Sabe-se que há tempos o irrepresentável vem tomando espaço de importância em trabalhos consistentes, abrindo inclusive para críticas quanto à utilização indiscriminada desse conceito por psicanalistas. No entanto, guardados os limites inerentes a uma interlocução entre campos distintos, reconhecemos aqui, sem ingenuidade, a potência de Derrida em sua posição estrangeira para pensar com mais liberdade a este respeito. Quais as contribuições deste que não é um dos “filhos de Freud” filiado a instituições psicanalíticas e que, ao contrário, mostrou-se um pensador desprendido de dogmas e escolas, empreendedor de um livre pensar?

O terceiro capítulo intitula-se “Veredas da memória no Mal de Arquivo”. Observa-se neste capítulo o acompanhamento do Freud neurólogo que, ainda que estivesse empenhado na construção de um aparelho de memória aferrado às ciências naturais (“Projeto para uma psicologia científica”, 1895/1996), sustentou seu projeto a partir do momento em que fez das contradições a matéria-prima fundamental de seus construtos teóricos. Daí temos a fundação da noção de memória em psicanálise, noção subversiva que destoará frontalmente daquela estabelecida pela metafísica ocidental, tornando-se um modelo para Derrida pensar o arquivo.

O capítulo visa deixar clara a presença das impressões freudianas em Derrida, pensando-a desde um percurso anterior ao “Mal de Arquivo” (2001a). Observa-se aqui o encontro de Derrida com noções da psicanálise que serviram como instrumental para a contraposição ao conceito de linguagem do estruturalismo, bem como para a construção do traço e da *différance* enquanto ideias basais formadoras da escritura. Neste horizonte, foi possível resgatar o caminho derridiano junto a obras de Freud, tais como “A Carta 52” (1896/1996), “A interpretação dos sonhos” (1900/1996) e “O Bloco Mágico” (1925/2010), através das quais o filósofo tomou o inconsciente como escritura e a psicanálise como ciência do arquivo. Também pode-se pensar sobre a concepção de memória propriamente dita postulada pela psicanálise, formada por paradoxos em sua especificidade.

A psicanálise, considerada então a ciência do arquivo, pôde ser explorada no capítulo três, retomando a perspectiva da exterioridade como ponto capital à formação arquivai. Com isso, abriu reflexões em torno da figura fundamental do terceiro para que, de fato, o arquivo se constitua. Além disso, permitiu articulações com a questão do trauma em psicanálise, dando destaque à mudança de paradigma operado pela psicanálise do período pré-Interpretação dos Sonhos (FREUD, 1900/1996) para o momento posterior a esta obra. Entendemos assim, o sonho como produção imbuída de uma lógica inovadora, representante da subversão dada ao arquivo cativo e de sua compreensão como mal de arquivo.

A memória, desde Freud, apresentará um potencial transgressivo, além de localizar a psicanálise a partir de uma lógica hipomnésica, no reino do arquivo/mal de arquivo explorado por Derrida. Entende-se que o pensamento sobre a memória e o arquivo construído pelo viés psicanalítico denuncia não só a infertilidade da insistência em uma concepção tradicional do arquivo, esta que, sabe-se, ignora a subversão da relação com a temporalidade na sua constituição – “arquivo não só estocagem do passado” (DERRIDA, 2001a, p. 29), a dinâmica de forças que se apresenta em seu potencial constituinte – registros cognitivo (ontológico), ético e político (nomológico) –, além da noção de realidade histórica que desde então viria necessariamente marcada pela participação da pulsão de morte/arquiviolítica, dimensão fundamental para pensar o factual e a verdade; como também denuncia seus efeitos danosos.

O quarto e último capítulo refere-se às considerações finais da pesquisa. Esse que depois de deter-se na retomada da trajetória feita ao longo dos três primeiros capítulos desta dissertação, com todos os limites existentes no diálogo proposto, propôs novas articulações teóricas entre o mal-estar da psicanálise e o mal de arquivo, e dedicou-se à elaboração de uma hipótese que situou a pulsão arquiviolítica como nova noção inflexiva cara à psicanálise na

sustentação de um ofício mais isento de álibis para lidar com elementos como o mal, a violência, a morte/destruição e a finitude, bem como na produção de pensamentos suportes para tensões sem pretensões de resoluções, ou seja, supostas soluções e/ou fechamentos empobrecedores.

1 DESCONSTRUÇÃO: ESTRATÉGIA, ACONTECIMENTO E PRÁTICA POLÍTICA

Metafísica? Que metafísica têm aquelas árvores?
 A de serem verdes e copadas e de terem ramos
 E a de dar fruto na sua hora, o que não nos faz pensar.
 A nós, que não sabemos dar por elas.
 Mas que melhor metafísica que a delas,
 Que é a de não saber para que vivem
 Nem saber o que não sabem?
 (Alberto Caeiro, heterônimo de Fernando Pessoa)¹

Neste capítulo iremos discutir a desconstrução como posição transversal ao pensamento derridiano, pensando-a como componente fundamental à compreensão da perspectiva tomada por Derrida ao longo de sua trajetória teórico-política e, conseqüentemente, no “Mal de Arquivo” (2001a), obra alvo desta pesquisa. Entende-se que se um dos objetivos deste trabalho se concentra na discussão de uma nova compreensão de arquivo trazida pela obra em diálogo travado com a psicanálise, faz-se necessário situá-lo neste movimento mais extenso ao qual Derrida se insere como precursor, isto é, a desconstrução ou o desconstrutivismo.

Partiremos da desconstrução como corrente teórico-crítica que representou um abalo ao pensamento metafísico ocidental por, fundamentalmente, colocar em xeque seus pressupostos centrais, sendo estes: a hierarquia de termos que estabelece a supremacia de uns conceitos sobre outros e o binarismo apoiado em noções como as de dentro/fora, corpo/mente, fala/escrita, presença/ausência, forma/sentido, natureza/cultura, configurando um pensamento dicotômico. Ela será este movimento de rediscussão das posições conferidas a marcadores binários na sustentação do discurso da metafísica – logocêntrico – e que balizou o pensamento derridiano na medida em que foi “(...) abalando a dominação do centro, concedendo às margens um lugar de destaque” (PEDROSO JÚNIOR, 2010, p. 18).

Para tanto, a desconstrução será pensada como atividade estratégica adotada por Derrida frente a seus objetos de investigação e temas de interesse. Logo, como posição tomada pelo autor na interlocução com o acervo freudiano estabelecida no “Mal de Arquivo” (2001a), conforme seu interesse pautava-se no questionamento da noção de arquivo tradicionalmente cunhada pela historiografia em suas implicações ético-políticas. Com efeito, vale também considerar que a desconstrução será nomeada pelo filósofo – em diferentes passagens de sua obra – como estratégia, em contraposição à noção de método, localizando-se em um campo de

¹¹ “Há metafísica bastante em não pensar em nada”. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1482>. Acesso em: 06 ago. 2018.

atuação construído pelo autor e que será aqui explorado numa “trilha de tênue fio entre a desconstrução e a prática política” (RODRIGUES, 2005, p. 335).

1.1 Desconstrução: o que não é? O que é?

Derrida constituiu vasta carreira intelectual e política, fez-se um filósofo de grande prestígio, mas foi da Literatura que partiu para suas diversificadas incursões. Há entrevistas concedidas por ele que demonstram o quanto a Literatura lhe era cara. Dentre elas, merece destaque uma entrevista feita por Costa (1993), esta referente aos livros *Gramatologia* e *A escritura e a diferença*, na qual o autor explicita com clareza o valor da Literatura na constituição destas obras inaugurais da desconstrução, apontando-a como matéria-prima de seus trabalhos filosóficos. Diz Derrida:

O que me conduziu a esses ensaios é uma história na qual se cruzam dois caminhos. Um primeiro que recupera de algum modo o que foi desde a origem e que permanece meu desejo dominante: a escritura literária, a literatura. Esse desejo pela literatura sempre foi, por um lado, impedido, reprimido em mim por razões que tento analisar; por outro lado, ele se satisfaz por caminhos indiretos, mas em todo caso foi suspenso, diferido todo o tempo de uma formação filosófica que me envolveu com filósofos que não estavam ligados à literatura, como Husserl, por exemplo, Heidegger de um outro modo. (COSTA, 1993, p. 20).

Nesta linha de pensamento, localiza-se em “Margens da Filosofia” (1991) o seu posicionamento quanto à necessidade de se pensar o texto filosófico, inclusive, por meio de sua vertente literária, isto é, entendê-lo como um “gênero literário particular” (p. 15). Segundo Derrida (1991):

Uma tarefa então é prescrita: estudar o texto filosófico na sua estrutura formal, na sua organização retórica, na sua especificidade e diversidades de seus tipos textuais, nos seus modelos de exposição e produção – para além daquilo que outrora se chamava os gêneros – no espaço também das suas encenações e numa sintaxe que não seja apenas a articulação dos seus significados, das suas referências ao ser ou à verdade, mas a ordenação de seus processos e de tudo o que aí se investiu (...) (p. 334).

Perrone-Moisés (2000), por sua vez, afirma a especificidade da contribuição da desconstrução para a crítica literária. Segundo a autora: “A contribuição da desconstrução para a crítica literária foi uma fundamentação filosófica mais rigorosa, que resultou no aguçamento do senso crítico com relação aos textos, no afinamento dos instrumentos de leitura e no estímulo à criatividade escritural.” (p. 306).

Este trânsito – da literatura para a filosofia e da filosofia para a literatura – deverá ser considerada nesta reflexão sobre a desconstrução que, ao fazer-se movimento transcendente à filosofia, configurou-se, sobretudo, como estratégia de leitura de um texto. Guardemos esta origem literária de Derrida como dado que a fundamentará como nova abordagem de pesquisa, ou seja, um modo particular de ler um determinado material que deslocaria fronteiras, abrindo para novos limiares interpretativos. Em outras palavras, pensemo-la como algo que será, nesta direção, um movimento transversal a qualquer linha teórica ou campo específico de saber e que terá o sentido de uma postura e/ou atitude crítica de um pesquisador frente ao seu âmbito de investigação, seja este qual for, configurando-se, portanto, como um modo de pensamento e leitura numa relação questionadora ante discursos instituídos.

Segundo Culler (1997), a desconstrução tem sido variavelmente apresentada “como uma posição filosófica, uma estratégia política ou intelectual e um modo de leitura” (p. 99). E, uma vez que retrata certa posição tomada frente a alvos de investigação distintos, revelará sua organicidade no pensamento de Derrida em suas variadas produções desde os primeiros escritos na década de 60, até textos mais contemporâneos como o “Mal de Arquivo” (2001a), e outros.

Derrida opera esta passagem da Literatura à Filosofia e inicia sua carreira filosófica como professor em Le Mans, na companhia de Gérard Genette (1959-60) e como assistente de Gaston Bachelard e Paul Ricoeur nas cadeiras de filosofia geral e lógica na Sorbonne (1960-64), onde organizou posteriormente os Estados Gerais da Filosofia. Foi professor da *École Normale Supérieure* (1963-1984), manteve intenso intercâmbio com outros países, em especial com as universidades americanas, nas quais lecionou por diversas vezes, chegando inclusive a receber em Yale o primeiro de seus vinte e um títulos *honoris causa*². Foi também fundador do Colégio Internacional de Filosofia em 1983, tornou-se, em 1984, Diretor de Estudos na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1984-2003), lá realizando seus seminários anuais (NASCIMENTO, 2005).

Há uma eloquência produtiva traçada nesta trajetória docente pelo campo da filosofia, abrindo, portanto, a importância de situá-la no escopo de um movimento mais amplo surgido na década de 60 denominado pós-estruturalismo e composto por diferentes intelectuais, tais

² Em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo em 3 de dezembro de 1995, aos 63 anos, nas vésperas de visita ao Brasil, o entrevistador Torres Freire relembra, na matéria intitulada “O intelectual da discordância” (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/03/mais/4.html>), que Derrida fora considerado pelo jornal “Le Monde” como “um dos raros intelectuais franceses que teve o privilégio de ser lido, comentado e discutido em todos os cantos do planeta”. Freire pontua que de tão discutido, em 1992, parte da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, se indignou contra a quase sempre diplomática e ritual concessão de um título de doutor “*honoris causa*” ao filósofo, acusando-o de ser um irracionalista, alguém que relativiza e deprecia a herança cultural ocidental e que fornece munição a coisas como o politicamente correto.

como Michel Foucault (1926-1984), Jean-François Lyotard (1924-1998), Roland Barthes (1915-1980), Gilles Deleuze (1925-1995), Louis Althusser (1918-1990), Jacques Lacan (1901-1981), entre outros. Também se faz importante discriminar aqui as noções de desconstrução e pós-estruturalismo, afinal, enquanto o pós-estruturalismo caracteriza-se por um movimento protagonizado por representantes diversos, a desconstrução surge como estratégia de abordagem e leitura de textos diretamente referida a Derrida³, seu precursor.

Ao contrário do que o nome sugere, o pós-estruturalismo não foi um movimento cronologicamente posterior ao estruturalismo, mas se deu concomitantemente, ou seja, no mesmo momento em que este triunfava⁴. “Em plena euforia estruturalista, Derrida anunciava o seu fim”, relembra Perrone-Moisés (2005, p. 97). Surgiu como crítica ao estruturalismo num tempo em que este exercia forte primazia no pensamento francês através da coroação das ciências da linguagem, da linguística, e do “tudo linguagem” como discurso dominante.

Perrone-Moisés (2005) recupera a posição central de Derrida na tessitura de críticas ao estruturalismo quando este movimento ainda sequer havia recebido o nome e o estatuto corporal de pós-estruturalismo. A autora relembra que Barthes (2002), num gesto de gratidão, reconhece Derrida como quem desequilibrou a estrutura, abriu o signo, sendo aquele que desprende a ponta da cadeia [*celui qui a débrouché le bout de la chaîne*] quando seu projeto semiológico corria o risco de ficar fechado e encantado na fantasia de cientificidade (p. 95). Perrone-Moisés

³ Vale observar que há discordâncias quanto a esta diferenciação. Enquanto no artigo de Rodrigues (2012), encontra-se a seguinte frase: “Isto que chamamos no Brasil de pensamento da desconstrução e que nos EUA é mais conhecido como pós-estruturalismo” (p. 143), entendendo-os como fenômenos sinônimos em espaços geográficos distintos. Vasconcelos (2003) aponta para o equívoco de tomar a desconstrução e o pós-estruturalismo como movimentos equivalentes: “(...) desconstrução, uma estratégia para a leitura de textos desenvolvida por Derrida a qual, ainda que inadequadamente, tem sido frequentemente associada ao empreendimento pós-estruturalista como um todo” (p. 74).

⁴ Penso que este ponto da concomitância entre estruturalismo e pós-estruturalismo mereça destaque aqui. Afinal, na medida em que ele não é sustentado, estabelecendo equivocadamente entre os movimentos uma relação de precedência de um sobre o outro, pode auxiliar na compreensão de algumas das adjetivações empregadas por Vasconcelos (2003, p. 74) ao pós-estruturalismo tais como “fenômeno complexo e confuso”, “tendência vaga e difusa”, “fenômeno rico e indefinido”. Entende-se que o autor, ao contrariar a concomitância dos movimentos, indicando que o estruturalismo seria precedente ao pós-estruturalismo, passa a pressupor no estruturalismo um campo problemático que agregaria autores de áreas e perspectivas irreconciliáveis, tais como Ferdinand de Saussure, Claude Lévi-Strauss, Fernand Braudel, Wladimir Propp e Michel Foucault. Depois, dirá que não existe uma lista/obra de autores pós-estruturalistas, afinal, haveria autores como Jacques Lacan, Louis Althusser, Michel Foucault e Roland Barthes que sem consenso figurariam entre estruturalistas e pós-estruturalistas, apresentando aspectos pós-estruturalistas sobre um pano de fundo estruturalista bastante tradicional.

Ora, importante seria pensar no pós-estruturalismo em coexistência ao estruturalismo sem atribuir ao movimento este caráter de confusão e indefinição, mas considerando-o fenômeno que veio deliberadamente provocar o abalo de definições estanques até então postuladas, sem a intenção de destruir ou substituir um pelo outro. A coexistência dos fenômenos é uma conjuntura que produz efeitos, bem como a indefinição – mais precisamente a indecidibilidade – é uma premissa da desconstrução e não um problema.

(2005) também demonstra que este desprendimento da ponta da cadeia, ou seja, este movimento crítico entoado por Derrida, se estabeleceu em diferentes tempos e nuances.

Em 1963, Derrida já havia designado aquilo que na “A escritura e a diferença” (1971) chamou de “paixão estruturalista, que é ao mesmo tempo uma espécie de furor experimental e um esquematismo proliferante”, mas que, segundo Perrone-Moisés (2005), o fazia com precaução: “Como estamos vivendo a fecundidade estruturalista, é ainda muito cedo para atacar nosso sonho” (DERRIDA, 1991, p. 130 *apud* PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 96), ponderava o autor. Ele criticava o desengajamento crítico da análise estrutural e propunha aquilo que seria, de certa maneira, o próprio fundamento da desconstrução: “Podemos então ameaçar metodicamente a estrutura para melhor percebê-la” (DERRIDA, 1991, p. 130 *apud* PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 96), dizia. Dentro desta suposta precaução, reconhece-se neste período a produção de textos de grandes repercussões. Entre eles: *Elementos da Semiologia* (BARTHES, 1965), *Crítica de verdade* (BARTHES, 1966), os *Escritos* (LACAN, 1966), *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966).

Foi em 1966 que Derrida desferiu o golpe fatal contra aquele “furor estruturalista”, na conferência que pronunciou no colóquio internacional da Universidade Johns Hopkins, intitulado “The Language of Criticism and the Sciences of Man”. Participaram igualmente deste colóquio Barthes, Lacan, Todorov, René Girard, Lucien Goldmann, Georges Poulet e outros intelectuais do cenário francês. O texto então apresentado intitulava-se “A estrutura, o signo e o jogo nos discursos das ciências humanas” e os debates por ele suscitados evidenciaram as divergências entre os que eram vagamente designados como “os estruturalistas franceses” e foram o ponto de partida daquilo que os americanos chamariam de pós-estruturalismo (PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 96).

Rodrigues (2012) retoma a justificativa de Derrida neste início da desconstrução, localizando-a como uma contestação à autoridade da linguística, da linguagem e do logocentrismo, e não como uma abordagem anti-estruturalista. Ainda assim, complementa que ao estabelecê-la como estratégia, parece-lhe que “(...) Derrida está se defendendo de muitos de seus críticos que o acusaram de promover um ‘omnilinguismo’, ou um ‘a-linguismo’, ou ainda um ‘pantextualismo’” (p. 143).

No entanto, se o ano de 1966 foi o ano do “golpe fatal” dado ao estruturalismo, será em 1967, no ano seguinte, que o autor lançará obras fundamentais ao pensamento desconstrutivista. Podemos considerá-lo o ano da consolidação da desconstrução enquanto estratégia. A partir dos textos “A escritura e a diferença” (1971) e “Gramatologia” (1973) – marcos iniciais da

desconstrução – que Derrida, em um incessante trabalho de investigação, colocará sob suspeita os discursos da Filosofia e das Ciências Humanas, da Literatura, da História, da Fenomenologia e da Psicanálise tal como se estruturavam, ao questionar, inclusive, o próprio conceito clássico de ciência.

É válido pensar a desconstrução como legado filosófico de Derrida, ao mesmo tempo em que se deve reconhecer sua consolidação a partir de uma seara. Podemos dizer que o alcance de uma compreensão mais aprofundada do assunto demanda o entendimento das interpretações controversas que a circundam – algumas delas, inclusive, abertas pelo próprio Derrida –, localizando-a numa espécie de limbo resultante tanto das características idiossincráticas da desconstrução propriamente dita quanto da leitura apressada e superficial de alguns críticos, esta tamponadora da estratégia em sua complexidade. A começar pela repercussão da ampla divulgação e utilização do termo *desconstrução* em espaços inusitados, principalmente pelos detratores de Derrida.

Segundo Morey (2017), Derrida parece desconfortável quando questionado sobre o assunto, diz ter utilizado poucas vezes o termo e ser o primeiro a ficar surpreendido com a sua difusão. Lembra que ele explica a origem do termo, algo que aparentemente surgiu da necessidade de traduzir de forma adequada a *Destruktion* de Heidegger e acrescenta que, ao consultar os sentidos do termo francês *déconstruction* no dicionário *Littré* (desmontar, desmantelar; passar um verso a prosa), estes pareceram-lhe convenientes para caracterizar o seu próprio trabalho. Ainda assim, esta caracterização abriu questionamentos, na medida em que o uso excessivo do termo deu margem à sua inserção como um jargão.

Dada esta conjuntura, podemos dizer que a desconstrução surgiu como movimento aberto a tantas interpretações que sua compreensão, ainda hoje, passa pela necessidade de discriminá-la de suas falsas compreensões; daquilo que por tantas vezes a estigmatizou de modo equivocado, ou seja, daquilo que ela exatamente não é. Por outro lado, dado seu *modus operandi* tão subversivo à leitura dicotômica impregnada na metafísica ocidental e na lógica binária “ou isso ou aquilo”, poderíamos pensar que a desconstrução carregaria em si mesma uma resistência à definição?

Meneses (2013) relembra que, segundo Derrida, “a desconstrução não poderá definir-se, porque os instrumentos que a permitem descrever encontram-se, por sua vez, no gesto desconstrutivo” (p. 180-181). Esta compreensão nos obrigaria, portanto, a situá-la neste território híbrido que a aponta como aquilo que é e não é ao mesmo tempo, fazendo da indecidibilidade um de seus pilares. A indecidibilidade aqui teria a ver com a sustentação de

contrários na busca por uma profundidade crítica que se perderia mediante a recusa da ambivalência operada em determinadas leituras.

Morey (2017) resgatou uma entrevista concedida por Derrida à *Revista Postdata* de San Juan de Porto Rico. Ao discutir a questão da tradução, o filósofo explicita sua posição de não definir a desconstrução:

Sempre evitei definir a desconstrução. Às vezes, digo que o é impossível e às vezes que é mais de uma língua. Isto é, aceitar que não haja um monolinguismo, que não haja somente uma língua, aceitar a língua do outro, aceitar de todas as maneiras a tradução que não seja transparente, uma tradução com restos. Acho que onde quer que se leve em conta a multiplicidade irredutível dos idiomas ou das línguas há um efeito de desconstrução. Isso incomoda a hierarquia, a estrutura dominante, incomoda pura e simplesmente a estrutura. Acho que um texto com vocação desconstrutiva é um texto escrito em vários idiomas. (DERRIDA, 2000).

Pedroso Junior (2012), por sua vez, reforçou o propósito da indecidibilidade como componente da desconstrução, apontando que:

(...) em Derrida ou para Derrida, as verdades absolutas com as quais a metafísica está habituada a operar e os termos e expressões utilizados para legitimar tais verdades dar-se-ão a ler sempre por um duplo viés, mas o duplo, aqui, não implica a noção de escolha de “ou um ou outro”, mas, sim, de concomitância ou simultaneidade. (p. 14).

O autor também relembra o exemplo do texto “A farmácia de Platão” (1997), no qual Derrida explora a ideia do *phármakon* em sua dubiedade, naquilo que não é nem só remédio nem só veneno, nem só o bem nem só o mal, sendo o *phármakon* uma substância com tudo que essa palavra pode conotar, no que diz respeito à sua matéria, de virtudes ocultas e de profundidade, recusando sua ambivalência à análise.

Entender esta lógica de sustentação da dubiedade como ingrediente fundamental da desconstrução nos ajuda a pensar sobre o engodo de tomá-la como um método. Esta definição parece tentadora, na medida em que simplificaria uma dinâmica de grande complexidade, o que seria feito ao grande custo da domesticação de seu potencial de abalo das noções de conceito e método preconizadas pelo logocentrismo. Daí temos Derrida, em diferentes momentos de sua obra, alegando sua preferência pelo termo estratégia geral da desconstrução, em contraposição ao termo método, como estaríamos tentados a supor.

Não obstante, há o risco de incorrermos ao conhecido caminho de constatar a desconstrução não como método e sim como estratégia, de modo a ignorar os meandros desta definição. Neste sentido, estaríamos diante do risco de repetir o que os detratores ou leitores apressados de Derrida denominaram “pantextualismo”, niilismo ou livre interpretação; em

suma, aquela interpretação que atribui à desconstrução a conotação de relativismo destituído de qualquer rigor.

Meneses (2013) aponta para a importância de não encerrar a desconstrução nesta definição isenta de rigor e sugere que, embora esta não se apresente como um “método de leitura”, antes surgirá como uma sequência ordenada, que possui regras. Relembra que para Derrida será precisamente a ideia de um conceito redutível ao método que deve ser desconstruída. Segundo a autora: “O método e os métodos deverão sujeitar-se à desconstrução. Se a desconstrução não é um método, tão pouco se afirmará como um não-método, isto é, como abertura ao jogo livre da subjetividade arbitrária do leitor-intérprete” (p. 181).

Esta consideração da desconstrução como algo que não seria meramente não-método, mas uma estratégia com regras para submeter métodos, nos auxilia na fundamentação às críticas, também equivocadas, que a apontam como sinônimo de destruição. Haveria na desconstrução um trabalho de utilização e problematização de premissas de uma dada teoria e não a negação destas premissas. É preciso guardar que tornar problemáticas as bases não significa negá-las.

Em “De que amanhã...diálogo” (2004), Roudinesco oferece uma definição metafórica da desconstrução, desconectando-a da noção de destruição:

Utilizado pela primeira vez por Jacques Derrida em 1967 na *Gramatologia*, o termo “desconstrução” foi tomado da arquitetura. Significa a deposição, decomposição de uma estrutura. Em sua definição derridiana, remete a um trabalho do pensamento inconsciente (“isso se desconstrói”), e que consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico e dominante. Desconstruir é de certo modo resistir à tirania do Um, do *logos*, da metafísica (ocidental) na própria língua em que é enunciada, com a ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 9).

Nesta citação, a historiadora aponta para uma ideia de desfazimento descolada da noção de destruição de um sistema de pensamento hegemônico. Transparece que desconstruir não é destruir, e que Derrida nunca atribuiu à desconstrução um caráter de destruição de bases dominantes, mas sim o de subversão, inversão, decomposição e reorganização de discursos hierárquicos empreendidos pela metafísica, pensando as oposições dialéticas numa oposição horizontal e paritária. Roudinesco (2004) destaca esta lógica crítica na qual se localiza a desconstrução, esta que aponta, invariavelmente, para a necessidade de diálogo crítico com o

material a ser desconstruído (“resistir à **própria** língua em que é enunciada”, “resistir com o **próprio** material deslocado”)⁵.

Rodrigues (2012) argumenta que, embora seja um equívoco tratar a desconstrução como um método, pode-se observar regularidades nas maneiras de se colocar um certo tipo de questão de estilo desconstrutivo. A autora destaca que um dos aspectos deste “estilo desconstrutivo” estaria no duplo gesto em relação aos autores que lê. O primeiro gesto seria perceber o que Derrida chama de “sedimentos ocultos” na construção de determinados conceitos, neste caso específico, os da linguística e os do estruturalismo. Este primeiro gesto, que – conforme já fora pensado – não quer dizer destruir aquele arcabouço conceitual, é o que permite se valer das aberturas proporcionadas por este pensamento, mas a partir de agora em uma outra atitude, uma vigilância contra ingenuidades, a maior delas, para Derrida, a pretensão de estar fora da metafísica.

Em “A Escritura e a Diferença” (1971/2002), o autor afirmará a incoerência presente na ideia de abandonar os conceitos da metafísica para abalar a metafísica e, assim, complementa:

[...] não dispomos de nenhuma linguagem – de nenhuma sintaxe e de nenhum léxico – que seja estranho a essa história; não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações implícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar. (DERRIDA, 1971/2002, p. 233).

Partindo da subversão do binarismo dentro/fora – pela ruptura com a hierarquia e dicotomia do pensamento – Derrida pontua a impossibilidade de se estar fora/exterior daquilo que nos constitui, tal como preconiza a epistemologia ocidental, baseada no primado da racionalidade. Além disso, o trecho acima faz pensar sobre a possibilidade de fincar-mos numa suposta estrangeiridade ou hibridez frente a um determinado discurso que pretendemos desconstruir, sustentando esta posição. Aponta que seria preciso, necessariamente, mergulhar e dialogar com bases discursivas para tê-las problematizadas. Ou seja, indica que não haveria outro modo e a partir – e somente a partir – do contato íntimo com os aspectos dominantes de uma teoria para que surjam as condições de possibilidade da desconstrução do que soaria natural, óbvio ou familiar.

Para Derrida, o pensamento metafísico tradicional logocêntrico jamais se desvinculou de uma abordagem que identifica pares de oposições – razão e emoção, espírito e matéria, identidade e diferença, lógica e retórica e, sobretudo, fala e escrita, esta oposição na qual ele se

⁵ Grifos nossos

debruçará criticamente para fundar uma noção de escritura diferente daquela linguagem sustentada pelo estruturalismo. Trata-se de um pensamento pautado na hierarquização das relações opositivas, postulando a primazia de um primeiro termo sobre o segundo, seu oposto. Derrida, numa crítica a este esquematismo hierárquico, binário e arbitrário, proporá a desconstrução em uma operação que deverá ser pensada em dois momentos.

O primeiro tempo da desconstrução será a inversão das hierarquias dos conceitos, alçando o segundo termo como principal e originário. Assim, numa relação de causa-efeito, por exemplo, onde este é tradicionalmente entendido como secundário e derivado daquela, haverá primeiramente a tomada do efeito como originário, pois “será por causa dele que um fenômeno poderá ser concebido como causa” (CULLER, 1994, p. 86-88). Opera-se, portanto, neste primeiro tempo, o que se chamou *derrubamento da hierarquia*, o primeiro passo do gesto desconstrutivo.

No entanto, entende-se que esta operação de inversão do termo inferior em termo principal, não representaria uma mudança de perspectiva. Afinal, uma oposição hierárquica mesmo sendo invertida, continuaria sendo hierárquica e, neste sentido, seguiria em consonância à dicotomia e à violência de um termo sobre outro tal como estabelece o pensamento metafísico. Seria em relação a este aspecto que, segundo Vasconcelos (2003), Derrida viria propor um ponto de diferenciação à oposição clássica estabelecida por Hegel – tese e antítese – introduzindo para tanto a noção de jogo:

A prática da desconstrução, portanto, consiste em inverter a hierarquia tradicionalmente estabelecida entre um conceito e seu oposto correlato, para em seguida estabelecer, não a redução de um conceito a outro, como postularia a filosofia de Hegel, mas sim o *jogo*, a incessante alternância de primazia de um termo sobre outro, produzindo, assim, uma situação de constante indecisão. (VASCONCELOS, 2003, p. 75).

O segundo momento da desconstrução seria o jogo. O termo jogo, empregado por Derrida com relação a esta segunda fase da desconstrução, foi proposto a princípio numa palestra “Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas”, apresentada na Universidade de Johns Hopkins em 1966 e que, conforme já mencionado, representou o golpe desferido ao estruturalismo, traçando uma diferença entre estruturalismo e pós-estruturalismo. Esta palestra, que depois foi incluída como um dos textos compilados em *A escritura e a diferença* (1967), refere o jogo de maneira indireta, sem explicar o que é o jogo e em que ele consiste, o que, para Vasconcelos (2003), indicaria um princípio fundamental da filosofia derridiana: “o de que não existe princípio, fundamento ou conceito que seja anterior ou esteja

fora do jogo de diferenças que opera em qualquer discurso” (p. 75). Para o autor, deste modo, afirmar que “o jogo é isto” ou “o jogo é aquilo” seria reduzir esta noção ao sistema de oposições que ela visa submeter.

Segundo Derrida (1971), o jogo:

(...) é sempre um jogo de ausência e presença, mas se o quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da alternativa da presença e da ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo e não inversamente. (p. 248).

Nos anos 60, conforme pensamos, há uma significativa proliferação de diferentes tipos de linguagem, como, por exemplo, as diversas teorias linguísticas, os problemas em torno de questões como comunicação, cibernética, tradução, informática e, claro, as várias abordagens sobre o tema da linguagem. Esta inflação do signo linguagem é a inflação do próprio signo, e aponta, ao mesmo tempo, nas palavras do filósofo, para uma *crise* e para um *sintoma* (DARDEAU, 2011, p. 55).

Derrida pensará que o excesso de discursos que se produz sobre o tema da linguagem nesta época mostra-se como sintoma de uma crise em torno da redução fonética do conceito de linguagem, o qual não daria mais conta do seu próprio sentido, apresentando algo que transborda. Segundo Dardeau (2011):

Assim, segundo Derrida, essa crise é também um sintoma e indica que uma época histórico-metafísica deve determinar a linguagem como o seu horizonte de problematização, bem como indica que a era do privilégio da voz, da presença e da linguagem poderá ser deslocada. Dessa forma, a *crise* e o *sintoma* de que nos fala Derrida apontam para um transbordamento do “conceito” de linguagem, momento em que o “conceito” de escritura o ultrapassa e o compreende. (p. 55).

Podemos localizar neste gesto o incômodo de Derrida em relação aos excessos de produções que surgiram sob a égide do signo “linguagem”, de modo a incluí-las sob um mesmo guarda-chuva de mesma nomenclatura. Neste sentido, em posição desconfiada ao “tudo linguagem” e em oposição a este movimento, Derrida contraria os chamados conceitos “tranquilizantes oferecidos pela metafísica que, para ele, em seu binarismo, jamais darão conta da coisa enquanto tal e admite os quase conceitos ou os indecidíveis. “Ele utiliza o termo ‘quase conceito’ no intuito de mostrar a impossibilidade de o pensamento se organizar em torno de conceitos fechados em si mesmos, homogêneos e universais, abalando, portanto, a própria lógica do pensamento metafísico” (DARDEAU, 2011, p. 57).

Haddock-Lobo (2008) aponta que, ao denunciar a inadequação do “conceito” de linguagem, apresentando, em contrapartida, um *quase-conceito* da escritura, Derrida não almeja adequá-lo àquilo que a linguagem não dá mais conta, ao contrário, “pretende que a escritura, para fazer justiça àquilo que excede à linguagem, anuncie certa emancipação da necessidade de adequação” (p. 57).

Neste sentido, a ideia de transbordamento traria consigo o próprio pensamento da desconstrução na busca pela iluminação de contradições às quais nenhum sistema de pensamento estaria isento. Afinal, para Derrida, a desconstrução é inerente a todo discurso, isto é, a estrutura impositiva da metafísica baseada na universalidade dos conceitos comporta em si um potencial de violência e, portanto, a necessidade da desconstrução.

Derrida (1973), quando reconhece a inevitabilidade da perturbação de uma dada estrutura, afirma:

Ora, por um movimento lento cuja *necessidade* mal se deixa perceber, tudo aquilo que – há pelo menos uns vinte séculos – manifestava tendência e conseguia finalmente reunir-se sob o nome de linguagem começa a deixar-se deportar ou pelo menos resumir sob o nome de escritura. Por uma Necessidade que mal se deixa perceber, tudo acontece como se – deixando de designar uma forma particular, derivada, auxiliar da linguagem em geral (entendida como comunicação, relação, expressão, significação, constituição do sentido ou do pensamento etc.), deixando de designar a película exterior, o duplo inconsistente de um significante maior, o *significante do significante* – o conceito de escritura começava a ultrapassar a extensão da linguagem. (p. 8).

Ainda que a desconstrução esteja posta como legado filosófico de Derrida, não podemos pensá-lo como aquele que a criou, mas que a percebeu enquanto acontecimento, leu a sua inerência ao movimento inescapável da história e de seus modos de pensamento.

Roudinesco (2004), em entrevista, dirá à Derrida:

Às vezes tenho a impressão de que o mundo atual se parece um pouco com o senhor e seus conceitos, que nosso mundo está desconstruído e que se tornou derridiano a ponto de refletir, como uma imagem num espelho, o processo de descentramento do pensamento, do psiquismo e da historicidade que o senhor contribuiu para pôr em prática. (p. 11).

Pensemos a desconstrução aplicada à linguagem, tema sobre o qual Derrida se debruçou longamente em sua trajetória⁶. A escritura seria entendida como o próprio transbordamento do

⁶ Grenha (2005), ao traçar o caminho de interesse de Derrida pela obra freudiana, e pensando nos motivos que o levaram a recorrer à psicanálise como instrumento de ruptura com a metafísica da presença, retoma o diálogo do filósofo com a linguística de Saussure na década de 60 e afirma que esta escolha pela linguística como alvo de problematização não é, no entanto, arbitrária. Segundo a autora, Derrida concede ao tema um espaço privilegiado

conceito de linguagem, e na “Gramatologia” (1973) encontramos seus fundamentos, bem como o exemplo da operação da desconstrução na fundação da escritura em contraposição à linguagem. Aqui, a escritura será tomada como conceito transcendente, ou seja, como transbordamento de um conceito tradicional até então altamente difundido e proliferado enquanto signo pela produção estruturalista saussuriana.

Podemos destacar dois principais pontos participantes do gesto desconstrutivo.

O primeiro seria o gesto da inversão posta na relação hierárquica entre fala e escrita. Este gesto de inversão relaciona-se à crítica de Derrida ao estabelecimento da fala enquanto registro tomado historicamente como íntimo e próximo ao sentido e à verdade, à medida que o registro da escrita viria associado ao distanciamento e falseamento da verdade⁷. A fala, reconhecida como significante principal (fonocentrismo) – seria uma outra face do logocentrismo – ao passo que a escrita, por estar relacionada apenas à palavra falada, se apresentaria rebaixada e seria considerada um secundário a esta. Neste quadro, Derrida, na construção de um neologismo, falará do *fonologocentrismo* para demonstrar como ambos, fono e logocentrismo participam de uma mesma lógica de domínio da razão, e operará a inversão desconstrutiva alçando a escrita a um patamar de primazia em comparação com a fala como registro.

Outro exemplo se aplicaria às noções de significante e significado. Ocorre na Gramatologia a inversão que por si só trará um deslocamento, qual seja, o significado antes dotado de supremacia será pensado desde então como significante, num sistema determinado de referências. Derrida postulará que a escritura será *o significante do significante*, isto é, uma linguagem que funcionaria a partir da abolição do significado como algo existente em si próprio, independente do sistema conceitual e linguístico ao qual pertence, de modo a parecer algo que existe previamente em si mesmo. A todo significado assim concebido, Derrida denominou *significado transcendental*.

na *Gramatologia* (1967), afirmando que, por ter criado instrumentos para questionar a unidade metafísica da palavra, a linguística poderia operar a abertura necessária para uma saída da metafísica. Complementa que o mesmo já se esperava da psicanálise, mas que no cenário intelectual desta época, a linguística saussuriana estava sendo reapropriada pela psicanálise de Jacques Lacan, cuja obra, segundo Derrida, já indicava o apelo a um certo transcendentalismo do significante, divergindo, portanto, da postura que o filósofo esperava adotar na sua releitura de alguns pressupostos freudianos (GRENHA, 2005, p.14-15).

⁷ “Este esquema presente em Saussure teria funcionado na história do pensamento desde Platão, confirmando a escrita numa função instrumental no qual sua única razão de ser seria a de representar a fala: técnica, artifício exterior à língua, tradutora de uma fala plena, de uma fala e de um significado presentes a si mesmos. Neste movimento, este esquema teria produzido uma impressão de unidade absoluta entre voz e sentido. Estas duas características, rebaixamento da escritura e ascensão da voz como presença a si do significado desenhariam a época do *logos*, determinando o ‘logocentrismo’ e também o ‘fonocentrismo’ que lhe são inerentes.” (GRENHA, 2005, p. 17).

A escritura apresentará, portanto, uma estrutura bastante diferente da linguagem como era pensada até então. O significante, aqui, não terá mais o estatuto de rebaixamento, derivação ou submissão a um significado supostamente soberano, sendo localizado e reconhecido num “lugar de eterno remetimento a outro significante sem que se ‘alcance’ ou ‘chegue’ a algum significado, tampouco a um significado primeiro” (DARDEAU, 2011, p. 58). A escritura, neste sentido, pode ser entendida não só como um novo modo de compreender a operação da linguagem, mas como a denúncia de uma política de clausuras que fundamentaria aquela hegemonia discursiva contrária à produção de novas possibilidades de sentidos.

Rompe-se, assim, com aquele significado transcendental de efeitos apaziguadores na medida em que viria soterrar ambivalências, com aquele grande guarda-chuva “tudo linguagem”, convocando “a atenção à suposta presença de um sentido original e uma vigilância permanente à ideia de que o sentido já encontra dado antes mesmo de qualquer referência” (DARDEAU, 2011, p. 58).

Derrida marcará a importância da terminologia semiológica de Saussure na postulação de “significado” e “significante” como as duas faces constituintes do signo linguístico, mas também a necessidade de transcendê-la. Em suas elaborações, concorda que a escritura será esta mesma que na concepção de Saussure designa o “significante do significante”, mas que na designação saussuriana permaneceu em um lugar acessório e exterior da escritura em relação à língua falada (fonocentrismo), tal como assim esteve na perspectiva estruturalista⁸.

A partir de Derrida, a perspectiva será outra e a ideia de “significante do significante” passa a ser o jogo mesmo da linguagem. Na problemática trazida pela Gramatologia localizamos a noção de jogo – parte da desconstrução –, pensando-o como movimento chamado jogo das diferenças (*différance*)⁹, movimento este proposto por Derrida no momento da formulação da noção de escritura ao qual tanto a língua falada quanto a escrita estariam concernidas, desde sempre:

Não há significado que escape, mais cedo ou mais tarde, ao jogo de remessas significantes que constitui a linguagem. O advento da escritura é o advento do “jogo”; o jogo entrega-se hoje a si mesmo, apagando o limite a partir do qual se acreditou

⁸ Grenha (2005, p. 17) destaca o momento em que Derrida faz aparecer, no texto de Saussure, o sentido de figuração exterior e ameaça imputada à escritura. Ela retoma o momento em que o autor destaca uma colocação de Saussure, já no capítulo de seu *Curso de linguística geral*, na qual começa por colocar a escritura como sendo “estranha ao sistema interno” da língua.

⁹ Sobre o que Haddock-Lobo (2008) nomeou “quase-conceito da escritura” (p. 57), Grenha (2005, p. 16) complementa que “*différance*” e “traço” são exemplos do que Derrida chama de “quase-conceitos” ou “indecidíveis”. Através de uma trama de indecidíveis que atravessa toda a sua obra é que o filósofo exprime a impossibilidade da “presença” de se constituir como perfeita aderência a si mesma.

poder regular a circulação dos signos, arrastando consigo todos os significados tranquilizantes. (DERRIDA, 1973, p. 8).

Percebe-se, portanto, a adoção do autor pelo termo *traço* e a preferência pelo uso do termo *rastro* em comparação ao termo *significante*, sendo a escritura pensada nesta cadeia de efeitos de efeitos, rastros de traços que estabelecem um jogo de diferenças não entre coisas, mas entre traços (*différance*). A noção de traço, bem como a *différance*, aqui tornam-se fundamentais, pois além de fundantes de uma nova noção de escritura, tornar-se-ão alvos de pesquisa na trajetória de Derrida com a psicanálise freudiana. Ele explorará o traço com mais profundidade em “A escritura e a diferença” (1967).

Duque-Estrada (2010), nesta mesma linha, deteve-se na relação da *différance* (diferir) e da *iterabilidade* (repetição) que irá fundamentar a concepção de escritura aqui presente. A *différance* aqui não se refere à diferença do senso-comum, aquela que marcaria a diferença opositiva entre coisas supostamente binárias, lançando âmbitos como o da “história” e o da “natureza” como lugares separados em si mesmos; mas à diferencialidade, isto é, algo sempre em movimento, sempre em curso, um jogo de diferenças entre rastros que produz não propriamente sentidos, mas efeitos de sentido. “Trata-se da idéia de um movimento diferencial, produtor de rastros e rastros de rastros” (p. 6).

A noção da iterabilidade, por sua vez, no bojo da *différance* que nos informa não haver coisa enquanto tal, mas sim o seu rastro, indica que, desde o início, o que se dá não é a coisa, qualquer que seja ela, em sua presença, mas sim a referência a ela, ou, poderíamos dizer, a sua re-tomada. “Sempre e desde o primeiro momento, o que se dá é a repetição de uma referência à coisa e não a coisa mesma.” (p. 6).

Neste sentido, diferencialidade e iterabilidade, ao fornecerem imagens de continuidades/repetições, abrem espaço para a ideia de errância, deslocamentos, construção de caminhos associativos e inerentes negatividades e rastros a serem produzidos pelos sujeitos. São noções que constituem princípios norteadores importantes nas discussões sobre a história e a relação com a verdade histórica na produção do arquivo.

Esta reflexão sobre a desconstrução operada por Derrida na linguagem tal como concebida pela metafísica, permite agora situá-la como um acontecimento promovido por um pensador em ação que, nas palavras de Rodrigues (2006), “trilhou o tênue fio entre a desconstrução e a prática política” (p. 335). Afinal, a denúncia de arbitrariedades (do signo), o estabelecimento da *différance* em sua derivação e o derrubamento da ideia falocêntrica de um

significante pai, mestre e primeiro, além do questionamento da soberania e tradição de um pensamento estabelecido de Platão a Saussure, não seriam gestos políticos por definição?

Ainda com Duque-Estrada (2010), compreende-se que a concepção derridiana do arquivo abre para uma nova forma de pensar o âmbito da política, articulando três dimensões responsáveis por esta nova configuração e que se encontram interligadas no *Mal de Arquivo* (2001a): primeiramente, a amplitude ilimitada da dimensão política do arquivo que contempla momentos como o da seleção, passando pela conservação e pelo acesso, chegando à leitura dos documentos; depois, a sua relação com a questão da democracia, na referência de que a *democratização* efetiva se mede sempre pelo critério essencial de participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação; e, finalmente, o seu interesse pela psicanálise, na assunção da participação do inconsciente na constituição do arquivo (p. 8).

Matos (2014) considera que a vastidão do pensamento de Derrida pode trazer benefícios a diferentes áreas, mencionando a arquitetura, a pintura, o teatro, a literatura, o cinema, a gramática, a filosofia, além de contribuir com reflexões sobre a democracia. A filósofa lembra que muitos criticam suas produções, apontando-as como isentas de declarações diretamente ligadas à análise da sociedade, ou marcadas pela não intervenção política militante, e definindo-as como a-políticas; entretanto, afirma que “ele tinha uma forma de militância que era a do verdadeiro intelectual, ou seja, a postura daquele que interpreta e compreende a complexidade, mas que não pode dar aulas para a ação. Porque, justamente, o intelectual não dá o consentimento fácil para as coisas” (MATOS, 2014, sem paginação). Conclui sobre a importância de seu pensamento para o mundo contemporâneo, tanto para reflexões políticas como para pensar a universidade e a cultura em seu campo de interrogações de vocação antidogmática que se traduz na desconstrução.

Rodrigues (2006) pontua que há aqueles que arbitrariamente dividem o pensamento de Derrida em duas etapas. A primeira refere-se à desconstrução do signo, presente em textos do final da década de 60, entre os quais a *Gramatologia* (1967) figura como o mais exuberante. A segunda etapa seria aquela construída por um filósofo que ousou abarcar em sua obra questões políticas contemporâneas. Nesta linha divisória, pensa-se numa proposta de desconstrução que estaria dedicada a um novo modo de leitura de textos para a abordagem de temas contemporâneos como o perdão e a hospitalidade.

No entanto, o acompanhamento de sua trajetória revela uma conciliação entre a desconstrução enquanto acontecimento e prática política. Ou seja, considerando a subversão dos signos, o *pensar em ação* filosófico não submetido ao formato de aulas ou lições, bem como

a criação de forma profundamente crítica de leitura e abordagem de textos, entenderemos daqui em diante que esta suposta divisão da produção teórica de Derrida em dois tempos – a-política e política – estaria fora de propósito.

Em entrevista concedida ao Jornal Folha de São Paulo (1995), quando questionado sobre como o Derrida filósofo se relaciona com a política, reafirma esta intersecção entre política e linguagem:

O que na verdade costumo explicar é que meus gestos políticos públicos podem parecer relativamente raros, mas que isto é uma ilusão. Qualquer um que preste atenção ao que escrevo poderá perceber que sou obcecado pela política. Mas, quando não tenho nada a dizer que considere específico, não falo, quer dizer tenho apenas uma atitude de cidadão. Mas minhas opções são conhecidas: são opções de esquerda (risos). Em geral, tento falar ou agir politicamente apenas quando tenho algo mais agudo a dizer: algo "inoportuno". Isto é, não se juntar simplesmente à maioria, ao que é conveniente. Trata-se então de deslocar o código político, falar uma linguagem política que não seja imediatamente traduzível pelo código dominante. Tento analisar a linguagem política, a retórica política, os signos políticos dominantes. Tento modificar estes signos e, assim, politizar outras áreas do discurso, mostrar que há política lá onde não se a procura, onde não se a vê. Isto é: politizar de outra maneira o discurso. (DERRIDA, 1995, sem paginação).

Em “Papel Máquina” (2004b), Derrida, novamente, marcará sua posição:

Obtendo êxito de maneira irregular, mas nunca o bastante, tentei, portanto, ajustar um discurso ou uma prática política às exigências da desconstrução. Não sinto um divórcio entre os meus escritos e os meus engajamentos, apenas diferenças de ritmos, de modo de discurso, de contexto, etc. (DERRIDA, 2004b, p. 348).

Aqui, quando fala sobre engajamento, Derrida refere-se à sua militância contra a pena de morte, sua defesa aos sem-documentos, sua adesão à causa das minorias como mulheres, homossexuais, e sua luta contra o *apartheid*, essa que o levou a escrever sobre a experiência dos tribunais de perdão da África do Sul. Também vale detalhar que a partir de 1994, ano em que Nelson Mandela instituiu a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, que pretendia alcançar a “verdade” como condição para o perdão, o filósofo acompanhou de perto o funcionamento da comissão sul-africana, parecendo particularmente interessado no mecanismo de *vir à tona*, identificando aí um movimento oposto ao do recalque que tudo esconde e oprime (RODRIGUES, 2006, p. 331).

Rajagopalan (2005) retoma algumas das provocações de Derrida neste sentido de empurrar o filósofo a fazer filosofia sempre em ação, ou seja, sempre de forma consequente, almejando intervir no mundo, nos rumos de seus acontecimentos. O autor pergunta-se “Como pode a palavra impactar o mundo?” (p. 121). Em suma, indica a necessidade de que nossas

reflexões tenham efeitos tangíveis no mundo e entende que isto passaria pela condição de ter uma filosofia que leve o fenômeno da linguagem a sério.

Deste modo, torna-se claro que para Derrida tratar da linguagem é fazer política. E havia uma política necessária a ser feita no nível da linguagem, qual seja, a desconstrução necessária de uma “política teológica de soberania”. Não à toa, ele falou em “crise” e “sintoma” da linguagem, tratando esta crise da soberania do signo, sobretudo, como uma crise ética, que em voz soberana:

(...) tem o poder miraculoso de apresentar o juízo e, no próprio ato de apresentá-lo, validá-lo – isto é, criar ou decretar todas as condições para que ele seja recebido, não mais como um simples juízo, mas sim como um fato verdadeiro. A voz soberana transforma o ato performativo em ato constativo e, no mesmo gesto, confere a ele o certificado de verdade. É sobre essa premissa – a da transformação do performativo em constativo – que descansa um dos mais famosos exemplos da manifestação da voz soberana: “E Deus disse ‘faça-se luz’, e a luz se fez”. (RAJAGOLAPAN, 2005, p. 123).

A crise da soberania à qual se refere o filósofo é, portanto, uma crise dentro da própria linguagem. Refere-se aos limiares da linguagem, na zona fronteira do dizível ao indizível, do pensável e do não pensável, do que seria ou não passível de registro e nomeação. E se a crise se instala dentro da linguagem, logo podemos pensar que estará nela os vetores de sua transformação e/ou dissolução de clausuras e dogmatismos.

1.2 Desconstrução no Mal de Arquivo

“Gosto da expressão ‘amigo da psicanálise’. Ela diz a liberdade de uma aliança, um compromisso sem status institucional. O amigo mantém a reserva ou o recuo necessários à crítica, à discussão, ao questionamento recíproco, às vezes o mais radical”. (DERRIDA in *De que amanhã...diálogo*, 2004).

Ao entender a desconstrução como estratégia de leitura que incide diretamente sobre um texto, convém, primeiramente, retomar dois de seus pressupostos para pensá-la no “*Mal de Arquivo*” (2001a).

O primeiro aponta que seria somente do interior da linguagem em questionamento que se alcançaria a possibilidade da dissolução de clausuras e dogmatismos impregnados a tal linguagem. Dito de outro modo, para operar a desconstrução seria preciso adentrar no terreno e no interior do sistema desconstruído, decompor os discursos com os quais ele opera, revelando seus pressupostos, suas ambiguidades e contradições. Seguindo as palavras de Derrida

(1967/2002) já mencionadas, “(...) não podemos enunciar nenhuma proposição destruidora que não se tenha já visto obrigada a escorregar para a forma, para a lógica e para as postulações implícitas daquilo mesmo que gostaria de contestar” (p. 233).

O segundo pressuposto trata do trabalho entoadado dentro das unidades de sentido de uma dada teoria, um trabalho que visa encontrar os princípios que lhe dão forma, ao mesmo tempo em que busca identificar os princípios das ruínas destas mesmas unidades. “Ora, por um movimento lento cuja necessidade mal se deixa perceber” (DERRIDA, 1973, p. 8), trata-se de reconhecer que inevitavelmente todo discurso teórico, concomitantemente à sua positivação, traz consigo seu próprio potencial de desconstrução, sendo necessário ler este movimento para fazer com que este discurso avance.

Derrida atenta para a impossibilidade e armadilha de buscar desconstruir o discurso da metafísica, pondo-se supostamente “de fora” do discurso da metafísica. E no “Mal de Arquivo” (2001a) adotará uma postura coerente, na medida em que opera a desconstrução do discurso freudiano a partir do diálogo profundo com bases do discurso freudiano¹⁰.

Importante também considerar que o “Mal de Arquivo” (2001a) não se apresenta como produção isolada na trajetória teórica de Derrida, que em seu percurso filosófico debruçou-se longamente sobre a problemática da escritura como eixo central de suas pesquisas, estabelecendo assim um vasto campo de estudo e interlocução com a linguagem freudiana por anos a fio.

A leitura do “Mal de Arquivo” (2001a) situa o leitor na lógica questionadora que caracteriza a desconstrução, esta que aponta, invariavelmente, para a necessidade de interlocução crítica com o material a ser desconstruído, convidando a “resistir à *própria* língua em que é enunciada” e “resistir com o *próprio* material deslocado” (ROUDINESCO, 2004, p. 9, grifos nossos). Configura-se, portanto, como obra empenhada na tessitura de um diálogo de Derrida com Freud, em um mergulho na linguagem psicanalítica e em seus fundamentos visando encontrar elementos para este trabalho de desconstrução, mais precisamente de deslocamento de um conceito de arquivo antigo e tradicional para uma nova noção de arquivo calcada em novas bases.

Nos debruçaremos sobre o “Mal de Arquivo” com o objetivo de pensar as possíveis contribuições desta obra de Derrida para o alcance de novos limiares interpretativos à teoria

¹⁰ Como exemplo temos, “Freud e a cena da escritura” (1967). “A carta postal: de Sócrates a Freud e além” (1980), “Fazer justiça a Freud” (1991), “Resistências da psicanálise” (1996), “Os estados da alma da psicanálise” (2001b).

psicanalítica. Quais seriam as implicações da leitura questionadora oferecida pela estratégia da desconstrução nesta obra? Se através da desconstrução haveria uma proposta de abertura para o aguçamento do senso crítico em relação à leitura de textos e para o afinamento dos instrumentos, quais seriam então seus efeitos para a psicanálise?

“Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana” é um ensaio empreendido por Jacques Derrida a partir de uma conferência proferida pelo autor em 5 de junho de 1994, em Londres, por ocasião de um colóquio internacional intitulado: *Memória: a questão dos arquivos*, organizado pela *Sociedade Internacional de História da Psiquiatria e da Psicanálise*, pelo *Museu Freud*, bem como pelo *Instituto de Arte Courtauld*. O trabalho apresentado na conferência trazia como título inicial, “O conceito de arquivo. Uma impressão freudiana” e foi modificado posteriormente para “Mal de arquivo. Uma impressão freudiana”, publicado pela primeira vez em 1995 na França e traduzido para o português em 2001, em formato de ensaio.

Neste ensaio, derivado de uma conferência, Derrida realiza uma interpretação da versão clássica de arquivo presente no discurso da história, aquela concepção de arquivo estático e fixo na sua consistência ontológica, concernente a um “conjunto de documentos estabelecidos como positivities, na sua materialidade, e que seria ainda, na sua pretensa objetividade, o reflexo do que ocorreu de fato na experiência histórica” (BIRMAN, 2008, p. 109), trazendo o arquivo, como o que “(...) não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável passado” (DERRIDA, 2001a, p. 28). A leitura da obra permite compreender que, de fato, o autor propõe uma desconstrução conceitual do arquivo como até então era concebido, complexificando-o à luz da psicanálise.

O “Mal de Arquivo” (2001a) compreende cinco seções, não capítulos. *Exergo*, *Preâmbulo*, *Anteproposta*, *Teses* e *Post-scriptum*. A organização do ensaio a partir de seções independentes estrutura a obra de modo coerente a esta dimensão do arquivo destacada por Derrida, isto é, esta que não tratará somente do local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável passado.

Nas palavras de Solis (2014):

Observe-se que a obra de Derrida, *Mal de Arquivo*, abandona em sua escritura a forma de começos, não possui começo nem fim, mas se postula como *avant-propos*, exergo, preâmbulo, anteproposta, teses (ou próteses), querendo mostrar um inacabamento, sempre em aberto e um arquivo por vir. (p. 384).

Dada a extensão desta terminologia freudiana utilizada por Derrida no “Mal de Arquivo” (2001a), além das articulações possíveis à proposta de desconstrução, vale retomar

as palavras pronunciadas nas primeiras páginas desta obra. Palavras significativas, na medida em que enunciam uma expectativa de revolução a ser provocada pela psicanálise à problemática do arquivo: “Como o subtítulo indica (‘Uma impressão freudiana’), a psicanálise **deveria** provocar uma revolução ao menos potencial à problemática do arquivo.” (DERRIDA, 2001a, p. 8, grifos nossos).

Identifica-se no ensaio a polissemia do termo “impressão”. Derrida o pensará em três sentidos, merecendo atenção o destaque dado ao sintagma “uma impressão freudiana”, elemento presente em ambos os títulos da conferência e ensaio. O ensaio enuncia expectativas em termos de participação e contribuição da psicanálise freudiana na formulação desta nova noção de “mal de arquivo”, fazendo-nos perguntar o porquê da psicanálise vir carregada desta expectativa. Teria a psicanálise provocado a revolução esperada neste diálogo? E por que, para Derrida, ela traria este potencial revolucionário?

Tendo em vista os dois movimentos da desconstrução – mergulho nas bases de uma teoria e identificação de suas contradições –, pensaremos o “Mal de Arquivo” (2001a) frente a três teses que se configuram como promessas teóricas de Freud e denunciadas por Derrida em suas incoerências. Neste movimento de questionamento e alcance de uma abordagem, relembro as palavras de Coracini (2010): “Derrida mostra as tensões inevitáveis entre o desejo de coerência que governa a filosofia – e eu acrescentaria (aliás, como ele o fez em diversos momentos) toda disciplina, área de conhecimento ou ciência – e as evidências de sua impossibilidade” (p. 128).

No entanto, para compreender esta expectativa revolucionária atribuída às contribuições da psicanálise à problemática do arquivo, voltemo-nos, primeiramente, para a nova concepção de arquivo apresentada na obra.

O arquivo será pensado a partir de uma trama constituída pelo entrecruzamento de princípios formadores, na perspectiva de sua realização institucional. Derrida expõe um arquivo constituído por dois princípios e, no início do ensaio, propõe um olhar para a dupla designação da palavra arquivo. Resgata que o radical *Arkhe* traz ao mesmo tempo dois sentidos distintos: começo e comando, cada um correlato a um princípio. De um lado, identificamos o começo como princípio físico, histórico, *ali onde* as coisas começam segundo a natureza ou segundo a história do ponto de vista *ontológico*. De outro, o comando como princípio *nomológico*, o princípio da lei, *ali onde* os homens e os deuses comandam, onde se exerce a autoridade, a ordem social, lugar a partir do qual a ordem é dada.

O processo crítico do autor se faz presente logo nos termos “ali onde” e “nesse lugar”, a partir dos quais passa a questionar o estatuto desse “ali”. “Como pensar esse ‘ali’ e como pensar este ‘ter lugar’ ou este tomar o lugar do *arkhê*?” (DERRIDA, 2001a, p. 11). Tais questões revelam uma perspectiva de desconstrução e de desnaturalização das vicissitudes do arquivo que, neste sentido, aparece como algo não pronto ou previamente determinado, mas constituído e entremeadado por lugares de poder.

Sobre os lugares postos aos arquivos, Derrida retoma o sentido de *arkheion* grego, inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam. Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse *lugar* que era a casa deles (casa particular, casa da família ou casa funcional) que se depositavam então os documentos oficiais. Segundo o filósofo, foi assim, nessa chamada domiciliação, nesta obtenção consensual de domicílio, que os arquivos nasceram. Precisavam de uma localização e de um guardião, não poderiam prescindir de um suporte, de uma residência.

Interessante considerar a análise de Derrida no que se refere ao entrecruzamento dos princípios ontológico e nomológico/arcôntico nesta configuração do arquivo, já que este revela uma complexidade de fatores em algumas camadas de influência. Um cenário topo-nomológico se abre, impondo a necessidade de pensar sobre a organização e os determinantes intervenientes na confecção do arquivo.

Primeiramente, Derrida atenta para as passagens institucionais promovidas pelas moradas, lugares dados aos arquivos no encontro com a lei. Reforça que tais passagens podem ou não acontecer, exemplificando que a transição do privado para o público proporcionada pelo arquivo, não significa, necessariamente, a passagem do secreto ao não-secreto. Aponta que, em tal estatuto, os documentos, que não são sempre escritos discursivos, não são guardados e classificados no arquivo, senão em virtude de uma *topologia* privilegiada (DERRIDA, 2001a, p. 13). Assim, com a ênfase dada à questão da topologia privilegiada, apresenta um lugar particular de escolha onde a lei e a singularidade se cruzam no privilégio, retirando o arquivo de uma condição aleatória, imparcial ou naturalizada e lançando-o num lugar arbitrário.

Segundo Derrida:

No cruzamento do topológico e do nomológico, do lugar da lei, do suporte e da autoridade, uma cena de domiciliação torna-se ao mesmo tempo visível e invisível. Insisto nisso por razões que, espero, se esclarecerão mais adiante. Remetem todas a esta topo-nomologia, a esta discussão arcôntica de domiciliação, a esta função árquica, na verdade patriárquica, sem a qual nenhum arquivo viria à cena nem

apareceria como tal. Para se abrigar e também para se dissimular. (DERRIDA, 2001a, p. 13).

Posteriormente, o autor destaca que esta função arcôntica não é somente toponomológica e não requer que o arquivo seja apenas depositado em algum lugar sobre certo suporte estável à disposição de uma autoridade hermenêutica legítima. Trata-se de pensar no arquivo não apenas do ponto de vista de sua localização ou da função guardião do arconte, em seu direito e competência hermenêuticas, mas também em sua capacidade de *consignação*. A consignação, aqui, não deve ser entendida apenas no sentido corrente de confiar ou por em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas no ato de consignar reunindo os signos.

Sobre a consignação, esta é definida por Derrida como algo que tende a coordenar um único *corpus* em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal. Desenvolve que num arquivo não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou segredo que viesse a separar (*secernere*), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião.

No entanto, observa-se que esta definição de consignação apresenta mais do que uma proposta de reunião de signos por consignação e pode tender para um ideal de homogeneidade e plenitude do arquivo. A utilização das palavras “unidade” e “configuração ideal” reafirmaria a concepção tradicional de arquivo, esta que não abre espaço para a consideração de lacunas, segredos e heterogeneidades em sua constituição. Será esta concepção que, justamente, será aqui questionada e desconstruída.

Descrito o campo institucional do arquivo, haverá a conclusão de que uma teoria do arquivo deve incluir a teoria desta institucionalização, ou seja, da lei que aí se inscreve e do direito que a autoriza. Este direito põe e supõe um conjunto de limites que têm uma história, uma história desconstrutível e cuja desconstrução a psicanálise, no mínimo, não terá ficado alheia (DERRIDA, 2001a, p. 14). Derrida entende a psicanálise como força questionadora, ao mesmo tempo passível de questionamento.

Nas palavras do autor:

Esta desconstrução em curso diz respeito, como sempre, à instituição de limites *declarados* intransponíveis, seja o direito das famílias ou do Estado, sejam as relações entre o secreto e o não-secreto, ou, o que é outra coisa, entre o privado e o público, sejam os direitos de propriedade ou de acesso, de publicação ou de reprodução, sejam a classificação e a *ordenação*: o que pertence à teoria ou à correspondência particular, por exemplo? O que pertence ao sistema? À biografia ou à autobiografia? À anamnese pessoal ou intelectual? Nas obras ditas *teóricas*, o que é digno desse nome e o que não é? Devemos no fiar no que diz Freud a esse respeito para classificar suas obras?

Devemos acreditar em sua palavra quando apresenta seu *Moisés...* como um “romance histórico”? (...) (DERRIDA, 2001a, p. 14-15).

Tomada esta concepção inovadora do arquivo, agora com a psicanálise em foco, pensemos as três teses/promessas de Freud elencadas no *Mal de Arquivo* (2001a), bem como as denúncias de suas contradições simultaneamente apontadas por Derrida. A psicanálise, aqui compreendida como arquivo psicanálise, será lida pelo viés da desconstrução.

A primeira tese/promessa de Freud aparece ligada a uma única e decisiva tópica do aparelho psíquico (DERRIDA, 2001a, p. 119). Conforme foi dito, Derrida operará a desconstrução, esta passagem do tradicional ao novo através do apoio em noções estabelecidas por uma terminologia eminentemente freudiana. É possível perceber na confecção deste ensaio a participação de elementos metapsicológicos, como os ligados às impressões, memória, cifragem de inscrições inconscientes, recalque, repressão, censura e pulsão de morte, ou seja, componentes do arcabouço teórico de uma psicanálise empenhada em discutir questões relativas às marcas da tipografia, constituindo-se uma ciência do arquivo.

Derrida enfatizará que Freud, por um lado, tornou possível o pensamento de um arquivo propriamente dito, ou seja, o de um arquivo psíquico que não se reduz nem a *mneme* nem a *anamnesis*, mas um arquivo hipomnésico. Este sendo já um espaço psíquico, que não se reduz à memória, nem como reserva consciente, nem como rememoração, mas como ato de lembrar. E o filósofo também enfatizará, por outro lado, que Freud, numa posição de metafísico clássico, manterá invariavelmente em seu discurso o primado da memória viva da anamnese em sua temporalização original. O filósofo localiza na teoria freudiana a existência de uma tensão incessante entre o arquivo e a arqueologia, reconhecendo que, ainda que tenha trazido o arquivo psíquico para um campo de relativização ao discurso logocêntrico da metafísica, tentou, sem cessar, reconduzir à arqueologia o interesse original que tinha pelo arquivo psíquico.

Com efeito, há sua observação quanto ao aparecimento da palavra “*archiv*” nos “Estudos sobre a Histeria” (1895), texto do qual também extraiu duas citações que, a seu ver, revelam algo de um gozo de Freud em suas viagens num campo de escavações. Em tais citações, Freud falará da entrevista de anamnese como método de trabalho, utilizando a arqueologia como metáfora. A crítica de Derrida, neste sentido, se fará do seguinte modo:

(...) momento e não processo, este instante não faz parte do deciframento laborioso do arquivo. É o instante quase estático com o qual Freud sonha: quando o sucesso mesmo de uma escavação deve assinalar o apagamento do arquivista: *a origem fala dela mesma*. O *arkhê* aparece a nu, sem arquivo. Ele se apresenta e comenta a si própria. “As pedras falam!”. No presente. Anamnese sem hipomnese! O arqueólogo conseguiu fazer com que o arquivo não sirva mais para nada. Ele se *apaga*, torna-se transparente

ou acessório para deixar a *origem* se apresentar ela mesma em pessoa. Diretamente sem mediação e sem atraso. Sem nem mesmo a memória de uma tradução foi conseguido. E este seria o “progresso” de uma “anamnese” (DERRIDA, 2001a, p. 120).

Eis a contradição de Freud exposta: ao mesmo tempo em que ele sustenta a teoria de um arquivo psíquico contrário àquele postulado pela metafísica, ou seja, aquele arquivo fixo e congelado como local de estocagem do passado, que tem uma origem a ser resgatada a partir de um trabalho de rememoração que conduziria o sujeito a um suposto marco primeiro; imerso em metáforas arqueológicas, Freud afirmará esta lógica da metafísica ocidental. Ou seja, embora a teoria freudiana preconize a hipomnese, a cifragem de inscrições, o recalque e a pulsão de morte como forças atuantes no psiquismo – configurando um modelo arquivado de escritura – revela-se amarrada aos pressupostos da lógica que teoricamente confrontou. Perde-se de vista aqui a dimensão crítica do *arkhê* trazida por Derrida, esta pensada politicamente em diferentes camadas de influência, imersa em briga entre forças contrárias, perpassada pela questão do lugar e da lei, do silêncio e do privilégio, e volta-se para aquela noção de arquivo reduzida a um dado estritamente objetivo, a um bloco homogêneo aguardando ser encontrado pelo que marcou nos recônditos do tempo passado.

A segunda tese/promessa de Freud, alvo da desconstrução, refere-se mais claramente ao segundo dualismo pulsional de 1920 e sua participação na economia do arquivo. Sobre este ponto, Derrida (2001a) dirá que, se por um lado o arquivo freudiano é possibilitado pela pulsão de morte, de agressão e de destruição, isto é, também pela finitude e pela expropriação originárias; se por um lado a ênfase é colocada para além da finitude como limite num “movimento propriamente in-finito de destruição radical sem o qual não surgiria nenhum desejo nem mal de arquivo” (p. 121-122), por outro lado, Freud novamente assumirá a posição de um metafísico clássico.

Há aqui o entendimento de que Freud ignora a dimensão espectral do arquivo, recusando-se a acreditar no que ele sempre levou em conta: a morte, a existência virtual do espaço espectral, a crença no fantasma. Deste modo, Derrida considera que quando Freud faz esta recusa na crença do fantasma, reaproximando-se do modelo positivista de arquivo, evidencia de modo ainda mais patente seu apoio na arqueologia.

A crença, o fenômeno radical da crença, única relação possível com o outro enquanto outro, não tem finalmente nenhum lugar possível, nenhum estatuto irredutível na psicanálise freudiana, que, contudo, a torna possível. Daí a promessa arqueológica de um retorno à realidade, aqui no caso a efetividade originária de um solo de percepção imediata. Um solo mais profundo e mais seguro que o do arqueólogo Hanold. Mais arqueológico ainda. O paradoxo adquire uma forma surpreendente, propriamente

alucinante no momento em que Freud se vê obrigado a deixar os fantasmas falarem durante o tempo das escavações arqueológicas mas acaba por exorcizá-los no momento de dizer, quando enfim, trabalho acabado (ou supostamente), “as pedras falam!”. Acredita exorcizá-los no instante em que os deixa falar, contanto que estes fantasmas falem, acredita Freud, figuradamente. Como as pedras, só isso... (DERRIDA, 2001a, p. 122).

A citação explicita a contradição: não há lugar na teoria freudiana para aquilo mesmo que ela possibilita. Como pensar esta questão? Encontramos neste trecho a dubiedade de Freud que ao mesmo tempo em que reconhece a existência da crença, do fantasma e da spectralidade em seus arquivos, fecha os olhos para sua percepção, estabelece certa surdez e volta-se para a antiga concepção de arquivo, justamente aquela que parecia haver se proposto a desconstruir.

A terceira e última tese/promessa destacada refere-se à confrontação de Freud ao princípio arcôntico do arquivo. Com o “Mal de Arquivo” (2001a) – através deste resgate etimológico da dupla origem do radical *arkhê* e do consequente estabelecimento dos princípios topo e nomológico na confecção do arquivo –, a questão do lugar e da lei ganharão centralidade, dando ao arquivo uma nova complexidade. Assim, será através da psicanálise, esta que justamente questiona com força estes aspectos do lugar e a lei em sua teoria, que Derrida encontrará respaldo para sua fundamentação.

O filósofo afirma esta contribuição, reconhecendo que ninguém esclareceu, analisou e desconstruiu melhor que Freud o princípio arcôntico do arquivo – o que nele supõe não o *arkhê* originário, mas o *arkhê*, nomológico da lei, da domiciliação, da instituição e da filiação – remetendo a “Totem e Tabu” (1913) a sustentação de como este princípio arcôntico, isto é, parental e patricarcal não se colocava senão repetindo e retornando para se re-colocar senão no parricídio. Para ele, Freud “(...) retorna o parricídio recalcado ou reprimido no nome do pai como pai morto. O arcôntico é a tomada do poder do arquivo pelos irmãos. A igualdade e a liberdade dos irmãos. Uma certa ideia ainda viva de democracia” (DERRIDA, 2001a, p. 123).

No entanto, segundo Derrida, tanto na vida como na obra, tanto nas suas teses teóricas como na compulsão de sua estratégia institucionalizante, Freud repetiu a lógica patriarcal. Como exemplo, relembra a afirmação no “O homem dos ratos” (1909), no qual Freud declarou que o direito patriarcal (*Vaterrecht*) marcava o progresso civilizador da razão. O filósofo também destaca a presença desta premissa patriarcal enfatizada pelo homem Freud, pai da psicanálise, em sua postura pessoal e institucional, abrindo com isso uma reflexão pertinente aos psicanalistas.

Assim, ele afirma:

(...) na promessa patriarcal, ali onde todos os seus herdeiros, os psicanalistas de todos os países, se uniram como um só homem para segui-lo e fazer subir as apostas. A tal ponto que, decênios após sua morte, alguns podem se perguntar se seus filhos, tanto quanto seus irmãos, ainda podem falar em seu próprio nome. Ou se sua filha foi alguma vez na vida (*Zoé*) algo mais que um fantasma ou um espectro, uma *Gradiva rediviva*, uma *Gradiva-Zoé-Bertgang* de passagem pelo número 19 da Bergasse. (DERRIDA, 2001a, p. 123).

A reflexão é pertinente e torna-se ainda mais bem-vinda ao destacar o caráter do por vir inerente ao arquivo. Em seus questionamentos sobre a imputação do arquivo ao terreno da herança fechada e da memória consignada da tradição, afirma Derrida (2001a) que: “Ao mesmo tempo, mais que uma coisa do passado, antes dela, o arquivo deveria *pôr em questão* a chegada do futuro” (p. 48, grifo do autor). Ora, aí está uma tarefa posta aos psicanalistas em sua relação com este arquivo sempre inacabado que é a psicanálise. Poderão os psicanalistas pôr em questão o princípio patriarcal impregnado na instituição psicanalítica e falar em nome próprio?

Até este ponto temos clara a posição de Derrida nesta obra, “Com Freud, sem Freud, às vezes contra Freud (...)” (DERRIDA, 2001a, p. 9). Há o movimento crítico da desconstrução, aplicado à psicanálise. O autor, imbuído no discurso freudiano em reflexões sobre o arquivo, na mesma medida em que dispõe de um arsenal psicanalítico para fundamentar o “Mal de Arquivo”, não poupará o arquivo psicanálise de interpelações quanto à sua constituição e realização institucional. A psicanálise, neste sentido, não será preservada de indagações referentes às aporias, contradições, armadilhas e promessas postas em um quadro revelador de tensões, de modo a pensar no mal de arquivo como fenômeno intercedente e participante da constituição do arquivo/ciência psicanálise.

Com efeito, na toada crítica de interpelação ao arquivo psicanálise, merece destaque o espaço dedicado a uma discussão de maior densidade. Talvez a discussão na qual a desconstrução incida de modo mais radical sobre o texto. Encontramos no “Mal de Arquivo” (2001a), o estabelecimento de um diálogo aprofundado com a obra “Moisés e o Monoteísmo” (1939) a partir da exploração dos argumentos utilizados pelo historiador do judaísmo, Joseph Hayim Yerushalmi em seu livro “Moisés de Freud: Judaísmo terminável e interminável” (1992). Neste importante eixo, abre-se uma conversa com ambos os autores a partir da qual Derrida lançará novas luzes sobre o texto de Freud, em um trabalho de releitura.

Podemos dizer que nesta parte da obra, o arquivo psicanálise será pensado desde uma intersecção, uma “(...) ciência cujo arquivo institucional e teórico deveria comportar, de pleno direito, os documentos mais privados, algumas vezes até secretos? Começando por aqueles de seu presumido fundador, seu arquipai, seu patriarca. Freud?” (DERRIDA, 2001a, p. 33). Em outras palavras, Derrida relacionará a noção de arquivo tanto com a memória histórica quanto

com a memória pessoal de Freud, num cruzamento entre dois tipos de inscrições freudianas: uma pública, no início referente a uma citação de Freud presente no “Mal-estar na cultura” (1930/2015) e outra (aparentemente) privada, oriunda de um arquivo pertencente à história pessoal de Freud, à sua judeidade em um episódio ligado a uma dedicatória feita pelo seu pai na bíblia (Tora), que lhe fora dada como um presente.

Derrida questionará o caráter supostamente privado deste tipo de inscrição, tratando-a como documento híbrido público-privado, feito através de um acúmulo. Retoma o filósofo: “Este monumento muito singular é também o documento de um arquivo. De modo reiterado, deixa o rastro de uma incisão diretamente na pele: mais de uma pele, em mais de uma era” e prossegue: “O arquivo da singular inscrição privada de que falarei pertence, há alguns anos, ao domínio público (...)” (DERRIDA, 2001a, p. 33).

O lugar interseccional de Freud na obra – pessoa, nome próprio *versus* teórico, criador da psicanálise – será considerada por Derrida como questão a não ser desfeita nas críticas ao arquivo psicanálise. A assinatura freudiana será pensada a partir da impressão que deixa sobre seu próprio arquivo, sobre o conceito de arquivo e consequentemente da historiografia, bem como sobre a formação de um conceito em geral. Derrida utilizará o termo assinatura freudiana “para não ter que decidir entre Sigmund Freud, o nome próprio, por um lado, e, por outro, a invenção da psicanálise: projeto de saber, de prática e de instituição, comunidade, família, domiciliação, no estado presente de seu arquivamento” (DERRIDA, 2001a, p. 15). O autor dirá que, para nós, o que está em jogo se situa justamente *entre os dois*.

Tanto que a psicanálise, ao mesmo tempo em que será pensada como a que questiona a história em seus limites declarados intransponíveis – relações de família ou do Estado, questão do secreto e não secreto, privado e público, será vista como aquela que apresentará um discurso com limites pouco claros em termos da diferenciação biografia *versus* autobiografia, anamnese pessoal *versus* intelectual nas obras de Freud que, na ironia de Derrida (2001a), são “ditas teóricas” (p. 14-15).

No *Mal de Arquivo* (2001a), encontramos alguns exemplos deste cruzamento. Na parte final do ensaio, momento em que Derrida se dedicará a uma análise do trabalho de Freud “Delírios e sonhos na *Gradiva* de Jensen” (1906-07/1996), abrirá sua seção “Teses” com duas citações. A primeira referente a uma carta de Freud a Wilhelm Fliess, carta esta que Derrida apontará como momento no qual Freud define as relações de “estratificação” topográfica, arqueológica ou arquivada entre vários tipos de registro, funcionando como prenúncio da “Nota

sobre o bloco mágico” (1925/2010). A segunda citação refere-se a um trecho extraído diretamente do artigo de Freud sobre a “Gradiva”.

Derrida expõe ambas citações no epílogo da seção “Teses” de seu ensaio, denunciando de modo provocativo a intersecção entre o sujeito/pessoa Freud e o teórico Freud na construção das hipóteses que virá sustentar na Gradiva:

Viena, 6 de dezembro de 1896

[...] Acabo de enfeitar minha escrivaninha com réplicas de estátuas florentinas. Foi para mim extremamente repousante. Tenho um projeto de ficar rico para repetir esta viagem e sonho com um Congresso em solo italiano! (Nápoles, Pompéia). Recomendações carinhosas a todos vocês, teu, Sigm” (FREUD, 1956, p. 160 apud DERRIDA, 2001a, p. 109)

Um jovem arqueólogo, Norbert Hanold, descobriu num museu de antiguidades em Roma um relevo que o atraía muitíssimo, do qual conseguiu com grande prazer uma excelente cópia em gesso, que colocou em seu gabinete de trabalho. (FREUD, 1906-07, p. 21-22 apud DERRIDA, 2001a, p. 109).

Aqui, podemos entender com mais clareza o porquê de Derrida, na confrontação da primeira tese/promessa freudiana na obra, ter se referido a Freud como o “irmão de Hanold”, “o apaixonado por estatuetas de pedra” (DERRIDA, 2001a, p. 120), na afirmação da atração de Freud pela arqueologia, pela concepção metafísica do arquivo e, conseqüentemente, pela recusa da complexidade do arquivo (*arkhê*).

Há outro exemplo trazido para pensar a indissociabilidade das dimensões pessoal e teórico-institucional posta no arquivo psicanálise. Este, por sua vez, aparece ligado à confusão entre as dimensões público e privado e que marcará diretamente o nome de Freud: “Somos assim introduzidos à questão, sempre aberta, de saber o que quer dizer o título ‘Casa de Freud’, o museu de Freud como uma ‘Casa de Freud’, o *arkheion* do qual nós somos anfitriões, no qual falamos, a partir do qual falamos” (DERRIDA, 2001a, p. 33).

Em suma, Derrida parece empenhar-se em denunciar este cruzamento para sustentar o que para ele seria a tese das teses, ou seja, a de que o discurso freudiano sobre o arquivo aparece, portanto, dividido (DERRIDA, 2001a, p. 116). Antes de enunciar as três teses/promessas de Freud em relação ao arquivo neste ensaio, afirma que “no momento em que a psicanálise formaliza as condições do mal de arquivo e do arquivo ele próprio, repete a mesma lógica à qual resiste ou que faz de objeto” (p. 119). Com isso, expõe a contradição freudiana em perspectiva de análise, ratificando a tese de que não haveria arquivo sem mal de arquivo e, localizando, por fim, o mal de arquivo como questão presente não apenas no desenvolvimento

teórico da psicanálise, mas em Freud naquilo que concerne a atravessamentos de sua história pessoal, sobretudo à sua relação com a própria judeidade.

Neste sentido, merece atenção a reflexão empreendida em torno da circuncisão. Afinal, em seu *exergo*, Derrida destacará dois lugares de inscrição: a tipografia e a circuncisão. Enquanto a primeira se refere ao modelo arquivar de aparelho psíquico proposto pela psicanálise, àquele paradigma de aparelho ligado à existência de um suporte externo, a segunda, ou seja, a circuncisão, tratará desta marca íntima diretamente sobre o corpo, de algo menos tipográfico que a primeira, mas ainda assim referido a uma marca gráfica e à repetição, também ao documento de um arquivo.

Relembra o autor que a circuncisão trata de início, aparentemente, de uma inscrição privada, mas pergunta-se até que ponto isto estaria circunscrito ao âmbito privado. Afinal, ela traz à tona o signo da aliança, a marca de uma etnia e cultura, abrindo o problema que é pensar sobre de qual arquivo aqui estaríamos considerando nesta análise. Novamente, o autor se pergunta onde faz passar a linha do limite entre a instituição e a ciência psicanalítica e Sigmund Freud e, tomando a circuncisão como marca tipográfica, arquivo existente no corpo de Freud, aponta para a inevitabilidade da extensão deste arquivo no corpo teórico freudiano para o corpo institucional da psicanálise.

O monumento singular da circuncisão, assim, tornar-se-á o documento de um arquivo de caráter público, traduzido em diferentes idiomas e aberto à interpretação através da preciosa contribuição de Yerushalmi. Será na tentativa de compreender esta divisão, o mal de arquivo em Freud, que Derrida recorrerá a um arquivo considerado por ele crucial¹¹, acessado pelo trabalho do historiador, grande erudito da história judaica do holocausto, “(...) em suma, o primeiro guardião, o primeiro leitor, talvez o único arconte legítimo” (DERRIDA, 2001a, p. 35).

Trata-se de uma inscrição em forma de dedicatória. Foi escrita pela mão de Jakob, filho de R. Shelomoh Freud, o arquipatriarca, o avô da psicanálise, e destinada a seu filho Shelomoh Sigmund Freud no dia do seu trigésimo quinto aniversário em Viena no dia 6 de maio de 1891.

¹¹ Derrida refere-se a este arquivo como a descoberta de um tesouro, algo que configura um momento na história do arquivo que não será qualquer. Mostra-se impressionado com o livro de Yerushalmi, dedicando sua conferência ao historiador. O filósofo também revela “Por uma razão que se esclarecerá mais tarde, ousarei dedicá-la ao mesmo tempo aos meus filhos – e também à memória de meu pai, que se chamava também, como a própria vida, Hayim.” (DERRIDA, 2001a, p. 34). Interessante pensar sobre esta declaração de Derrida, situando-o como homem também judeu, impressionado com a obra de Yerushalmi tanto quanto atravessado pessoalmente por este arquivo. Tal revelação, curiosamente, o coloca em uma posição similar àquela pensada para Freud no “*Mal de Arquivo*” (2001a); ou seja, a de falta de clareza quanto aos limites de cruzamento pessoal e teórico na relação de um pesquisador com seus objetos de interesse.

Observa-se aqui uma linhagem de transmissão: R. Shelomoh Freud, avô de Sigmund Freud, presenteia com uma bíblia (Tora) seu filho Jakob, pai de Sigmund Freud, e avô da psicanálise que, por sua vez, presenteia seu filho Shelomoh Sigmund Freud, pai da psicanálise, com esta mesma Tora, mas com uma dedicatória e uma nova capa.

O *Mal de Arquivo* (2001a) visa explorar a complexidade desta transmissão. Pensará que um dom porta esta inscrição e que o que o pai dá a seu filho é ao mesmo tempo uma escritura e um suporte. O suporte é a própria bíblia, uma bíblia Philippsohn que Freud estudara em sua juventude e que seu pai, depois de tê-la ofertado como presente antes, a restitui como presente com uma nova encadernação de couro. A escritura, por sua vez, será pensada na obra em sua dimensão simbólica:

Encadernar, ligar as folhas novamente é um ato de amor. De amor paternal. Tão importante quanto o texto em *melitzah*, estes fragmentos bíblicos, litúrgicos ou rabínicos que compõem a longa dedicatória e transmitem, por sua vez, todo pensamento do pai. O texto fala sobre o tema de uma pele nova. “*new skin*” diz a tradução inglesa do hebraico, “*uma nova capa de pele*”, segundo os tradutores franceses da tradução inglesa. (DERRIDA, 2001a, p. 34).

Encontramos no ensaio uma análise, uma atenção às palavras utilizadas por Jakob na dedicatória. O autor aponta a necessidade de sublinhar as palavras que ali indicam a instituição da tradição e da lei, isto é, a dimensão arcôntica sem a qual não haveria arquivo, mas também para a lógica e a semântica do arquivo, “(...) da memória e do memorial, da conservação e da inscrição que põem em reserva (*‘store’*), acumulam, capitalizam, estocam uma quase infinidade de camadas, de estratos arquivais (...)” (DERRIDA, 2001a, p. 35). Neste sentido, pensa a leitura do arquivo desta dedicatória em termos de escavações geológicas ou arqueológicas e, numa analogia entre a nova capa de couro ofertada por Jakob a seu filho Sigmund, reflete sobre suportes ou superfícies de peles, novas ou velhas, as “epidermes hipermnésicas ou hipomnésicas de livros ou de pênis” (p. 35).

A nova pele dada ao livro mostra uma relação tão clara ao simbolismo da circuncisão – nova capa, nova pele – que, não à toa, observa o autor, a dedicatória do avô da psicanálise recorda, ao menos figuradamente, a circuncisão do pai da psicanálise, depois do sétimo dia nos anos de sua vida (“*In the seventh in the days of the years of your life*”).

Passemos à tradução francesa da citação inglesa, esta proposta de leitura de Derrida à dedicatória de Jakob pinçada por Yerushalmi. Material sobre o qual o filósofo se detém, destacando algumas palavras, interpretando o texto, portanto. Aqui, suas palavras entremeiam o documento e estão entre parênteses e colchete:

“Filho que me é querido, Shelomoh. No sétimo ano dos dias de tua vida (*In the seventh in the days of the years*), o Espírito do Senhor começou a te agitar e Ele se dirigiu a ti (*whithin you*): Vai, lê no meu livro, este que eu escrevo, e se abrirão para ti as fontes da inteligência, do saber e da sabedoria. Este é o livro dos livros onde os sábios mergulharam (*excavated*), onde os legisladores (*lawmakers*) aprenderam o saber e o direito. Tu tiveste uma visão do Todo-Poderoso, tu escutaste e te esforçaste para fazer e voaste nas asas do Espírito. Desde então, o Livro ficou reservado (*stored*), como os restos das mesas, nunca arca (*ark*) a meus cuidados (*with me*). Nesse dia, onde teus anos chegaram a cinco mais trinta, eu o recobri de uma nova capa de pele (*a cover of new skin*), e o chamei ‘jorrai, ó poços, cantai-o’ e dediquei-o a ti para que seja para ti um memorial, um lembrete [*a memorial and a reminder*, os dois ao mesmo tempo, um no outro e temos talvez na economia destas duas palavras toda a lei do arquivo: *anamnesis, mneme, hupomnema*] da afeição de teu pai que te ama com um amor eterno.

Jakob filho de R. Shelomoh Freid [*sic*]

Em Viena, capital, 29 nissan [5]561, 6 de maio [1]891. (DERRIDA, 2001a, p. 36).

Vale notar que além de observar esta dedicatória de Jakob Freud e seus efeitos, Derrida concentrará a maior parte de seus comentários ao último capítulo do livro de Yerushalmi. Este que, diferentemente dos outros capítulos do livro, assumirá o formato de ficção, palco de um diálogo estabelecido entre o historiador e o fantasma de Freud. Ele se mostrará surpreso ao fato de um historiador tão pautado em critérios historiográficos ter se autorizado a dedicar o último capítulo de sua obra a uma narrativa ficcional. A que estaria referida esta heterogeneidade na obra de Yerushalmi? Por que Derrida escolheu inclinar-se eminentemente neste capítulo ficcional?

Derrida considera este capítulo, este no qual uma cena entre Yerushalmi e Freud se monta em formato de monólogo – Yerushalmi empreende este monólogo com Freud –, uma passagem onde Yerushalmi parece surpreender tudo, tudo aquilo que pode dizer e fazer, no fio de uma só frase. Numa analogia à noção de umbigo do sonho trazida por Freud em “A interpretação dos sonhos” (1900), o autor dirá que podemos ficar tentados a considerá-lo o umbigo do livro, enunciando assim seu caráter enigmático. Para ele, tudo parece suspenso por este umbigo, pelo umbigo do acontecimento que um livro como esse representa (DERRIDA, 2001a, p. 51).

O filósofo recorta a tal frase inserida na última página do livro de Yerushalmi, esta que, na leitura do filósofo, será um lance teatral dentro de outro lance teatral – sendo o primeiro lance teatral a revelação da dedicatória de Jakob – e dirá do futuro numa obra voltada completamente à memória e ao arquivo: “Muito dependerá, sem dúvida, da maneira pela qual definiremos os termos *judeu* e *ciência*” (*Much will depend, of course, on how the very terms Jewish and Science are to be defined*). Relembra que esta frase seguia uma alusão a “muito trabalho ainda por fazer” (“*much future work*”) e sublinhava ainda mais, engrandecendo-a, a

abertura deste futuro no qual a *própria possibilidade do saber* ficava suspensa ao condicional (DERRIDA, 2001a, p. 51).

Ao final, de posse deste arquivo em formato de dedicatória, importa aqui pensar, dentro deste lance teatral dentro de outro lance teatral empreendido por Yerushalmi, em seu monólogo com Freud, a exposição daquilo que o historiador investigará, reafirmando o atravessamento do mal de arquivo em Freud na construção de seu “Moisés” (1939/1996). Derrida acompanha o perscrutar de Yerushalmi, nomeado aquele que quer ser o arconte do arquivo secreto de Sigmund Freud, o arqueólogo, o primeiro arquivista e, assim, para o filósofo, o caminho trilhado pelo historiador se fará promissor não somente quando revela a tal dedicatória em sua explícita demanda amorosa paterna, como no momento em que investiga a obra freudiana e denuncia um esquecimento ou ambiguidade de Freud que suscitará grande inquietação.

O que o arquivo desta dedicatória determinará para Freud em termos de construção teórica e mais especificamente na construção dos argumentos sustentados no “Moisés” (1939/1996) configura uma importante questão a ser explorada.

Conhecido o trabalho de Freud para desvincular a psicanálise da pecha de “ciência judaica”, o fato é que Yerushalmi buscará em Freud algo que explicita as relações da psicanálise com o judaísmo a propósito de dois pontos.

O primeiro conta de uma citação privada da qual Yerushalmi tomou posse. Trata-se de uma correspondência de Freud com Enrico Morselli em 1926, que dizia que: “Não tinha certeza que a psicanálise fosse, como ele [Enrico Morselli] pensava, um produto do espírito judaico, mas que, se assim fosse, não ficaria envergonhado” (p. 67).

O segundo ponto trata de uma citação obtida mediante rastreamento. O historiador rastreou diferentes edições do artigo de Freud “Um estudo autobiográfico” (1929), observando o “esquecimento” ou eliminação de uma frase que conferiria a importância e atravessamento do judaísmo em sua obra. Yerushalmi nota que Freud acrescenta em 1935 uma frase a seu trabalho “Um estudo autobiográfico” de 1929. Ele diz: “O fato de ter mergulhado muito cedo, mal havia terminado o aprendizado da leitura, no estudo da história bíblica, determinou de maneira durável, como me dei conta muito depois, a orientação de meus interesses” (FREUD, 1935 *apud* YERUSHALMI, 1993 *apud* DERRIDA, 2001a, p. 76).

Ora, primeiramente, em 1926, Freud se diz não envergonhado pela marca judaica em sua obra, posteriormente, em 1929, esquecerá da frase que afirma o atravessamento do judaísmo na psicanálise, para depois, em 1935, acrescentar uma frase ao trabalho de 1929. Tal esquecimento explicita o conflito presente em Freud na sua relação com o tema do

entrelaçamento psicanálise e judaísmo. Yerushalmi, assim, apresenta Freud sob efeito de um mal de arquivo, sujeito que reprime a importância do judaísmo em sua obra, estabelecendo com isto uma ambiguidade.

No entanto, se Yerushalmi, ao conhecer os esforços de Freud para que a psicanálise fosse e não fosse considerada uma ciência judaica, o interpelou, interpretando uma frase sua apagada, esquecida e retomada em diferentes edições como efeito de um mal de arquivo (supondo aqui que Freud recalcou a importância do judaísmo em sua obra). Assim, será Derrida quem interpelará Yerushalmi, localizando que ele mesmo entrará em mal de arquivo no momento em que ele argumenta sobre a morte de Moisés e propõe narcisicamente o Um (DERRIDA, 2001a, p. 86).

Há questões importantes a aprofundar nesta discussão. Relembremos que Derrida já anunciava o gozo de Yerushalmi no momento em que quis se afirmar no posto do primeiro arquivista, o arconte que detém todas as informações concernentes ao arquivo. Depois, pensemos na contradição de um monólogo estabelecido pelo historiador com uma figura espectral em um caminho de exigências por respostas. Yerushalmi exigiu respostas, denunciou contradições, mas dialogou em monólogo com um fantasma?

Reconhecemos com isso a importância de explorar a releitura da obra “Moisés e o Monoteísmo” (1939/1996) estabelecida por Derrida, esta que, seguindo a lógica da desconstrução, virá pautada tanto pela afirmação das ideias de Yerushalmi quanto pelas críticas a seus argumentos.

Considera-se também importante pensar a especificidade da contribuição de Derrida para uma obra como o “Moisés”. Uma vez estabelecida a noção de “mal de arquivo”, desconstruído o arquivo em sua concepção clássica, como poderíamos pensar temas discutidos por Freud nesta obra, tais como a noção de traços mnêmicos ligados a impressões exteriores, arquivos transgeracionais, lembranças de experiências ancestrais, por exemplo? Uma vez que tomaremos Freud sob efeito do mal de arquivo na construção deste trabalho, quais serão suas consequências para a psicanálise?

Partiremos para o próximo capítulo reconhecendo a necessidade de explicar a concepção de mal de arquivo desenvolvida por Derrida e até aqui tantas vezes mencionada.

2 ARQUIVOS DO MAL E MAL DE ARQUIVO

“Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie.” (Walter Benjamin)¹²

O conhecimento do arquivo em sua realização institucional, tal como foi exposto no capítulo anterior, ainda não traz elementos suficientes para a compreensão da complexidade da noção de mal de arquivo desenvolvida por Derrida em sua obra. Será preciso avançar. Essa deverá ser pensada em camadas mais profundas, em seu campo não dicotômico de divisão e contradições. Exploraremos este campo neste capítulo e, em um recorte necessário a esta pesquisa, seguiremos a reflexão sobre o estabelecimento da noção de mal de arquivo fundamentalmente a partir do cotejo com o trabalho do filósofo armênio Marc Nichanian (2012) a propósito da consideração do arquivo como testemunho.

No entanto, para explorarmos esta questão do mal de arquivo, faz-se importante observar em primeiro plano que Derrida operou a alteração do título de sua obra no momento em que converteu a conferência “Conceito de arquivo. Uma impressão freudiana” (1994) em um ensaio publicado com o nome “Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana” (2001a). Esta substituição, da palavra “conceito” pela palavra “mal”, podemos pensar, anuncia mudanças significativas nas considerações sobre o arquivo que serão expostas doravante.

Temos uma ênfase de Derrida posta na palavra “mal” e, com isso, pode-se assim dizer que, para um filósofo dedicado a pensar os textos em sua estrutura formal, sua organização retórica, bem como seus tipos textuais, esta troca de palavras acentuando o mal não poderia se revelar anódina. Por que Derrida, *a posteriori*, inclui o “mal” em seu título? Qual a extensão do “mal” em sua obra e o que o “mal” quer dizer aqui nas reflexões sobre o arquivo?

Aos poucos é possível entender que a reformulação do título do trabalho de Derrida pautada pela introdução da palavra “mal” encontra sentido em sua estratégia de leitura, isto é, na desconstrução, constituindo-se elemento indispensável às reflexões apresentadas no ensaio.

Primeiramente, temos aqui a lógica da desconstrução aplicada à ideia de “conceito de arquivo” – que figurava no título da conferência de 1994. Pela desconstrução, como vimos, através da denúncia da impossibilidade de um pensamento se organizar em torno de conceitos fechados em si, numa pretensa homogeneidade, abandona-se o uso da palavra *conceito* que, por

¹² BENJAMIN, W. “Sobre o conceito da história”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. revista. Sérgio Paulo Rouanet (trad.), Márcio Seligmann-Silva (revisão técnica). São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 245.

sua vez, estaria impregnada desta concepção homogeneizante. Podemos pensar que não à toa Derrida (1973) elege o termo quase-conceito¹³ para expressar aquilo que resiste à definição, de modo que aqui, a substituição da palavra “conceito” pela palavra “mal” apresentará o “mal” como representante desta não homogeneidade inerente ao arquivo, do “quase”, daquilo que não fecharia um bloco unitário.

Em suas palavras:

Ora, quanto ao arquivo, Freud jamais conseguiu formar um conceito digno deste nome. Nós também não. Não temos conceito, apenas uma impressão, uma série de impressões associadas a uma palavra. Oponho aqui o rigor do *conceito* à vaga ou mesmo franca imprecisão, à relativa indeterminação de uma tal *noção*. “Arquivo” é somente uma *noção*, uma impressão associada a uma palavra e para a qual Freud e nós não temos nenhum conceito (...) Esta seria uma das teses: há razões essenciais devido às quais um conceito em formação fica sempre inadequado ao que deveria ser, dividido, disjunto entre duas forças. E essa disjunção teria uma relação necessária com a estrutura do arquivamento. (DERRIDA, 2001a, p. 43-44).

Entende-se que neste movimento, o autor, ao invés de adequar a linguagem/conceito ao que ela não mais daria conta com este fechamento “arquivo”, iluminará o que excede, aquilo que até então vinha excluído da concepção de arquivo tradicional e assim o fará com a introdução do “mal”, formulando o “mal de arquivo”.

Num segundo momento, reparemos também no mal que, ao mudar de posição na sintaxe, compondo em princípio o termo “arquivos do mal” para depois ganhar espaço na expressão “mal de arquivo”, título do ensaio, responde àquele propósito da desconstrução referente ao derrubamento da hierarquia de termos, instalando a alternância de primazia de um termo sobre o outro. Em outras palavras, observemos que Derrida, ao cunhar o mal de arquivo, lança luz sobre o mal como elemento preponderante que exerce primazia sobre o arquivo, tirando-o da condição de efeito secundário e alçando-o à posição de produtor, inclusive pela posição que ocupa na frase, posição precedente e primeira na expressão “mal de arquivo”.

Neste sentido, tal como o significante antes secundarizado sobrepôs-se ao significado, a escrita à voz *phoné* (DERRIDA, 1973), o mal passa a ser não apenas este que precede como aquele que se sobrepõe ao arquivo, participa inevitavelmente do arquivo, instalando na obra a impossibilidade de existência de um arquivo sem mal de arquivo. Com a introdução do “mal”, teremos de agora em diante esta interdependência crucial marcada pelo reinado do mal na constituição do arquivo.

¹³ Na “Gramatologia” (1973), em um trabalho laborioso, uma das possíveis definições para o quase-conceito de *différance* é: “conceito econômico designando a produção do diferir, no duplo sentido desta palavra” (p. 29).

Por fim, observemos na obra o “mal” multifacetado, numa multiplicidade de significados assumidos por determinadas expressões utilizadas no ensaio, estas marcadas pelo “mal” e modificadas em função da sintaxe. Por exemplo, o termo “mal de arquivo” não será sinônimo de “arquivos do mal”; assim como “mal de arquivo” diferirá em sentido frente ao termo “perturbação do arquivo”. Portanto, temos que para Derrida mal não será sinônimo de perturbação. Haverá também a utilização dos termos “mal de arquivo” e “**estar em/estar com**”¹⁴ mal de arquivo”, denotando um campo de diferenças radicais entre ambas expressões.

Derrida (2001a) atribui uma diferença de sentido entre os termos perturbação de arquivo (*trouble d'archive*) e mal de arquivo (*mal d'archive*), numa reflexão tanto sobre a divisão do discurso freudiano ao tratar do arquivo quanto sobre a amplitude do emprego destes termos no contexto político. Para ele, não é indiferente se tratamos simultaneamente como mal ou como perturbação de arquivo os sintomas mais leves ou das grandes tragédias holocásticas da nossa história e de nossa historiografia moderna; de todos os revisionismos detestáveis às mais legítimas, necessárias e corajosas re-escrituras da história. Ou seja, ele nos diz que se torna pertinente discriminar, inclusive, o atravessamento do mal de arquivo e da perturbação do arquivo em Freud e na psicanálise.

Sobre a perturbação do arquivo, Derrida pontua:

A perturbação do que é aqui perturbador é sem dúvida aquilo que perturba e turva a visão, o que impede o ver e o saber, mas é também a perturbação dos assuntos perturbantes e perturbadores, a perturbação dos segredos, dos complôs, da clandestinidade, das conjurações meio privadas, meio públicas, sempre no limite instável entre o público e o privado, entre a família, a sociedade e o Estado, entre a família e uma intimidade ainda mais privada que a família, entre si e si. (DERRIDA, 2001a, p. 117)

A perturbação do arquivo, nesta direção, transmite para além do ocultamento o sentido de desvelamento de verdades, podendo ser pensada como um evento potencialmente capaz de expor estados fronteira dos arquivos e romper com os silenciamentos impostos por certas conjunturas políticas.

A perturbação turva a visão, abrindo um campo fronteira. Derrida relembra que o arquivo revela sempre um problema de tradução e suporta a tensão de ter que ser idiomático, e ao mesmo tempo ofertado e furtado à tradução, aberto e subtraído à iteração e à reprodutibilidade técnica.

¹⁴ Grifos nossos

O autor também aponta que a perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo, o que, somente no idioma francês¹⁵, abriria para um novo significado. Por exemplo, a expressão “em mal de arquivo/estar com mal de arquivo” assume conotações bastante diferentes de um mal ou perturbação:

É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está já com mal de arquivo. (DERRIDA, 2001a, p. 118-119).

Daqui temos que o termo mal de arquivo, este capaz de produzir a perturbação do arquivo, ou seja, o turvar da visão, bem como de todos os silenciamentos; quando colocado como um estado (**estar em/estar com** mal de arquivo) evocará uma dualidade fundamental, abrindo para um sentido diametralmente oposto. Podemos também pensar que a introdução do “mal” na reformulação do arquivo demandará a adoção de uma nova posição subjetiva em sua abordagem, em um trabalho que não se faz meramente intelectual e que obrigaria o labor de um *pathos* necessário para seu enfoque e acesso.

Com isso, desde a reformulação por Derrida, tomaremos tanto o mal quanto a perturbação como dimensões inerentes ao arquivo, este elemento que apresenta a perturbação em seu cerne, configurando um campo ambíguo. Conforme já pensado, pela estratégia da desconstrução, concede-se aqui à ambiguidade e à indecidibilidade um lugar central no trato com o conceito de arquivo, recuperando-o como “quase-conceito” que se recusa à definição com a chegada do “mal” em seu cerne. O autor, neste sentido, afirma que “Nada é menos claro,

¹⁵ Merece atenção o fato de Derrida ter encontrado justamente e exclusivamente no contato com o idioma francês este novo sentido tão oposto ao sofrimento ou à perturbação para significar a expressão “estar em mal de arquivo” ou “estar com mal de arquivo”. Coracini (2010) trouxe um dado curioso a respeito da história de vida de Derrida que revela sua relação muito particular com a língua francesa. Derrida nasceu na Argélia em 1930, mais precisamente no Maghreb, sendo, portanto, franco-magrebino. Ainda menino, sofreu as consequências da colonização esmagadora, da história violenta das relações entre a França e o Maghreb, e seus pais, por sua vez, não quiseram que ele aprendesse árabe. Ele deveria compulsoriamente falar francês e aprender francês na escola. Na juventude, perdeu, sem nada haver dito ou perguntado, arbitrariamente, sua cidadania francesa sem que nenhuma outra fosse colocada no lugar. Anos depois recuperou-a. Tal acontecimento tomou de surpresa todos os judeus da Argélia, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, decisão unilateral do governo francês, já que não houve, como testemunha o próprio Derrida, nenhuma Ocupação alemã naquele país. Segundo a autora, essa atitude arbitrária, injusta e, ao mesmo tempo, sem sentido, certamente deixou marcas traumáticas na identidade de Derrida – sua e do seu grupo – “na pertença ou não-pertença da língua, nessa filiação à língua” (DERRIDA, 1996, p. 35). Coracini (2010) sublinha que no *Monolingüismo do Outro*, o filósofo não cessará de repetir e referir-se à língua francesa, à *sua* língua, como a única que ele possuía, mas que não lhe pertencia.

nada é menos garantido hoje em dia do que a palavra arquivo (...) nada é tanta perturbação nem mais perturbador” (DERRIDA, 2001a, p. 117), tratando de considerar a reelaboração conceitual do arquivo como processo que:

Evoca sem dúvida um sintoma, um sofrimento, uma paixão: o arquivo do mal (...) frente aquilo que arruína, desvia ou destrói o próprio princípio do arquivo levanta-se então infinita, fora de proporção, sempre em curso, “em Mal de Arquivo”, a espera sem horizonte acessível, a impaciência absoluta de um desejo de memória. (DERRIDA, 2001a, p. 10).

Desde então, podemos entender que o mal surge vinculado à paixão, à impaciência, a uma experiência pulsional em sua dualidade radical, que se dará no coração do arquivo.

Nesta discussão, percebe-se também que em sua obra Derrida tomará os arquivos do mal como ponto de partida para suas reflexões a respeito da necessidade de desconstrução do conceito de arquivo, como até então postulado pela historiografia em seu imperativo objetivante. Justamente, o autor tomará os arquivos do mal como eixo de problematização ética, pensando desde este eixo os efeitos da exclusão de dimensões como estas do mal e da perturbação na constituição de um arquivo.

Podemos pensar que se 1967, na “Gramatologia”, Derrida denunciara a inflação de um signo – a saber, a linguagem, até então tomada numa perspectiva unívoca pelo estruturalismo – compreendendo tal inflação como uma crise/sintoma e fundando pela desconstrução a noção de escritura transbordante à linguagem; será em 2001, no “Mal de Arquivo”, que atentará para a inflação do signo arquivo, entendendo que o modo como este vinha sendo postulado e compreendido não permitiria dar conta da coisa em si, produzindo, pelo contrário, um problema ético de fabricação de arquivos do mal.

Sigamos a trilha de Derrida e pensemos sobre os arquivos do mal, este denunciante de uma crise e/ou sintoma da história, sinalizador da inflação ou insuficiência do arquivo da metafísica, indicador da necessidade de contemplação do “mal” na economia e enunciação do arquivo, disparador da perturbação e do *pathos* derridiano que, conforme já mencionado, não sente um divórcio entre seus escritos e seus engajamentos, apresentando o pressuposto do “pensar em ação” em trabalhos preocupados com a identificação do que se mostraria obscurecido nos registros da história. Recuperando a ideia de que os arquivos do mal não serão sinônimos de mal de arquivo nesta obra, mas que, por sua vez, tratam de dimensões indissociáveis que configuram a trama do arquivo, pensaremos no caminho proposto por Derrida.

Ao tomar as palavras como vetores políticos, ou seja, a não separação entre linguagem e política posta no pensamento derridiano, entendemos o caminho proposto logo no parágrafo inicial do “Mal de Arquivo” (2001a). As primeiras palavras do livro desembocam em uma indagação: “Por que reelaborar hoje um conceito do arquivo? Numa única e mesma configuração, a um só tempo técnica e política, ética e jurídica?” (DERRIDA, 2001a, p. 7). E trilham para questões a respeito dos desastres que marcam o fim do milênio, fazendo-se arquivos do mal, ou seja, aqueles que, na visão do autor, são dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, recalcados e conduzem para o debate sobre os revisionismos históricos e o estabelecimento e tratamento de tantos dossiês.

Neste sentido, em suas primeiras considerações, Derrida associa a proposta de reelaboração do conceito de arquivo com a necessidade de reflexão e alcance dos silenciamentos e traumas que constituem a história, estabelecendo a reelaboração do conceito de arquivo como caminho necessário para nos havermos com tais questões. Em outras palavras, o autor inicia este ensaio apontando que para haver uma efetiva possibilidade de acesso e compreensão dos chamados arquivos do mal, deveríamos, como ponto de partida, lançar luz sobre a maneira como concebemos um arquivo, reelaborando nosso modo de concebê-lo desde um contexto/tendência ao apagamento e aos desvios dos registros das tragédias e desastres que marcam nossa história.

Qual seria a nossa maneira de constituir um arquivo? Derrida parece frisar que, antes de buscar analisar/interpretar o que se apresenta como arquivo na história, precisamos problematizar nosso modo de registrar/arquivar, nosso modo de entender este exercício arquivar do sujeito que, uma vez restrito à concepção logocêntrica da historiografia, resultaria empobrecido e iatrogênico.

Cabe resgatar que desde a “Gramatologia” (1973), obra considerada inaugural da desconstrução, Derrida dispensa atenção ao tema do comando do logocentrismo sobre a formação de conceitos, questionando a história da metafísica que sempre atribui ao *logos* a verdade em geral, bem como o conceito de ciência e cientificidade que também foi determinado como lógica, imperialismo do *logos*. Aplicada a reflexão ao campo da linguagem e da escritura, o autor desta vez mostra-se especialmente atento ao arquivo em seu esgotamento enquanto conceito, trabalhando novamente com o princípio de que a universalidade imposta pela metafísica comporta em si um potencial de violência e a necessidade da desconstrução. No *Mal de Arquivo* (2001a), partirá do pressuposto da inevitabilidade da perturbação de uma estrutura fechada, pensando nesta perturbação destinada ao arquivo.

Interessante reconhecer o contexto da indagação de Derrida na abertura do ensaio, afinal, perguntar-se sobre o porquê de reelaborar um conceito hoje convoca a atenção para as determinações de um dado momento histórico, para o presente em constante transformação e para as diferentes questões políticas propostas pelo seu desenrolar. A questão também faz pensar sobre as necessidades reveladas por certo tempo histórico, sobre as mudanças que imporiam a reelaboração de um conceito de arquivo, abrindo, neste sentido, uma pergunta em franca pertinência.

Birman (2008) aponta para a necessidade de inscrever a crítica conceitual de Derrida no contexto histórico em que ela se apresentou para não perder e silenciar o seu alcance estratégico. Para ele, o “Mal de arquivo” (2001a) deve situar-se, necessariamente, em um conjunto histórico amplo marcado pela efervescência de debates ético-políticos no plano internacional, afirmando-se como obra representativa da intenção de interpretação de impasses que se apresentavam – e se apresentam – no mundo.

Neste sentido, o autor circunscreve o ensaio de Derrida, vinculando-o a um contexto vincado por múltiplas desconstruções de arquivos sobre o mal, exemplificado pela discussão das questões do holocausto judaico e os horrores promovidos por regimes totalitários; pela ampla naturalização do genocídio na segunda metade do século XX; pela criação do Tribunal Penal Internacional até a constituição da categoria do crime contra a humanidade. Na contemporaneidade, o insere em um momento em que foi enunciado os Estados fora-da-lei, com os desdobramentos militares da política intervencionista norte-americana no governo Bush; na ebulição da discussão sobre a problemática do testemunho, nos diferentes registros da história, da arte, da literatura e da filosofia; na crítica do estatuto da pena de morte; na quebra da categoria política de *soberania*, efeito da mundialização e do cosmopolitismo.

Moraes (2000) debruçou-se sobre o tema do poder de mobilização do horror e da barbárie quando excluídos dos registros de uma história arquivada, numa tentativa de pensar sobre as representações do mal que: “(...) tendo desaparecido da cena simbólica, reapareciam com força assassina na cena da história” (p. 149). A autora utiliza a expressão cunhada por Bataille – “A Memória da Fera” – para tratar de um “conhecimento da dor”, mas também de um “conhecimento da dor possível” e pensar sobre a inquietação que tomou conta do pensamento europeu após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo quando os documentos do horror começaram a ser divulgados. Para ela, esta inquietação representou muito mais que simples perplexidade, pois a barbárie nazista compeliu a reconsideração das bases do humanismo que a realidade colocava radicalmente em xeque.

Kehl (2000), nesta mesma direção, marcará que não à toa o nazismo começa com uma preocupação e uma proposta *estéticas*: banir da cultura europeia as representações do mal, as mesmas a que se referem Bataille e Renato Janine como características da arte moderna. Relembra a autora que *Entartete Kunst*, “arte degradada”, era como os nazistas se referiam às produções que procuravam elaborar e criar um espaço simbólico para a “feiúra” (como a arte de Kokoshka); o erotismo; o “doentio” (como os textos de Freud), a perversidade. Ela assim pontua: “Vocês sabem o que os alemães fizeram com o *Entartete Kunst*: uma fogueira monumental. Em nome do bem...” (p. 143).

As palavras das autoras alinham-se às críticas de Derrida direcionadas ao arquivo historiográfico, este que desconsidera a participação do mal na produção do arquivo, tamponando-o em sua série de efeitos. A partir destas considerações, pode-se pensar tanto na exigência de trabalho psíquico imposto ao sujeito na consideração da barbárie e do horror como parte da história, quanto na importância de retomar a relação com o arquivo em sua dimensão patológica (*pathos*). Também permite a reflexão sobre os efeitos potentes de um suposto e imposto desaparecimento destes elementos perturbadores da cena simbólica.

Seligmann-Silva, Ginzburg e Hardman (2012) reforçam que a violência política pontuou o século XX de modo que, não por acaso, obriga não só a retomada do debate em torno da questão da violência humana – demasiado humana, mas também da questão da memória do mal. Segundo os autores, esta questão da memória do mal ainda lança sua sombra sobre nós e com elas todos os debates em torno dos memoriais, museus, antimonumentos e do mapeamento da memória. Também impõe uma reflexão sobre as mídias e o registro da violência, ensinando-nos a ler a literatura e as artes plásticas como trabalhos de inscrição da memória do mal (p. 9).

Os comentários dos autores permitem pensar sobre o engodo denunciado por Derrida em sua obra: o da reconstituição histórica pautada em uma retrospectiva que se pretende fielmente reprodutora de acontecimentos objetivos; naquela perspectiva de preenchimento, completude, racionalidade e fixidez na realização de um arquivo. Sobretudo, possibilitam a reflexão sobre os efeitos da exclusão do registro da catástrofe e da violência dos escritos da história.

Seligmann-Silva (2015) também reforça a crítica à concepção tradicional de história e historiografia feita por Derrida. Ele retoma que é este registro tradicional, do trabalho da história como levantamento de evidências e de documentos, de provas e atestações irrefutáveis que estaria ligado ao registro da lei do arquivo e do arquivamento. E conclui que a lógica do arquivo que acredita na construção da realidade a partir do documento, que pensa dentro da análise

classificatória, da articulação e imposição de hierarquias, que reduz o outro à normalidade e igualdade do próprio, esta lógica do arquivo está sempre por trás da razão genocida, esta razão que barra a inscrição de qualquer traço.

Em palavras diferentes das trazidas por Derrida, Seligmann-Silva (2015) contrapõe duas lógicas paradigmáticas na leitura da história: a lógica da historiografia tradicional, arquivista, *arquivarquivista*, a que pretende que só exista fato se houver *provas* e concebe a verdade como atestação visual, dominante no âmbito da história-arquivo; e a lógica da história como trauma, contrariando veementemente a lógica anterior e apontando para a necessidade do abandono do registro dos fatos, do arquivo em seu poder arcônico de dizer onde está e o que é a verdade, reconhecendo a necessidade da escuta do testemunho: “Trata-se de assumir a visão traumática da história e a necessidade de inscrever a violência a contrapelo da lei do arquivamento – que é também, a lei do esquecimento da violência” (SELIGMANN-SILVA, 2015, p. 51).

Seligmann-Silva (2015) cita algumas considerações feitas pelo filósofo armênio Marc Nichanian (2012) a respeito do que nomeou *vontade genocida* [*genocidaire*. genocidária], esta que, segundo o autor, incorpora ainda uma violência mítica, uma “perversão historiográfica”, título de seu ensaio publicado em 2006. Nesta toada de interdependência entre o que se manifesta e o que se silencia na história, entre o esquecimento e a tentativa de inscrição dos efeitos de catástrofes, vale retomar a seguinte citação do filósofo sobre a conjuntura do século XX neste sentido: “(...) vemos aí um fenômeno característico do conjunto do século 20, que é o século dos genocídios justamente porque é o século do arquivo” (NICHANIAN, 2006 *apud* SELIGMANN-SILVA, 2015, p. 51).

Afinal, quanto de vontade genocidária cabe para uma vontade de memória frente às catástrofes da história?

Nichanian (2012) discorreu sobre esta seara, situando as dificuldades do testemunho no contexto de vontades gladiadoras. O filósofo relembrou o arsenal teórico construído para a compreensão do tema, resgatou referências importantes¹⁶, debatedoras do tema do testemunho em contextos de catástrofes. Por fim, concluiu que, entretanto, apesar de todos os esforços, parece ainda não se entender direito a natureza do acontecimento em questão e, conseqüentemente, a da “escrita do desastre” (p. 13). Analisa a si próprio ao perceber que só obteve esta clareza após ter acumulado um material crítico sobre a literatura armênia da catástrofe e o testemunho armênio do século XX. Também aponta que embora os sobreviventes e seus descendentes, há mais de noventa anos, não tenham cessado de narrar os acontecimentos

¹⁶ Dentre elas, o autor menciona Jean-François Lyotard, Shoshana Felman e Giorgio Agamben.

de 1915-1916 por meio de suas recordações pessoais e das que lhes foram legadas, não se constitui uma história do testemunho armênio¹⁷.

Frente a esta dificuldade, utilizando o “caso armênio” como pano de fundo para uma reflexão mais ampla a respeito da articulação entre elementos como os arquivos do mal de Derrida, suas possibilidades e impossibilidades de inscrição e a chamada lei do arquivo; Nichanian (2012) levanta indagações que revelam sua consciência a respeito do tamanho deste problema:

Mesmo se tivéssemos lido todos os testemunhos, e, até, se estivéssemos de posse de uma tipologia histórica do testemunho no “caso” armênio, será que compreenderíamos melhor a natureza desse acontecimento que acabo de nomear por seu nome próprio: a Catástrofe? Será que saberíamos melhor qual é o “poder” da escrita perante a extrema violência, perante uma vontade manifesta de extermínio *sem resto*? (NICHANIAN, 2012, p. 14).

Ciente das resistências impostas à escrita e à construção narrativa pelo testemunho da catástrofe, questionou:

Como ler, de fato, como tornar legíveis textos que visivelmente não respondem aos critérios correntes de legibilidade (e que, às vezes, foram criados apenas para serem silenciosamente arquivados em prateleiras de bibliotecas e institutos de documentação), textos inteiramente habitados pela vontade uniforme do carrasco, a vontade de exterminar? Sem dúvida alguma, é preciso elaborar uma “poética do testemunho”. Mas, de que serviria uma poética do testemunho, se não permitisse ler, nestes textos, o que os guia e dirige: a lei do arquivo? (NICHANIAN, 2012, p. 14-15).

Observa-se que as palavras do autor desembocam em questionamentos que, primeiramente, explicitam um modo particular de leitura de um arquivo. Ele retoma a necessidade de que se leia os textos dos sobreviventes da catástrofe como textos e não como documentos (NICHANIAN, 2012, p. 23) e, neste sentido, aproxima-se das problematizações de Derrida em sua estratégia desconstrutiva, isto é, em seu modo crítico de leitura e abordagem do arquivo que, uma vez imbuído no viés logocêntrico, desembocará em consequências obscurantistas, na formação dos arquivos do mal.

¹⁷ Sobre o genocídio armênio, cito Seligmann-Silva (2009): “Certas catástrofes históricas permanecem enterradas e caladas por décadas ou séculos. Esse é o caso do genocídio dos armênios, ocorrido na Primeira Guerra Mundial na Turquia, que resultou no assassinato de cerca de um milhão e meio de pessoas. Em função da continuidade da perseguição dos armênios, esse genocídio não é reconhecido até hoje, nem internamente naquele país (Turquia), nem internacionalmente; tampouco é o mesmo pesquisado. Ainda em 2005 um congresso sobre esse genocídio, que teria lugar na Universidade de Bogazici, foi impedido de ocorrer pelo governo turco (*Folha de S. Paulo*, 24 set 2005)”.

Nichanian, tal como Derrida, empreenderá críticas diretas a este modo de leitura, ou seja, a uma política de transformação do arquivo/testemunho em mera prova. Dito de outro modo, o filósofo assumirá a tarefa de debater o alcance das regras cognitivas de estabelecimento da realidade histórica e de validação de seu sentido invocadas por historiadores revisionistas, pontuando neste debate que tais historiadores, uma vez que adotam esta posição, estarão reduzidos ao silêncio.

Neste sentido, podemos dizer que para Derrida os arquivos tornar-se-ão arquivos do mal na medida em que padecerem da clausura logocêntrica, esta que os toma em sua parcialidade – documentos de pura racionalidade – e os inclui numa política iatrogênica de fabricação de provas meramente objetivas. Observa-se que Nichanian, por sua vez, tratará do testemunho de modo análogo ao que Derrida tratará do arquivo e, na mesma linha, propõe diretamente “o projeto de libertar o testemunho de todo seu uso historizante, de toda redução a um ‘valor probante’ qualquer, de toda tentativa de lê-lo como se fosse destinado a fornecer provas ou estabelecer fatos” (NICHANIAN, 2012, p. 45), criando para ele um valor de prova e de irrefutabilidade além de seu valor de arquivo.

Em críticas ao modelo de arquivo logocêntrico, a atenção à maneira como se arquivar torna-se fundamental. Ao retomar as palavras de Derrida (2001a): “não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquivar da mesma maneira” (p. 31). Entende-se que o sentido arquivável se deixa também e de antemão co-determinar pela estrutura arquivante, que o arquivamento tanto registra quanto produz o arquivo e que a estrutura técnica do arquivo arquivante – seja esta logocêntrica ou não – será determinante na constituição do conteúdo de certo arquivo. Daí, torna-se fundamental a reflexão sobre este modo particular de estabelecer o exercício arquivar, conscientes de que tal modo de registrar precederá e constituirá seu conteúdo doravante e, conseqüentemente, a maneira de compreender e configurar um dado arquivo.

No entanto, cabe considerar que tanto Nichanian como Derrida entendem a fabricação dos arquivos do mal desde uma trama mais complexa. Compreendem que atribuir a fabricação de arquivos do mal exclusivamente a um aprisionamento derivado de um modelo de leitura do arquivo, sem refletir sobre as forças articuladas que alimentam esta política, resultaria insuficiente. Ambos apontam para a necessidade de reconhecer o contexto de vontades gladiadoras ao qual este modelo de leitura reducionista se mostra submetido, convidando para um olhar para o campo de resistências no qual se insere o arquivo/testemunho.

Para avançar nesta compreensão seria necessário articular a armadilha do logocentrismo a este campo de forças, através de conceitos cunhados pelo filósofo armênio, tais como os já

mencionados aqui. Seriam estes a de “lei do arquivo” e a “vontade genocidária”, ambos pertinentes a esta pesquisa, uma vez que se mostram alinhados à discussão estabelecida por Derrida no “Mal de Arquivo” (2001a), com o estabelecimento da noção de “pulsão arquiviolítica”.

Nichanian levanta a possibilidade de existir um extermínio sem resto, indagando: “E se for o grito da testemunha que desaparece, se o acontecimento consistir na morte da testemunha, será ainda possível que haja um arquivo desse desaparecimento? (2012, p. 15). Nesse sentido, com o levantamento desta questão, o filósofo mostra que além de fazer uma crítica ao modelo de registro historiográfico imposto à catástrofe e ao testemunho, reconhece a existência do que nomeou de extrema violência, aliada a uma vontade de extermínio sem resto frente os esforços de escrita e nomeação. Pergunta-se sobre o desaparecimento via extermínio e sobre a possibilidade de construir algum registro (arquivo) do desaparecimento, admitindo assim o estabelecimento de um campo de batalha no trabalho testemunhal que demandaria da filosofia o esforço para produzir uma poética do testemunho, a partir de referências teóricas de Derrida como a do “Mal de Arquivo” (2001a) e a “*Poétique et politique du témoignage*” (2005).

Merece atenção a questão da vontade de extermínio sem resto, uma vez que estará no cerne das reflexões desenvolvidas no *Mal de Arquivo* (2001a). Este ponto será explorado por Nichanian ligado a um conjunto de elementos que podemos nomear de *questões paradoxais do trabalho testemunhal*, ou fatores relacionados às aporias encontradas nos esforços de tessitura da violência extrema. Destaquemos a articulação feita entre o que o autor denominou vontade genocidária, esta que, segundo ele, será possibilitada pela lei do arquivo, e pensemos sobre o que estes conceitos agregam à problemática do arquivo diante do que Derrida denominou de pulsão arquiviolítica.

Começamos pela pulsão arquiviolítica, nome dado por Derrida à noção de pulsão de morte estabelecida por Freud em “Além do princípio do prazer” (1920/2010).

2.1 Pulsão de Morte: a pulsão arquiviolítica

De início, vale relembrar que Derrida recupera o percurso de Freud para chegar a uma real sustentação do conceito de pulsão de morte em sua teoria, bem como revela o exergo freudiano na enunciação da pulsão de morte como algo indiscutível em sua existência. Trata-se de uma recapitulação feita desde um cruzamento entre as produções “Além do princípio do

prazer” (1920/2010) e “O mal-estar na cultura” (1930/2015), escrito dez anos depois da formulação da noção de pulsão de morte.

Freud empreende um caminho curioso para efetivamente afirmar o quanto a pulsão de morte não é mais uma hipótese discutível. Derrida retoma que mesmo que em Freud esta especulação não tome jamais a forma de uma tese precisa e tenha sofrido resistências em seu reconhecimento, o discurso teórico freudiano indica que a pulsão de morte, depois de um caminho percorrido, recebeu um estatuto importante, podendo ser entendida como outro nome para *Anankê*, a necessidade invencível.

Ao tomar o caminho de Freud explorado por Derrida, encontramos primeiramente o destaque dado a uma citação no início do capítulo VI de *O mal-estar na cultura*, na qual Freud se mostra preocupado em estar fazendo gastos inúteis, mobilizando uma pesada máquina de arquivo com tinta, papel, impressora, para registrar algo que talvez não merecesse tanto investimento:

Em nenhum outro trabalho eu tive tão fortemente como neste aqui o sentimento de apresentar algo que é do conhecimento de todos (*allgemein bekanntes*); de gastar papel e tinta (*Papier und Tinte*) e consequentemente mobilizar o trabalho do tipógrafo e a tinta do impressor (*Setzerarbeit und Druckerschwäze aufbieten*) para relatar coisas que, falando propriamente, são óbvias (*um eigentlich selbstverständliche Dinge zu erzählen*). (FREUD, 1930 *apud* DERRIDA, 2001a, p. 19).

Interessante pensar no que pontua Derrida a este respeito. Em primeiro plano, o filósofo destaca que, agindo desta maneira, o léxico freudiano mobiliza em seu leitor a reflexão da impressão em dois sentidos: tanto naquele da concretude da tecnologia “imprimente” da arquivagem (*Eindruck, Druck, drücken*), quanto no que se refere à “impressão” (*Empfindung*) como sentimento, sensação deixada no leitor de que houve investimento excessivo num arquivo talvez inútil. Depois, Derrida assinala que este movimento de “muita tinta e papel para nada, todo um volume tipográfico, em suma um suporte material desproporcional para ‘contar’ (*erzählen*) histórias que, no final das contas, todo mundo conhece” (DERRIDA, 2001a, p. 19), trata de um movimento retórico de Freud que teria o propósito de levar o leitor a outro lugar: à expectativa de que Freud deveria ter inventado uma proposição original que compensasse todo este investimento anunciado. Em outras palavras, segundo Derrida, à ideia de que Freud deveria ter encontrado algo novo na psicanálise: “uma mutação ou um corte no interior de sua própria instituição teórica. E deveria não somente anunciá-la, mas também arquivá-la: pô-la de alguma maneira no prelo” (2001a, p. 19).

Destaca Derrida que Freud assim o fará, de modo que anuncia e arquiva tal mutação ou corte no interior de sua própria instituição teórica, referindo a pulsão de agressão: “É por isso que não deixarei escapar a ocasião se nos parecer que o reconhecimento de uma pulsão de agressão original e autônoma (*eines besonderen, selbständigen Aggressionstriebes*) significa uma modificação da doutrina psicanalítica das pulsões” (FREUD *apud* DERRIDA, 2001a, p. 19).

Logo entendemos o anúncio da pulsão de agressão dentro deste campo retórico de apresentação. Derrida comenta esta citação de Freud, considerando que “A retórica e a lógica desse trecho são capciosas até a vertigem. Tão retorcidas que afetam a ingenuidade desarmada” (DERRIDA, 2001a, p. 19). Com isso, ele denuncia a estratégia freudiana, *capitatio benevolentiae*, esta que apresenta o discurso da falta de importância de um conteúdo, como se nada de novo tivesse a dizer, quase desculpando-se com o leitor por fazê-lo gastar seu tempo com o que não acrescentaria e não valeria a pena. Esta *capitatio benevolentiae* surge como estratégia de enunciação retórica na medida em que depois de utilizá-la, sensibilizando o leitor, Freud sugere que este gasto no arquivamento não seria em vão nem de pura perda. Eis a marca retórica de Freud:

(...) na hipótese de que faria aparecer o que na verdade ele já sabe que vai fazer aparecer e que não é portanto uma hipótese para ele, uma hipótese em discussão, mas sim uma tese irresistível, a saber, a possibilidade de uma perversão radical, justamente uma diabólica pulsão de morte, de agressão ou de destruição: portanto, uma pulsão de perda. (DERRIDA, 2001a, p. 20).

Passada a *capitatio benevolentiae* no “Mal-estar na cultura”, Derrida lembrará que Freud se sentirá muito à vontade para recordar tudo que no “Além do princípio do prazer” havia introduzido dez anos antes, isto é, “esta pulsão de destruição na economia, ou melhor, na aneconomia psíquica, na parte maldita desta despesa em pura perda” (DERRIDA, 2001a, p. 20). O autor também retoma que Freud, nesta recapitulação da pulsão de destruição como força indiscutível, tocará nas resistências que a pulsão de morte teria suscitado tanto nos círculos psicanalíticos quanto nele mesmo. Nas palavras do autor:

Eu me recordo da minha própria resistência (*meiner eigenen Abwehr*) contra a ideia de uma pulsão de destruição, quando esta surgiu pela primeira vez na literatura psicanalítica; e de quanto tempo foi necessário para que me tornasse receptivo a ela. (FREUD *apud* DERRIDA, 2001a, p. 20).

Segundo Derrida, vencida esta resistência, Freud não pode mais pensar de outra forma. É como se Freud não mais conseguisse resistir à perversidade irreduzível desta pulsão que ele

nomeia pulsão de morte ou pulsão de agressão ou pulsão de destruição, como se estas três palavras fossem, nesse caso, sinônimas.

Dado este preâmbulo construído para pensar a relação de Freud com o estabelecimento da pulsão de morte em sua obra, tomaremos neste tópico a pulsão de morte como protagonista da noção de mal de arquivo aqui desenvolvida, esta pulsão que será nomeada por Derrida de pulsão arquiviolítica. Para tanto, cabe retomar alguns pontos que localizam o diálogo do filósofo com a psicanálise freudiana antes mesmo do surgimento da pulsão de morte como conceito – a ser estabelecido em *Além do Princípio do Prazer* de 1920 – que embasaria a noção empreendida neste ensaio.

Podemos resgatar o apontamento do autor sobre a psicanálise, que, a partir de uma lógica hipomnésica, afirmou-se como teoria não só da memória, mas também do arquivo. Retrospectivamente, podemos afirmar que *Dos Estudos sobre a histeria* (1895/1996), com a teoria do recalque e o método do *talking cure* criado para curar, via interpretação, pacientes que, entendia-se, sofriam de reminiscências; ao *Além do princípio do prazer* (1920/2010), quando Freud postula a existência de uma pulsão específica, a pulsão de morte, empenhada em trabalhar para que não haja ligações, palavras, traços ou marcas que possibilitem qualquer construção simbólica no psiquismo, a psicanálise se propôs a tratar do que permanecera não-dito, enigmático ou excessivo ao sujeito, afirmando-se na máxima de que é preciso falar e elaborar, para não adoecer.

Freud sempre esteve atento à negatividade, àquilo que insistia em operar no sujeito, quanto menos se mostrava iluminado pela lógica da consciência. Fundou seu discurso numa proposição axial de que o inconsciente é uma escrita e se constituiria então como um arquivo. Assim, a concepção freudiana de que o aparelho psíquico seria permeado por marcas e traços, disseminados em diferentes espaços psíquicos – inconsciente, pré-consciente e consciência na primeira tópica e, isso, eu e supereu na segunda tópica – agenciados por operações como o recalque, por exemplo, já colocaria, por si só, a concepção clássica do arquivo à prova (BIRMAN, 2008, p. 117)

No entanto, neste paralelo do arquivo com a escritura, impressão, prótese, ou técnica hipomnésica em geral, o arquivo passa a ser tomado como algo que não se restringe a um lugar de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável do passado, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem ele, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. O arquivo, assim, adquire uma dimensão espectral e fantasmática, aberto ao futuro. Entende-se que será também desde esta perspectiva de relação do arquivo com o futuro que

Derrida se localizará para pensar sobre o caráter de imprecisão e impensado contidos na noção de arquivo. Observa-se a compreensão da imprecisão e da disjunção como características estruturais do arquivo.

Sobre esta falta de clareza que permeia o conceito/noção de arquivo, Klinger (2007) afirmará:

Então, se não temos um conceito estabelecido de arquivo, é porque seria necessário esclarecer o campo enunciativo de que ele mesmo faz parte. Ou seja, o sistema de arquivo que permite hoje falar do arquivo em geral. Esse é o papel da arqueologia para Foucault: ele não busca nenhum começo, mas é uma descrição geral que interroga o já dito ao nível de sua existência, da função enunciativa que se exerce nele, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo que provê. (p. 174)

Portanto, podemos pensar em diferentes elementos formadores da imprecisão que permearia o arquivo, desde a primeira tópica freudiana. Quanto ao conceito de pulsão de morte, considera-se que este tenha radicalizado esta imprecisão, o punhado impensado do conceito e o potencial arquivístico do psiquismo, apresentando algo maior e mais potente do que os mecanismos de defesa que impedem a vinda do material psíquico à consciência e que, por fim, engendraria o já mencionado “trabalho contra o trabalho”. A pulsão de morte, neste sentido, aliada à problemática temporal do arquivo como promessa de futuro e formação, atuaria no cerne deste estatuto de imprecisão que permearia tanto Freud quanto a filosofia na proposta de definição de um conceito de arquivo. Acarretaria em dualidade e imprecisão, em força insistente e irreduzível de apagamento.

Derrida (2001a) retoma Freud em suas considerações sobre as ações da pulsão de morte. Escreve um parágrafo no qual condensa algumas de suas características, iluminando de modo original sua potência de destruição no plano do arquivo e denominando-a, pela primeira vez, pulsão arquiviolítica:

Esta pulsão que é muda (*stumm*) e trabalha, mas, uma vez que trabalha sempre em silêncio, não deixa nunca nenhum arquivo que lhe seja próprio. Ela destrói o seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação mesma de seu movimento mais característico. Ela trabalha para destruir o arquivo: com a condição de apagar, mas também com vistas a apagar seus próprios traços – que já não podem desde então serem chamados “próprios”. Ela devora seu arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido externamente. Esta pulsão, portanto, parece não apenas anárquica, anarcônica (não nos esqueçamos que a pulsão de morte, por mais originária que seja, não é um princípio, como o são o princípio do prazer e o princípio da realidade): a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo. (DERRIDA, 2001a, p. 21)

Derrida (2001a) considera necessário insistir que esta potência arquiviolítica não deixa atrás de si nada que lhe seja próprio nem próximo. Lembra que, como a pulsão de morte é também, segundo Freud, uma pulsão de agressão e de destruição (*Destruktion*), ela não leva somente ao esquecimento, à amnésia, à aniquilação da memória como *mneme* ou *anamnesis*, mas comanda também o apagamento radical, na verdade a erradicação daquilo que não se reduz jamais à *mneme* ou à *anamnesis*; a saber, o arquivo, a consignação, o dispositivo documental ou monumental como *hupomnema*, suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou memento.

Com isso, entende-se que o raio de destruição da pulsão arquiviolítica se mostra mais abrangente, afinal, não haveria arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade que seria necessariamente alvo atacado¹⁸. O autor aponta que “Não há arquivo sem exterior” e, embora questione a natureza desta exterioridade, posteriormente, afirma com clareza que o arquivo precisa deste lugar que assegure a possibilidade da memorização, da repetição, da reprodução ou da reimpressão. Ora, a repetição aqui só poderia ser entendida, novamente, dentro do escopo da pulsão de morte, regente da lógica da compulsão à repetição trabalhada por Freud desde 1920 e agora ligada à compulsão arquivial.

Podemos reconhecer, assim, a ação da pulsão de morte em seu caráter essencialmente destruidor, em algo fugidio que nunca estaria presente nela mesma nem em seus efeitos. Não deixa como legado nenhum documento que lhe seja próprio. Para Derrida (2001a), sua participação só poderia ser notada senão a partir de um simulacro erótico, seu pseudônimo em pintura, suas máscaras de sedução. Enfim, sua tendência não só de destruir o arquivo hipomnésico, mas também de “disfarçá-lo, maquiá-lo, pintá-lo, imprimir-lo, representá-lo no ídolo de sua verdade em pintura” (p. 23). Portanto, só poderia ser compreendida se uma outra economia estiver trabalhando, ou seja, a transação entre a pulsão de morte e o princípio do prazer.

Nesta perspectiva, torna-se possível destrinchar os paralelos entre o arquivo e a pulsão de morte a partir dos paradoxos, representativos da dualidade pulsional psíquica que constituiria a figura do arquivo e seus simulacros. O arquivo que, segundo o filósofo, possuiria uma função

¹⁸ Podemos nos valer de uma analogia trazida por Lyotard para pensar a abrangência desta destrutividade no contexto da catástrofe. Em “*Le différend*” (1983), o autor menciona um artigo de Hadyen White numa passagem em que fala da metarrealidade que a destruição da realidade é” e começa por nos pedir para imaginar um terremoto que destruiria não apenas as vidas, como também “os instrumentos que servem para medir direta ou indiretamente os abalos sísmicos” (NICHANIAN, 2012, p. 37).

institutriz e conservadora a um só tempo; apresentaria a violência de um poder que ao mesmo tempo coloca e conserva o direito, a *violência arquivar*; mostraria um lado revolucionário e tradicional; trabalharia contra si mesmo (DERRIDA, 2001a, p. 17). Seria este que, nesta perspectiva, revelar-se-ia *eco-nômico* em um duplo sentido: no daquele que guarda, põe em reserva, economiza, mas não de modo natural, faria a lei (*nomos*), faria respeitar a lei. Com isso, teria a força de lei, de uma lei que é da casa (*ôikos*) como lugar, domicílio, família ou instituição.

Há que se pensar no contrassenso intrínseco à pulsão de morte e, conseqüentemente, ao arquivo. Derrida (2001a) aponta para uma pulsão de morte destruidora, sem a qual não haveria, com efeito, para o arquivo, nenhum desejo, nenhuma possibilidade; e, ao mesmo tempo, para a existência de razões estratégicas que implicam todas as tensões, contradições ou aporias nas condições de arquivamento ao esboçar a promessa, o futuro e um porvir: “Por um lado, o arquivo é possibilitado pela pulsão de morte, de agressão e de destruição, isto é, também pela finitude e pela expropriação originárias” (DERRIDA, 2001a, p. 121). Entende-se que se Derrida reconhece o arquivo como necessariamente lacunar e sintomático, este seria, não somente perpassado pelo mal de arquivo, mas, invariavelmente, *trabalhado* pelo mesmo. Trata-se do mal de arquivo que a um só tempo apaga e constitui, trazendo para o centro do debate este apagamento e esquecimento de traços como condição de possibilidade para sua própria renovação e acontecimento.

Neste sentido, entendemos a afirmação da pulsão de morte, de sua negatividade como positividade, ou seja, como condição *sine qua non* para a constituição do arquivo. Eis esta contradição interna, o mal de arquivo que trabalha para além do recalque e atua de modo implacável em objetivo de varredura e destruição:

Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalque. Sobretudo, e eis aqui o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição. Ora, esta ameaça é in-finita: ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaço-temporais da conservação. Digamos melhor: ela abusa. (...) (DERRIDA, 2001a, p. 32).

Para Derrida (2001a), seria justamente este abuso que abriria a dimensão ético-política do problema do arquivo. Afinal, o mal de arquivo, em sua abrangência, não tangencia um limite ou um sofrimento da memória entre vários outros. Ele implica o *in-finito*, tocando o mal radical. Mal radical que, conforme apontou o autor, se faz mudo (*stumm*) e inacessível em sua essência, audível apenas a partir de uma exterioridade imprescindível.

Frente a este campo de destrutividade extrema para o qual acena Derrida quando se refere à potência da pulsão arquiviolítica, podemos abrir questões sobre este estatuto de destrutividade, pensando seu cruzamento com a pulsão de morte na obra freudiana. Derrida, ao postular a pulsão arquiviolítica, contribui com a discussão aberta pela psicanálise desde o estabelecimento da segunda dualidade pulsional? A pulsão de morte e a pulsão arquiviolítica são noções equivalentes nesta discussão sobre o arquivo e o arquivo do trauma e da catástrofe? Ao alçar a pulsão arquiviolítica a um patamar de destrutividade e extermínio em sua radicalidade, estaria esta noção posta como elemento diferente da pulsão de morte e diferenciado nas possíveis contribuições teóricas à psicanálise?

Neste quadro de múltiplas questões, em contraponto a um cenário de tamanha destrutividade inerente ao arquivo, importante seria relembrar as palavras de Derrida (2001a) na página inicial do ensaio: “Não se renuncia jamais, é o próprio inconsciente, a se apropriar de um poder sobre o documento, sobre sua detenção, retenção ou interpretação” (p. 7). Poderíamos pensar que esta não renúncia ao próprio inconsciente operaria frente às forças de extermínio mais radicais? Podemos apostar na potência do inconsciente como constitutivo da realidade e produtor incessante de restos e rastros contra um mal de apagamento dentro de uma política de silenciamento?

Endo (2008) pergunta-se sobre como e onde guardar aqueles testemunhos que se apresentam fora de um quadro oficial de registro histórico tal como seria o da literatura, por exemplo. Atenta-se àqueles que surgem como pedaços, mosaicos de palavras incertas e cacos de som e significação que se produzem oralmente e que se revelam inarquiváveis, sem pistas, sem pegadas, instruídas pela pulsão de morte, logo pelo mal de arquivo, esta implacável força de apagamento.

No entanto, mediante o reconhecimento do mal de arquivo, Endo (2008) parte da prerrogativa da irresistibilidade dos rastros inconscientes deixados pelo trauma no psiquismo, tratando de pensar sobre “a permanência de um punhado testemunhal que permanece guardado, arquivado contra um “mal de arquivo” (p. 70). Na mesma linha tomada por Seligmann-Silva, Ginzburg e Hardman (2012), em reflexão sobre as tentativas de inscrição da memória do mal e sua sombra com todos os debates em torno dos memoriais, museus, antimonumentos e do mapeamento da memória, pensará sobre os acervos edificadas para lembrar o terrível, este patrimônio oral que encontrou sua forma escrita, gravável e reproduzível, ou seja, sobre os arquivos.

Tendo posto o embate acerca do problema da violência e da linguagem, Endo (2008) retoma alguns que pensaram este problema em termos de exclusão ou subordinação – Ricoeur (1995), Wiesel (2000) e Levi (1990) –, demarcando que onde haveria violência não haveria linguagem e vice-versa. Frente a este ponto, tomará o testemunho como linguagem radical e insubordinada, levantando interrogações:

(...) seria a linguagem calcinada pela violência? Seria a violência capaz de rebocar a linguagem para um não-lugar, lugar onde se cala e onde se silencia, já onde o poema tangencia o emudecimento e onde ocorreria seu desaparecimento? Ou seria esse lugar do invisível, do inaudível – a mais completa escuridão e mudez – onde nada existe, e o pior, nada insiste além dos pedaços resultantes da passagem da força bruta? (ENDO, 2008, p. 70).

As interrogações do autor desembocam no território explorado por Derrida no “Mal de Arquivo” (2001a). Ocorre aqui a sustentação do campo não dicotômico, no qual se admite divisões em concomitância justamente pela existência do testemunho. O arquivo, entende-se, poderá consumir-se somente pelo mal de arquivo, ou seja, através de batalhas pela afirmação da vida e da palavra quando já se tocou a impossibilidade da existência. Viver e morrer, matar e morrer, exterminar e sobreviver, lembrar e esquecer, eis algumas das ambivalências formadoras do movimento do arquivo pelo mal de arquivo, esta contradição interna indissociável, produtora, tantas vezes ignorada, e que deverá necessariamente ser sustentada no trabalho com o arquivo/testemunho para não incorrerem à reprodução de arquivos do mal.

2.2 A vontade genocidária e a lei do arquivo

Até o presente momento, a reflexão sobre a dualidade formadora do mal de arquivo tem permitido observar que os termos *arquivo* e *testemunho* aproximam-se de modo cada vez mais nítido. Com Nichanian (2012), através do reconhecimento da vontade genocidária e da lei do arquivo como fenômenos participantes do exercício do testemunho, temos a denúncia da insuficiência de pensar a catástrofe e o testemunho pela tipologia histórica, aquela que se pretende isenta da “vontade manifesta de extermínio sem resto” (p. 13). Com Derrida (2001a), de modo análogo, temos a denúncia da concepção de arquivo da historiografia, aquela que se pretende isenta do mal de arquivo e do comando da pulsão arquiviolítica em sua constituição. Neste cenário, enquanto Derrida propõe a desconstrução do arquivo historiográfico, Nichanian, por sua vez, toma com clareza a necessidade de reconsideração da noção de testemunho como

mera prova, integralmente. Ambos empenham um trabalho de desconstrução. Arquivo e testemunho aqui estão inseridos na mesma lógica crítica.

Percebe-se também que embora o filósofo armênio não tenha utilizado o termo pulsão arquiviolítica para se referir a uma força muda com imenso potencial de destruição de traços, cunhou o termo vontade genocidária, aquela que: “(...) é, por excelência a que anula, no cerne mesmo do acontecimento, a facticidade do fato. É a que obriga, no mais alto grau, a vítima a fornecer a prova. É uma vontade de extermínio sem resto, sem testemunha” (NICHANIAN, 2012, p. 19).

Em palavras diferentes para exprimir uma mesma dinâmica arquivai/testemunhal, Derrida e Nichanian apresentam suas ideias. Na crítica à abordagem historiográfica do arquivo/testemunho, ambos identificam que por trás do exercício de transformação do arquivo em mero documento e do testemunho em mera prova reina uma vontade de aniquilação arrasadora, seja esta chamada arquiviolítica ou genocidária.

O cruzamento de ideias entre os autores torna-se ainda mais evidente na medida em que Nichanian identifica no cerne da vontade genocidária uma denegação. Esta denegação consiste em um tremendo paradoxo que o autor elucidará a partir de uma base similar à noção de mal de arquivo estabelecida por Derrida. Em suas palavras: “A destruição do arquivo é a destruição daquilo mesmo que constitui a condição de possibilidade para que uma destruição se torne um fato histórico” (NICHANIAN, 2012, p. 24). Com Derrida, nesta mesma linha, temos a definição paradoxal de arquivo dita de outro modo. Segundo o filósofo:

(...) diretamente naquilo que permite e condiciona o arquivamento só encontraremos aquilo que expõe à destruição e, na verdade, ameaça de destruição, introduzindo *a priori* o esquecimento e a arquiviolítica no coração do monumento. No próprio “saber de cor”. O arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo. (DERRIDA, 2001a, p. 23).

Nichanian (2012) aborda a vontade genocidária nos termos de sua força de extermínio e denegação, mas reforça que esta vontade aniquiladora deverá ser pensada desde sua articulação com a lei do arquivo. Segundo o autor, é a lei do arquivo, em sua vontade de que o testemunho sirva como prova, que possibilita a verdade genocidária, preside a compulsão testemunhal e traça a linha entre a arte e a história, a literatura e o documento, impondo um dilema entre a experiência e a literatura. A lei do arquivo aqui também é compreendida em seu caráter onipotente, aquele que:

Num primeiro momento possibilita a vontade genocidária e num último tempo faz o sobrevivente acreditar que o acontecimento obedece à lógica histórica e habitual dos fatos, embora lhe imponha, a cada instante, um desmentido severo e incontornável. (p. 23).

Ou seja, será aquela lei a qual tanto a catástrofe quanto a representação estarão submetidas, inescapavelmente. A lei do arquivo é inevitável e deverá ser lida tanto em sua imposição quanto no desmentido que apresenta. Pode-se dizer que a transformação do testemunho em prova obedece a uma lei, é regida pela lei do arquivo, esta que revela, no fundo, uma vontade de extermínio.

Voltemos aos arquivos do mal de Derrida (2001a), aqueles arquivos “dissimulados ou destruídos, interditados, desviados, ‘recalcados’” (p. 7) que, em última instância, transparecerá a não leitura dos textos gerados pelas tragédias da história.

Tomemos também a reflexão empreendida por Nichanian a respeito dos fatores de não leitura de textos da catástrofe. Este autor relembra Catherine Coquio quando retraça a não leitura dos textos gerados pela Shoah, a não leitura desejada pelos interditos (Adorno, Blanchot), pelos imperativos da memória, pelas recuperações teológicas e pelas teorizações filosóficas: todos e todas, por mais respeitáveis que sejam, segundo Coquio, atrasaram a leitura dos textos (NICHANIAN, 2012, p. 23-24).

Sobre este atraso na leitura, há uma importante consideração do autor. Ele retoma que em particular, tanto o atraso na leitura quanto a ilegibilidade do testemunho, enquanto fenômenos, não se devem a fatores externos, estão inscritos no próprio texto. Logo, alinhado à compreensão de Derrida sobre o mergulho necessário às bases de um texto e a relação direta com o interior de uma estrutura para construir uma nova leitura com maior grau de criticidade, o filósofo armênio pontuará a importância de ler a ilegibilidade, ser capaz de ler o atraso. Em suas palavras: “É preciso ser capaz de ler o pertencimento do testemunho ao reino do arquivo, sua participação ao mal de arquivo de que falava Derrida” (NICHANIAN, 2012, p. 24).

Pelo argumento da leitura da ilegibilidade do arquivo/testemunho podemos estabelecer um nexos mais claro com o mal tematizado por Derrida, o mal que ele imputa como pedaço inextirpável ao arquivo e que tratará, por fim, desta necessidade de inscrever no próprio arquivo a sua impossibilidade, seu fracasso em termos de representação, suas lacunas. Ora, uma vez que a catástrofe se configura como acontecimento impossível, resta-nos inscrever tal impossibilidade.

Mas, como? Pergunta-se Nichanian (2012), “Como ler de fato, como tornar legíveis textos que, visivelmente, não respondem aos critérios correntes de legibilidade (...) textos

inteiramente habitados pela vontade uniforme do carrasco, a vontade de exterminar? (p. 25). O autor prossegue indagando: “Será possível que a morte da testemunha se inscreva? Onde? Que imagem, necessariamente evanescente pode-se ter dela? E se não está escrita nem inscrita em lugar algum, como, então, ler o que não está escrito nem inscrito?” (p. 33).

Podemos retomar um ponto desde a epígrafe deste capítulo para seguir uma trilha. Com Benjamin (2005), temos a impossibilidade da existência de um monumento da cultura que não traga em si a marca da barbárie. Com Nichanian (2012), relembramos a memória e a destruição da memória como elementos recorrentes na história. Com Derrida (2001a), nesta mesma linha, a sustentação que não haverá arquivo sem mal de arquivo. Frente a esta lógica, deduzimos a impossibilidade de um historiador mergulhado no logocentrismo dar conta dessa coisa inominada e inominável que a destruição do fato é.

Deduzimos também a urgência de reformulação do arquivo e reconsideração do testemunho de modo a incluir o mal, a ilegibilidade, a barbárie, o desfalecimento, a arquiviolítica, a genocidária e a catástrofe na leitura dos textos da história. Nichanian (2012) propõe para isso a construção de uma poética do testemunho, ou seja, “poética possível da escrita da violência tal como essa é implementada pela vontade genocidária” (p. 39-40). Propõe, portanto, uma força de registro que seja possível e que tenha limites frente a uma força de apagamento inerente a qualquer arquivo. Também lança o olhar para o que não existe senão em tensão dialética.

Para pensar sobre os limites impostos no registro da história traumática, novamente, o autor recorrerá à Lyotard (1983) em suas considerações sobre a realidade da catástrofe. Nichanian relembra que para Lyotard o testemunho está submetido a uma metarrealidade, sendo necessário que alguém faça sua leitura. A metarrealidade, segundo Lyotard (1983) nunca está presente no testemunho enquanto tal, sendo legível apenas em negativo: “O que é que está assim registrado na História com maiúscula? É a realidade do fato ou a metarrealidade de que a destruição do fato é, enquanto essa destruição é inerente ao acontecimento sem-testemunha?” (LYOTARD, 1983 *apud* NICHANIAN, 2012, p. 42).

A leitura do negativo estará no cerne da poética do testemunho, portanto. Sobretudo, sua construção exige ser capaz de saber tematizar o negativo na catástrofe e na tessitura de um registro/arquivo. Antes de qualquer coisa, esta poética direciona o olhar para a morte, a atenção para o que resta da destruição vinda do ato da decisão genocidária, para a construção de uma leitura do que resta do testemunho. Traz uma proposta de reconsideração dos restos e do mal

em uma espécie de trabalho de refutação da denegação destes aspectos antes relegados por uma determinada política.

O tema da refutação da denegação genocidária também será problematizado por Nichanian. Ele pensará os limites e possibilidades da arte, tantas vezes reconhecida como meio de enfrentamento da catástrofe. Pergunta-se o autor:

A arte opera uma reparação da testemunha, de modo a que o fato volte a ser um fato? Ou, então, é a própria destruição que se torna um fato? (...) inscrever na História a própria destruição do fato, mas inscrevê-la como o quê? Como fato? Será que a destruição do fato (a morte da testemunha) operada magistralmente pela vontade genocidária pode, ela própria, ser transformada de novo em fato, graças à arte, graças ao testemunho? (NICHANIAN, 2012, p. 42-45).

Neste sentido, as questões abrem para o questionamento da possibilidade de um fato até então denegado e destruído, reconstituir-se, apesar de tudo, enquanto fato a ser historicizado.

No eixo de problematização do fracasso ou êxito da refutação genocidária pela arte, Nichanian questionará a posição de Shoshana Felman. Se para ela a arte participa de um empreendimento geral de refutação capaz de refutar a denegação genocidária, para ele o testemunho sobrevivente não é capaz de inscrever a morte da testemunha, o acontecimento catastrófico por excelência. O autor marcará sua posição e, com ironia, rebaterá a leitura de Felman que para ele, por fim, operará ela mesma uma denegação, ou seja, a ignorância ativa de uma verdade que acaba de se enunciar. Segundo ele, seria como se Felman assim pensasse: “Agora que a arte existe, o negacionismo vai ter que andar na linha”, e afirmasse: “Por meio de uma formulação perfeitamente cristã, a testemunha acaba de ressuscitar de suas cinzas” (NICHANIAN, 2012, p. 43).

Ironias a parte, o que Nichanian parece querer denunciar ao tomar Felman como exemplo, será a postura de indulgência irrefletida ao êxito da reparação pela ação da pulsão de vida, e, conseqüentemente, de subestimação da potência de ação da pulsão de morte, genocidária e/ou arquiviolítica no fazer da história. O autor afirma a importância de se olhar para esta lógica *cum grano salis* e aponta que toda tentativa de refutação da denegação genocidária merece, de nossa parte, um exame respeitoso, com um imenso ponto de interrogação sobre sua pertinência (NICHANIAN, 2012, p. 43-44).

Em suas palavras:

Mas se é refutada a cada vez, onde se inscreve, então, essa morte da testemunha, essa morte não-cristã, essa morte sem luto, sem ressurreição e sem reconstrução? Quero deixar claro que se não se inscrevesse em parte alguma, se não fosse objeto de uma experiência, se não deixasse seu rastro numa língua ou linguagem, então nós não

saberíamos absolutamente nada dela. A produção da morte da testemunha, absolutamente equivalente a esse genocídio que não é um fato, ficaria, ela mesma, sem testemunha. (NICHANIAN, 2012, p. 46).

Assim, podemos ousar pensar que o arquivo, este vivo-morto que traz a contradição fundamental da sobrevivência versus o extermínio em seu seio, pode eventualmente fazer-se arquivo morto, elemento aniquilado da cultura dada a impossibilidade de resistência de seus rastros e restos frente à imensa eficiência de uma força de arrasamento operada para levar a cabo qualquer marca de sua existência. Com a pulsão de morte, arquiviolítica, genocidária, apaga-se qualquer traço, pegada, pista que levaria à possibilidade de inscrição simbólica do arquivo.

Endo (2018) contribui com esta reflexão, ressaltando o problema ético da questão da memória que se estenderá não apenas aos registros conhecidos do que deve ser lembrado e esquecido, mas também de tudo aquilo que jamais será esquecido porque nunca foi lembrado. Segundo o psicanalista, “Esses ficam como que de fora das questões da memória, não se assuntam, não se pode perscrutá-los” (p. 77).

As observações do autor ressoam as pontuações de Derrida e Nichanian sobre o grande poder de destrutividade da pulsão arquiviolítica, de modo a sublinhar a medida do excesso que não pode ser reparado sempre que uma decisão de uso massivo da violência é deflagrado.

Segundo o autor:

Combatentes vencidos, povos extintos, etnias apagadas são sucedâneos genéricos que revelam, cinicamente, a impossibilidade de relembrar e restaurar uma memória factível e singular que fora abortada por um acontecimento qualquer, que lhes guiou até os umbrais da morte prematura e, não raro, efeitos de catástrofes sociais e políticas. Cada um deles dissolveu-se nos coletivos negros, indígenas, tutsis, guerrilheiros, judeus, comunistas, pobres, favelados, criminosos, etc. (ENDO, 2018, p. 77)

Pensemos nesta questão referida pelo autor a respeito dos sucedâneos genéricos que não alcançam populações inteiras extintas que jamais serão encontradas, pessoas indigentes sumidas em valas comuns, porões não alcançados pelas pesquisas e pela mídia. Aquelas que jamais poderão repor os traços de suas existências singulares a não ser por meio de flâmulas genéricas em seu limite representacional.

Retomando as palavras de Derrida quando se refere à pulsão arquiviolítica como aquela que nunca está presente nela mesma nem em seus efeitos, enquanto potência que não deixa nenhum monumento, herança ou legado que lhe seja próprio, senão seu simulacro erótico, seu pseudônimo em pintura, seus ídolos sexuais, suas máscaras de sedução, senão suas belas

impressões, como memórias da morte (DERRIDA, 2001a, p. 22); temos aqui colocada a problemática do não alcance da singularidade, ou seja, da configuração de um campo genérico de aproximação de restos ligados ao coletivo e ao comum. Nunca ao singular de cada sujeito desaparecido pelo extermínio.

Com a contribuição dos autores, temos alçada a centralidade de um potencial destruidor no interior do arquivo/testemunho que nos levaria a recalculer a eficácia exterminadora do “trabalhar contra o trabalho” característico da pulsão arquiviolítica. Neste cenário de reconhecimento da existência de uma força de aniquilação que toca o extremo, também vemos a instalação da necessidade de analisar com mais cautela as reais possibilidades de reparação psíquica do testemunho da catástrofe.

Temos aqui uma questão fundamental endereçada à psicanálise, esta que pretende trabalhar com o trauma como força excessiva que extrapolou as possibilidades de sustentação pulsional pelo Eu. Esta que se ocupará de tentativas de trabalho de enlace simbólico com os escombros do que se revelou catastrófico e ameaçador à sobrevivência psíquica do sujeito.

3 VEREDAS DA MEMÓRIA NO MAL DE ARQUIVO

Podia reconstruir todos os sonhos, todos os entresonhos. Duas ou três vezes havia reconstruído um dia inteiro, não havia jamais duvidado, mas cada reconstrução havia requerido um dia inteiro. Disse-me: Mais lembranças tenho eu do que todos os homens tiveram desde que o mundo é mundo. E também: Meus sonhos são como a vossa vigília. E também, até a aurora; Minha memória, senhor, é como depósito de lixo.

Ireneo Funes morreu em 1889, de uma congestão pulmonar.
(BORGES, J. L. “Funes, o Memorioso”, 1979)

Nos capítulos anteriores seguimos o gesto desconstrutivo de Derrida que, em diálogo com Freud, elaborou a noção de mal de arquivo. Acompanhamos a tessitura crítica feita pelo filósofo que ora denunciou as cumplicidades metafísicas do pai da psicanálise ora o reconheceu como mentor de uma teoria de grande poder revolucionário pela quebra de paradigmas da ciência. Assim, podemos dizer que embora Freud tenha se mostrado contraditório e enroscado a pressupostos metafísicos, por exemplo na constituição de uma noção de memória contaminada pelo engodo do retorno à origem e a um princípio inaugural arqueológico, reeditando o arquivo como estocagem do passado; possibilitou uma nova compreensão da memória como até então jamais havia sido pautada.

Neste capítulo, pensaremos as considerações de Derrida a respeito da noção de memória cunhada por Freud como trilha para abordar o arquivo. Tal caminho perpassa a relação do filósofo com a psicanálise naquilo que ela apresentou de subversivo à visão metafísica ocidental, elaborando uma noção de memória fundada na sustentação da contradição registro-desfalecimento e permitindo, com isso, o apoio em determinados conceitos freudianos para elaborar futuramente o mal de arquivo – ponto de investigação desta pesquisa.

Apoiemo-nos na mesma trilha proposta pelo autor para tratar do arquivo, ou seja, na exploração do arquivo de uma palavra (*arkhê*) como ponta pé inicial para a compreensão do tema. Partiremos, portanto, do arquivo da palavra “Exergo”, título da primeira excursão preliminar feita pelo filósofo no ensaio, palavra originária do grego *ex* “fora” e *érgon* “obra”, “trabalho”, definida também como “espaço de uma moeda ou medalha em que se grava uma inscrição ou data”¹⁹, calcada na ideia de inscrição sobre um objeto.

¹⁹ Dicionário Online da Língua Portuguesa (<https://www.dicio.com.br/exergo/>).

3.1 Impressões freudianas em Derrida

Derrida discorre sobre o arquivo da palavra *exergo*, tratando-a como a primeira figura de um arquivo e articulando-a ao sentido de uma violência arquivar que: “estoca por antecipação e pré-arquiva um léxico que, a partir daí, deverá fazer a lei e dar a ordem contentando-se em nomear o problema, isto é, o tema” (DERRIDA, 2001a, p. 17). Com isso, o autor parece eleger o “arquivo *exergo*” como exemplo fundante para pensar a força de impressão de algo sobre uma estrutura, além dos aspectos contraditórios portados por um arquivo constituído, inescapavelmente, por duas ordens de forças concorrentes: a institutriz e a conservadora a um só tempo. O *exergo*, aqui, em sua potência de marca, será pensado como lugar privilegiado para a explanação dos paradoxos inerentes ao arquivo. Tal como aponta Derrida, este que é revolucionário e tradicional, expositor do entrecruzamento dos princípios topo e nomológico na confecção arquivar:

Segundo uma convenção sagrada, o *exergo* se articula com a citação. Citar antes de começar é dar o tom deixando ressoar algumas palavras cujo sentido ou forma deveria dominar a cena. Dito de outra maneira, o *exergo* consiste em capitalizar uma elipse. Acumular de antemão um capital e preparar a mais-valia de um arquivo. Um *exergo* estoca por antecipação e pré-arquiva um léxico que, a partir daí, deverá fazer a lei e *dar a ordem* contentando-se em nomear o problema, isto é, o tema. Há uma função a um só tempo institutriz e conservadora no *exergo*: violência de um poder (*Gewalt*) que ao mesmo tempo coloca e conserva o direito (...). (DERRIDA, 2001a, p. 17).

A palavra *exergo* aproxima-se da questão da força, do poder, da violência da instituição, apresentando-se como sinônimo de uma noção cara à teoria psicanalítica: a inscrição psíquica. Também aproxima-se do termo *impressão*, este que, uma vez presente no título do ensaio, transmite a noção da confecção de um *traço*, de um registro sobre um objeto, e que, explorado anteriormente na Gramatologia para fundar a noção de escritura em contraponto à linguagem, será trabalhado no “Mal de Arquivo” em diferentes conotações, tanto no sentido da *assinatura* freudiana quanto no arcabouço dos múltiplos sentidos que a palavra *impressão* propriamente dita pode conter para Derrida.

A *assinatura freudiana* indicará três direções. Estará referida à impressão que ela deixou sobre o seu próprio arquivo; à impressão que ela deixou sobre o conceito de arquivo e arquivamento – como contragolpe para a historiografia – e à impressão deixada em maior escala não só para a história do conceito de arquivo, mas sobre a história da formação de um conceito em geral.

Lembrando que Derrida destacará a hibridez da expressão *assinatura freudiana*, escolhida provisoriamente e deliberadamente para ilustrar um espaço de indecidibilidade frente à ambiguidade presente na constituição do arquivo psicanálise. Este arquivo que traz a psicanálise como projeto de saber, de prática, de instituição e de comunidade, ao mesmo tempo em que trará o nome Sigmund Freud, seu nome próprio, sua casa e sua história familiar como seus elementos constituintes. Podemos dizer que neste campo de cruzamento das marcas institucionais e pessoais de Freud na invenção da psicanálise, Derrida opta pelo termo assinatura freudiana para ficar *entre*, numa posição que permitirá um diálogo interseccional (Lei da casa? Da família? Da instituição?).

Quanto à exploração das diferentes conotações empregadas por Derrida à palavra *impressão* propriamente dita, localiza-se na obra o contexto destas considerações. O filósofo conta sobre o modo curioso com que lhe veio à cabeça a palavra *impressão*. Algo que em princípio se impôs para ele de modo improvisado, impresso nele num só golpe, num dado instante, aparentemente sem duração, abrindo para três sentidos condensados em superimpressão no fundo de sua memória. Com isso, impôs também para Derrida a necessidade da dedicação de parte de sua escrita à tessitura de associações que visaram a dissolução desta condensação²⁰. Neste trabalho associativo, o autor encontrará e discriminará estas três conotações que vieram a se superdeterminar tanto na palavra impressão quanto no sintagma impressão freudiana. Pensará em sua relação com “(...) esta produção re-produzível, iterativa e conservadora da memória, esta reserva objetiva que chamamos arquivo” (DERRIDA, 2001a, p. 40).

A primeira conotação seria escritural ou tipográfica: é a de uma inscrição que deixa uma marca na superfície de um suporte. Refere-se àquele sentido trazido pelo exergo e que, para Derrida, deverá ser entendida como o problema fundamental do arquivo; uma vez que não se pode pensá-lo sem fundamento, sem suporte. O autor conferirá à noção de suporte um lugar central em suas teorizações sobre o arquivo em sua articulação com a psicanálise. Pensará a problemática da impressão e do arquivo do ponto de vista da repetição, reprodução, recalque e repressão.

Derrida salienta a ubiquidade desta questão na teoria psicanalítica. Para ele, esta problemática da impressão desencoraja quem quer que busque privilegiar uma perspectiva, uma

²⁰ No *Preâmbulo*, mais precisamente na página 39, Derrida relata o momento de surgimento deste título. Trata-se de um título improvisado a pedido de Elizabeth Roudinesco, ao telefone, quase um ano antes da conferência acontecer. Roudinesco foi uma das organizadoras do *Colóquio Internacional Memória: a questão dos arquivos*, ao lado de René Major.

vez que perpassará e confundir-se-á com toda a obra freudiana: quer se trate a memória, seja esta individual ou coletiva, de censura ou de recalque, de dinâmica, de tópica ou de economia, dos sistemas Ics ou Pcs, de percepção ou de traço mnêmico (DERRIDA, 2001a, p. 42).

Posteriormente, o filósofo pensará a diferenciação entre os termos “recalque” e “repressão”, tratando-a não apenas como situação ligada a questões nominais de tradução – *Verdrängung* termo alemão comporta duas traduções; uma inglesa, *repression*, palavra que pertence à mesma família da palavra “impressão”; e outra francesa, *refoulement*, palavra que não se relaciona à família semântica da “impressão” e sim à *Unterdrückung*, ou seja, supressão. Derrida entende que este desencontro nominal dos idiomas trará consequências para as estruturas de arquivamento, pois tocará em uma questão tópica, no local dos suportes de traços. Estabelecerá, portanto, a diferença entre recalque e repressão: enquanto o recalque (*Verdrängung*, *repression*) permanece inconsciente em sua operação e em seu resultado, a repressão (*Unterdrückung*, *suppression*), por sua vez, operará o que Freud chama de uma “segunda censura” – entre o consciente e o pré-consciente – ou ainda afeta o afeto, isto é, aquilo que não pode jamais se deixar recalcar (*repress*) no inconsciente mas somente reprimir (*suppress*) e deslocar-se para um outro afeto.

A segunda conotação traz à baila o sentido de imprecisão, indefinição e noção vaga (não tenho certeza, tenho a impressão de). A imprecisão, em relação ao arquivo, aqui será pensada como condição inerente e Derrida tomará o arquivo não como um conceito, mas somente como uma impressão ou uma série de impressões associadas a uma palavra. Disso poderemos retomar a posição de Derrida no campo da desconstrução, a de quem, contrariamente ao que um filósofo clássico tentaria fazer, “insiste através do sentimento instável de uma figura móbil, de um esquema ou de um processo in-finito ou indefinido” denunciando o estatuto pejorativo dado a um “(...) subconceito de um pré-saber enfermo, vago e subjetivo” (DERRIDA, 2001a, p. 44), e estabelecendo o lugar possível para a pensamento do arquivo como conceito em formação, dependente do futuro, dividido e disjunto entre duas forças.

A “impressão freudiana” expõe esta estruturação. Pois a psicanálise, neste sentido da imprecisão e da disjunção inerente à estrutura do arquivamento; nesta proposição de uma tópica de efetivação/positivação de registros e inscrições juntamente com a suposição do impensado pelas figuras do recalque, da repressão e da pulsão de morte, será compreendida como ciência proponente de uma nova teoria do arquivo, aquela que reuniria as condições de possibilidade para lançar luz sobre a contradição fundamental do arquivo:

Daí se segue, certamente, que a psicanálise freudiana propõe de fato uma nova teoria do arquivo; leva em conta uma tópica e uma pulsão de morte sem as quais não haveria, com efeito, para o arquivo, nenhum desejo, nem nenhuma possibilidade. Mas, ao mesmo tempo, por um lado, por razões estratégicas, e, por outro, porque as condições de arquivamento implicam todas as tensões, contradições ou aporias que tentamos formalizar aqui, especialmente aquelas que esboçam um movimento de promessa ou de futuro não menos que de registro do passado, o conceito de arquivo não pode evitar conter em si mesmo, como todo e qualquer conceito, um certo peso de impensado (...) O quê de impensado que assim se imprime não pesa somente como uma carga negativa. Envolve a história de um conceito, articula o desejo ou o mal de arquivo, sua abertura para o futuro, sua dependência em relação ao que está por vir, em suma, tudo o que liga o saber e a memória à promessa. (DERRIDA, 2001a, p. 44-45).

A terceira e última conotação do termo “impressão freudiana”, em alguma ligação com o primeiro sentido de “impressão” aqui explorado, enuncia a impressão deixada por Freud, a partir da impressão deixada nele, inscrita nele a partir de seu nascimento e de uma aliança com sua comunidade e cultura desde sua circuncisão. Nesta linhagem, haverá uma constatação de Derrida a respeito do peso e da imposição das marcas do legado freudiano no outro, em nossa cultura e nele mesmo ao escolher de súbito o termo *impressão freudiana* para o título de sua conferência. O autor enfatizará o caráter quase inesquecível e irrecusável da *impressão freudiana* sobre todo sujeito que, depois dele, falar dele ou falar a ele, deixar-se-á assim marcar em sua cultura, em sua disciplina, seja ela qual for, em particular a filosofia, a medicina, a psiquiatria e, mais precisamente aqui, uma vez que devemos falar da memória e do arquivo:

(...) seja em que disciplina for, não podemos, não deveríamos poder, pois não temos mais o direito nem os meios, pretender falar disso sem termos sido de antemão marcados, de uma maneira ou de outra, por essa impressão freudiana. É impossível e ilegítimo fazê-lo sem ter integrado, bem ou mal, de maneira consequente ou não, reconhecendo-a ou negando, isso que se chama aqui a *impressão freudiana*. Se temos a impressão de poder não tê-la em conta, esquecendo-a, apagando-a, rasurando-a, ou objetivando-lhe, já confirmamos, e poderíamos até dizer endossamos (portanto arquivamos), algum “recalque” ou alguma “repressão”. (DERRIDA, 2001a, p. 46).

No entanto, cabe enfatizar que, ao longo da obra, este legado freudiano será pensado em seu sentido mais amplo. Será explorado novamente em um campo interseccional, indicando tanto aquilo que se liga ao arcabouço teórico desenvolvido pelo psicanalista Freud em seu trabalho de constituição da ciência psicanálise quanto aquilo que concerne ao homem Freud, judeu, filho de Jakob Freud, neto de Shelomoh Sigmund Freud, homem que recebeu de seu pai uma bíblia com uma dedicatória e uma nova encadernação em couro, ou seja, um presente portador de numa dupla inscrição em forma de palavras e de uma “nova capa de pele” (DERRIDA, 2001a, p. 34) que será explorada por Derrida em seu sentido metafórico.

Há que se considerar a relação com o legado freudiano a partir desta intersecção. Reconhecer, portanto, a inscrição desta herança psicanalítica desde sua produção metapsicológica até às marcas existentes na história do homem Freud na perspectiva transgeracional desta transmissão. Torna-se, assim, importante lembrar que se em “Totem e Tabu” (1913), Freud, a propósito do tema de apropriação de um legado, retomou a célebre frase de Goethe “Aquilo que herdou faça-o teu”; será Derrida, em “Espectros de Marx” (1994), numa análise complexa acerca da questão da herança, quem sublinhará que o compromisso provém da herança e que herdar significa trabalho a ser feito.

Dadas estas considerações, percebe-se a ênfase de Derrida em expressões gráficas como as da impressão, da assinatura e do exergo, todas concernentes à questão da violência da inscrição psíquica. Podemos pensar na escolha por esta terminologia, localizando-a numa zona de interesse que mais uma vez não se faz aleatória no filósofo.

Grenha (2005) acompanhou este movimento de Derrida em uma longa trajetória teórica e relembra o resgate do autor das noções de “trabalho itinerante do traço”, da “exploração”, da “via aberta apesar das resistências”, do “sulcamento” extraídos do texto freudiano “Projeto para uma psicologia científica” (1895/1996):

Seria, portanto necessário examinar de perto – não o podemos naturalmente fazer aqui, tudo o que Freud nos dá a pensar da força da escritura como “exploração” na repetição psíquica dessa noção outrora neurológica: abertura do seu próprio espaço, efração, abertura de um caminho apesar das resistências, ruptura e irrupção, *abrindo caminho* (*rupta, via rupta*) inscrição violenta de uma forma (...) Seria preciso estudar conjuntamente, genética e estruturalmente, a história do caminho e a história da escritura. Pensamos aqui nos textos de Freud sobre o trabalho do traço mnésico que, por já não ser o traço neurológico, não é ainda a “memória consciente”, no trabalho *itinerante* do traço, produzindo e não percorrendo o seu caminho. (DERRIDA, 1971, p. 203-204, grifos do autor *apud* GRENHA, 2005, p. 32).

Grenha (2005) também resgata que a partir dos anos 80 – mais precisamente com o texto *Speculer sur Freud* (1980) – até a elaboração do *Mal de Arquivo* de 1995, Derrida se dedicará à abordagem da violência da inscrição e da escritura sob a roupagem do processo que ele denomina arquivamento, nomeando a psicanálise como ciência portadora de um discurso heterogêneo e subversivo em diferentes sentidos e que terá, portanto, um importante papel “na análise da violência dos discursos, do desejo de origem e de apropriação do qual está submetido todo discurso” (p. 33). A psicanálise, veremos, será nomeada por Derrida uma “ciência do arquivo”.

Neste horizonte de Derrida, temos também a discussão do tema da violência da escritura sob a imagem do arquivo articulada à questão da economia pulsional na obra freudiana, tendo

em vista que ambos trabalhos, *Speculer sur Freud* e “Mal de Arquivo” fazem referência à pulsão de morte como elemento fundamental. Podemos pensar que tanto no artigo “Além do Princípio do Prazer” (FREUD, 1920/2010) quanto futuramente no “Moisés e o monoteísmo” (FREUD, 1939/1996), haverá em Derrida uma reflexão sobre a questão da repetição – em 1920, mais precisamente sobre a compulsão à repetição – e da transmissão de traços, do recalque do arquivo, daquilo que numa análise histórica não fora lembrado e re-calcado (calcado novamente?) participou da constituição do arquivo.

3.2 A memória em paradoxos

Uma leitura da obra freudiana, desde os chamados textos pré-psicanalíticos – anteriores à publicação da “Interpretação dos Sonhos” (FREUD, 1900/1996) – até seus artigos finais, permite observar que estudos sobre a memória serão exercícios constantes e obstinados assumidos por Freud em sua trajetória epistemológica. Questões acerca da memória movimentaram e movimentam o desenvolvimento de sua metapsicologia desde o momento da adoção de uma posição inaugural implicada na escuta de sujeitos que tinham seu sofrimento referido a reminiscências. Podemos pensar que se o trabalho clínico dedicado à histeria e à operação da memória funcionou como um disparador para a construção da psicanálise, abriu desde então um caminho de investigação incessante que aponta a memória como peça indispensável à tessitura do trabalho psicanalítico.

Será no “Projeto para uma psicologia científica” (1895/1996) que Freud afirmará:

Uma das principais características do tecido nervoso é a memória; isto é, em termos muito gerais, a capacidade de ser permanentemente alterado por simples ocorrências – característica que contrasta tão flagrantemente com o modo de ação de uma matéria que permita a passagem de um movimento ondulatório, para logo voltar a seu estado primitivo. Uma teoria psicológica digna de consideração precisa fornecer uma explicação para a memória. (p. 351).

Nesta edição do “Projeto” (1895/1996), através da leitura das notas introdutórias do editor inglês James Strachey, encontramos em um trajeto cronológico de comunicação epistolar com Wilhem Fliess os debates internos que acompanharam Freud enquanto se dedicava à produção deste artigo. Freud oscilou diversas vezes durante a produção deste texto, ora pensando-o como objeto promissor e elucidativo de sua teoria do aparelho psíquico, ora expressando profundo descontentamento e pessimismo diante de seu desenvolvimento. A investigação de Strachey destaca a carta de janeiro de 1896 (Carta 39), esta que consiste, em

linhas gerais, na elaborada revisão de algumas posições fundamentais adotadas no *Projeto* e que será a última carta desde a desapareição do artigo resgatado apenas cinquenta anos depois²¹.

Diante desta situação de desapareição, engavetamento e posterior resgate da obra, temos a posição de Strachey ao compreender a configuração do *Projeto* “(...) como obra inacabada, renegada por seu autor” (STRACHEY, p. 345), mas também como material que, a despeito de seu caráter manifestadamente neurológico, fez-se um veiculador de ideias persistentes que floresceram nas teorias da psicanálise. Merece destaque as observações do editor a respeito do auxílio do *Projeto* às noções que serão desenvolvidas no capítulo sete da “Interpretação dos Sonhos” (FREUD, 1900/1996), bem como as referentes a uma carta que Freud escreveu a Fliess (“Um conto de fadas natalino” de 1896) e que, futuramente, veio a constituir-se como estudo preliminar para o seu artigo sobre as neuropsicoses de defesa (1896/1996) com enfoque aos efeitos das experiências sexuais.

Strachey também tomará o *Projeto* como portador de uma descrição defensiva da mente, portador de uma noção antecipatória do ego estrutural que surgirá posteriormente no “Ego e o Id” (FREUD, 1923/2010). Segundo o editor, neste momento teórico, as excitações endógenas se restringem para Freud às operações defensivas e seus mecanismos e as forças internas não representam mais do que reações secundárias às externas.

Podemos entender esta concepção dicotômica do psiquismo se a contextualizarmos num dado momento da obra de Freud. Para tanto, devemos recordar que esta sistematização de um aparelho defensivo ao que “de fora” viria perturbar sua pretensa homeostase se deu anteriormente à elaboração da segunda tópica freudiana e a construção conceitual da pulsão, pautada justamente em um panorama de relativização dicotômica, das noções de dentro e fora, sujeito e objeto, por exemplo. Aqui, cabe considerar que será através deste artigo que acessaremos uma primeira sistematização teórica do aparelho psíquico enquanto aparelho de memória.

Conforme fora mencionado, nesta primeira formulação do *Projeto* (1895/1996), Freud construirá um modelo positivista de aparelho psíquico declaradamente baseado nas ciências naturais. Observa-se esta declaração exposta na abertura do artigo, já em sua introdução: “A intenção é prover uma psicologia que seja ciência natural: isto é, representar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partículas especificáveis, tornando

²¹ Cito aqui a indicação feita por Strachey na página 342 desta introdução: “Essa história será incluída no capítulo XIII do primeiro volume da biografia escrita por Ernest Jones (1953, 316-18)”.

assim esses processos claros e *livres de contradição*.” (FREUD, 1895/1996, p. 347, grifos nossos).

Aqui, o neurólogo Freud quer eliminar contradições. No entanto, podemos dizer, Freud seria este que pretende eliminar as contradições na explicação da tessitura dos processos psíquicos sem deixar de demonstrar algumas das que participam da formulação de impasses e soluções ao longo do seu percurso metapsicológico. Neste momento, descrita em terminologia naturalística, traduzida por processos psíquicos em termos neurológicos num momento histórico de não clareza das noções sistemática e dinâmica do inconsciente psíquico, antes da inauguração do século XX, a memória trazida por Freud vinha baseada na ativação diferencial de células nervosas, constituída pelas diferenças dentro das facilitações entre os neurônios.

Gueller (2005) destaca duas questões apresentadas por Freud nas considerações sobre o campo da memória e do inconsciente e que nos auxiliam na proposta de traçar paralelos com o arquivo paradoxal pensado por Derrida (2001a).

A primeira questão diz respeito a uma contradição apresentada por Freud nesta primeira teorização sobre a memória na qual fica posto que os neurônios têm que receber impressões, mas devem também ficar inalterados. “Como tornar compatíveis ambos os enunciados, simultaneamente? Se a memória é definida justamente como a capacidade de deixar marcas duradouras, como pensar, ao mesmo tempo, que os neurônios devam ficar inalterados?” – pergunta Gueller (2005, p. 41).

Freud debruça-se sobre esta contradição e na medida em que ilustra o psiquismo em termos de seu funcionamento neuronal, propõe a existência de dois tipos de neurônios: os neurônios de percepção ou neurônios *fī*, permeáveis, que não oferecem resistência, mas também não retém nenhum traço das impressões; e um outro tipo, chamados neurônios *psi*, que oporiam barreiras de contato à quantidade de excitação e conservariam o traço impresso. “Assim, a cada excitação, estes neurônios (os *psi*) ficariam num estado diferente do anterior. Os neurônios *psi* são, assim, a primeira encenação da memória psíquica” (GUELLER, 2005, p. 41).

Freud aqui estaria atento a um panorama ligado à condução de energia em acúmulo, à possibilidade ou não de se efetuar um transporte ou passagem de uma carga para outro espaço psíquico ou registro. O que passa e o que não passa? Quais as possibilidades e barreiras postas neste exercício de transmissão de impressões? Não à toa fundamentou sua teoria a partir de noções como as vias de facilitação e barreiras de contato na dinâmica psíquica da memória. Em princípio, Freud postula que a memória está representada pelas facilitações existentes entre os

neurônios *psi*, para depois dizer que a formulação da memória representada pelas *diferenças* nas facilitações *entre* os neurônios *psi* é mais correta (FREUD, 1895/1996, p. 352).

Segundo Gueller (2005, p. 41):

O traço como memória é justamente a diferença incapturável e invisível dos atos de abrir caminho. O abrir caminho, destaca, então, o modo como este vai se construindo, como vão se tecendo as redes entre os traços. Aparece, aqui, um modelo rizomático. A ideia prevalente não é a de profundidade, mas a de uma superfície que vai se estendendo ao adquirir maior complexidade.

A possibilidade de abrir caminhos de facilitação estará, portanto, diretamente ligada às diferenças entre os neurônios, de modo a construir a memória; esta que, conforme mencionado, não seria um atributo do psiquismo, mas sua essência.

Cabe também assinalar que este ponto de atribuição da memória às “diferenças entre” fez-se um ponto de interesse para Derrida. O filósofo pensará na diferença como produtora da memória para compreender a lógica do estabelecimento do traço e da *différance* que havia sido explorada na “Gramatologia” (1973) e retomada em “Freud e a cena da escritura” (1973), desta vez através de um diálogo mais direto com a psicanálise. Sobre esta questão, temos que “o traço ou exploração se produziria, portanto, neste golpe que seria, a um só tempo, resistência e efração, inscrição e lacuna (presença e ausência), mas nunca um sem o outro” (GRENHA, 2005, p. 24).

Conforme Derrida:

O traço como memória não é uma exploração para que sempre se poderia recuperar como presença simples, é a diferença indiscernível e invisível entre as explorações. Sabemos, portanto, já que a vida psíquica não é nem a transparência do sentido nem a opacidade da força, mas a diferença no trabalho das forças. (DERRIDA, 1971, p. 185).

Daqui é possível concluir que a ideia de inscrição psíquica, que desde o início era cara à psicanálise no embasamento do psiquismo como aparelho de memória, também assim será para Derrida, na medida em que materializa o pensamento da *différance* e do *traço* desenvolvido pelo filósofo em contraponto à linguagem estruturalista. Afinal, quando Freud se ocupa do traço como noção fundante do psiquismo, estabelece a presença-ausência, ou seja, configura um funcionamento no qual não mais o aparelho psíquico será tomado como mera presença. O traço é este que não é mais a presença em si, mas a presença do que ali se registrou como marca psíquica em outro tempo. Será, portanto, um importante representante e

instrumento para a quebra de paradigma da metafísica da presença que, percebe-se, consolidou-se por Derrida muito através de fontes freudianas.

Voltemos para a segunda questão elencada por Gueller, esta que diz respeito a uma citação encontrada em “Além do Princípio do Prazer” (1920/2010), na qual Freud menciona que: “Com frequência os traços de memória são mais poderosos e permanentes quando o processo que os deixou atrás de si foi um processo que nunca penetrou na consciência” (p. 35). Ou seja, consciência e memória, aqui, seriam pares antitéticos.

Assim, haverá na obra freudiana o estabelecimento do inconsciente como um sistema de memória; o que aponta para uma reflexão acerca das forças e mecanismos operantes no psiquismo, estes que obedecem às leis do inconsciente para a constituição do que concebemos como a memória em psicanálise, em seu caráter de produção de traços psíquicos passíveis ou não de transcrição e/ou tradução. Este tópico impõe também a necessidade de se compreender o recalque como conceito chave para acessar as condições de possibilidade da memória inconsciente.

Segundo a autora:

Quando a retranscrição não se produz, porque isto provocaria desprazer, há recalque e fixação, o que, em termos de memória, se opõe ao apagamento. O recalque produz memória, poderíamos dizer e, ainda, será que não é só a partir dele que pode-se pensar o traço? São os signos recalcados os que não conseguem sua retranscrição, não conseguem tradução como representações-palavra, permanecendo, então, como memória. (GUELLER, 2005, p. 49).

Pensemos nestas duas questões que compõem o cenário de Freud nos estudos sobre a memória, neste momento. O aparelho psíquico é formado pela movimentação de traços mnêmicos que se constituirão em um terreno mesclado pela permeabilidade e impermeabilidade, ou seja, por traços que se farão na medida em que se depararem com uma disjunção, uma resistência condicional à criação de um registro psíquico – eis a parte da qual se valeu Derrida para a materialização de sua nova ideia de escritura. Além disso, o recalque será o grande agente desta situação de criação de traços pelo motor dado pela barreira ou pela negatividade. O recalque será a operação condição para a criação da memória que, aqui, não será sinônimo de inscrição, mas daquilo que não se traduz, ao menos, imediatamente.

O estudo da memória em psicanálise nos leva ao encontro com questões paradoxais. “Por que nos lembramos mais do que esquecemos do que daquilo que conseguimos lembrar?” (GUELLER, 2005, p. 53). Em psicanálise, não lembrar pode ser justamente a prova de que algo ficou registrado. A operação do *re-calque* será esta que impede a vinda das representações à

consciência como mecanismo psíquico defensivo, mas será a mola propulsora daquilo que insiste em *re-aparacer* e falar no sujeito, um garantidor da memória na medida em que se ocupará inevitavelmente da produção de restos, *re-atualizações* cifradas, *re-tornos* em forma de rastros enigmáticos que demandarão sua decifragem, isto é, a instalação e alargamento do campo simbólico.

Tomemos uma das definições de recalque trazida por Laplanche e Pontalis (2001) para pensá-lo desde esta dimensão produtora: “(...) o recalque é inicialmente descrito como uma operação dinâmica, implicando a manutenção de um contra-investimento e sempre suscetível de ser posta em causa pela força do desejo inconsciente que procura retornar à consciência e à motilidade” (p. 432). Operação incessante e dinâmica que se converterá em promessa de trabalho psíquico.

Costa (2001) contribui com esta discussão sobre os paradoxos da memória e a questão do recalque a partir de dois pontos de uma mesma vertente. Primeiramente, a psicanalista traça articulações entre a negação e a *mimesis*, dizendo que as formações do inconsciente são resultantes relacionais e se precipitam a partir do encontro de algo em comum (o que em comum, se resiste a representar). Isto é, será neste ponto – no que resiste a representar – que elas produzem contágio (*mimesis*). Pensamos, portanto, o quanto as noções de transmissão e negação se mostram indissociáveis, fazendo da negação o campo da transmissão da memória. Diz Costa (2001): “A memória que se transmite está no campo da negação. Ou seja, a série (repetição) produzida pela negação se transmite” (p. 78).

De modo complementar a este primeiro ponto, a autora em reflexões sobre a memória e o registro, bem como sobre o recalque como fundamento da memória, recupera Lacan em uma particularidade denominada por ele de apagamento do traço. Relembra com isso que para o autor toda simbolização contém essa característica de apagamento, ou seja, isto significa que a simbolização tratará de formas de apagamento do traço, de uma perda, de uma separação, fazendo da experiência uma “cicatriz” que entrará no lugar da abertura das bordas dos objetos pulsionais (COSTA, 2001, p. 88).

Neste sentido, tornou-se pertinente para a autora retomar Lacan, na medida em que este entenderá a manifestação do sujeito não somente como resultante de uma heterogeneidade de registros, mas como referência a uma constância que se faz em meio a esta heterogeneidade, o traço único. O traço único seria este que permanece como sujeito representante ante o que se mostra tão diverso em termos de expressão, e sua manifestação será compreendida em retorno

na repetição como algo velado que precisaria de um interpretante, sendo tomado como manifestação de fé, de crédito, de que há um sujeito a ser revelado.

O mais interessante desta consideração de Lacan será o destaque dado ao paradoxo que expõe a manifestação do sujeito ao lado de um campo de heterogeneidade expressiva, mas deste campo como apagamento de um traço. Manifestação e apagamento surgem indissociáveis, portanto. Nas palavras de Costa (2001, p. 90):

Antes se pensaria, pela profusão de produções que adquirem materialidade no mundo (desde as obras humanas, até as construções sintomáticas), que se trataria de uma impressão (no sentido positivo, de imprimir). Mas a referência ao apagamento diz respeito ao desejo, que é o que orienta essas produções (...).

O segundo ponto de contribuição da psicanalista nesta reflexão sobre os paradoxos constituintes do funcionamento psíquico se dará pelo reconhecimento da singularidade da representação do sujeito pela via da construção do sintoma, ou seja, pela produção sintomática que evidenciará um apagamento (recalque, forclusão). Costa (2001), nesta linha, entende que descrever a produção do sintoma como apagamento implica em reconhecê-lo no valor literal de sua expressão e enfatiza que o recalque, aqui, não é tomado como uma verdade originária escondida que precisaria ser revelada porque foi “esquecida”:

O recalque é a própria expressão do ato sintomático (de anulação) que representa sujeito-objeto-Outro e que, nesse momento que adquire materialidade, busca a construção de um mito de origem. Esse mito suporta-se a partir de uma criação ficcional, sustentada nos significantes de uma experiência de sujeito (que só então se apresenta como histórica). (COSTA, 2001, p. 90).

Tanto Gueller (2005) quanto Costa (2001) em suas contribuições, alinham-se à reflexão sobre o traço, a violência da inscrição psíquica, bem como a questão do recalque e da leitura do negativo enquanto pontos fundamentalmente convergentes às buscas de Derrida para a construção da escritura. Costa aponta para o fato das formações do inconsciente pertencerem a uma lógica relacional de contato com o que resiste a se representar para então se precipitarem. A autora trata do apagamento para que o sujeito possa advir, da cicatriz que marca o aparelho psíquico tal como o exergo de Derrida, o seu traço e a *différance*.

Sobre a lógica das formações do inconsciente, merece destaque a interlocução de Derrida com a “Interpretação dos sonhos” (FREUD, 1900/1996), na medida em que ele tomará o sonho como modelo de grande potencial subversivo que representará o avanço da noção de traço para a escritura propriamente dita. O sonho como formação do inconsciente permitirá que

Derrida aprofunde o debate que havia aberto na Gramatologia (1973) anteriormente, na medida em que explicita o que denominou “ruptura freudiana”, ou seja, um abalo radical da noção de escritura até então vigente na história do pensamento. Em “Freud e a cena da escritura”, Derrida relembra que “(...) o sonhador inventa sua própria gramática” (DERRIDA, 1971, p. 196), alçando a produção onírica a um patamar de liberdade e transbordamento que viria a contrapelo do caráter aprisionante e hierárquico da linguagem tal como posto pelo estruturalismo.

Decorre desta política a apresentação de diferentes pontos de contato entre a teoria freudiana e a renovação da linguagem aberta pela perspectiva derridiana. Grenha (2005) destacou alguns lugares de apoio de Derrida, encontrados na *Interpretação dos Sonhos* (FREUD, 1900/1996), e que contribuíram de forma importante para a desconstrução de parâmetros trazidos pela metafísica da presença.

O primeiro comunica a novidade no que diz respeito à interpretação. Ou seja, a interpretação do texto psíquico não consiste na profundidade ou na acuidade da interpretação como tal, mas na forma com que ela leva em conta a estrutura do sonho. Relembra Grenha (2005) que a linguagem do sonho foi tomada por Freud como aquela que não pode ser apreendida como tal; e, uma vez que o sonho fala, esta, por sua vez, não poderá ser reduzida à linguagem fonética da experiência consciente, será pensada desde uma escritura não fonética em geral, deduzindo do trabalho com os sonhos uma outra concepção de linguagem.

Neste sentido, assinala-se o sonho como produção de subversão do folonocentrismo criticado por Derrida. O sonho tem sua linguagem própria e vem associado na obra freudiana com os hieróglifos e a charada – formas não fonéticas de escritura – de modo a distanciar-se do primado da voz e aproximar-se da sinopse espacial do criptograma.

Nas palavras da autora:

Pois se trata antes, em Freud, de uma cena da escritura e não de um quadro: o palco do sonho não é a presença dos signos petrificados, mas antes de um espaçamento não puramente fônico das significações, onde são possíveis encadeamentos que não mais obedecem à linearidade do tempo lógico, do tempo da consciência e da representação verbal. (GRENHA, 2005, p. 28).

A citação expõe a formulação da noção do sonho freudiano como texto psíquico marcado por encadeamentos não lineares, aproximando-o da *différance* derridiana. Assim, também apresenta o segundo ponto de subversão do sonho identificado por Derrida: o da atemporalidade inconsciente, o que pensa o passado como aquele tempo que nunca esteve presente e que não o será jamais, e que impede de maneira definitiva que se possa pensar o sonho a partir do presente ou da presença do presente – metafísica da presença. O inconsciente,

sendo atemporal, marcaria o sonho como formação inconsciente que rompe a relação com a cronologia linear, com aquela concepção tradicional de tempo pertencente à metafísica do tempo da consciência.

O terceiro ponto de ruptura promovido pelo sonho freudiano, na esteira da *différance* e da denúncia de um código pleno e apriorístico de origem na linguagem, vem mostrar que, ao contrário do que postulou Saussure, a diferença entre significante e significado nunca é radical. O trabalho do sonho não toma emprestado o significante, mas consiste em produzi-lo em sua significância; ou seja, haveria aqui a impossibilidade de um código permanente que permitisse substituir ou transformar os significantes conservando o mesmo significado.

Por isso temos a leitura freudiana dos sonhos caracterizada por uma atitude nunca fechada em relação ao seu texto. Ao contrário, será aquela que não se enclausura na procura do seu sentido, aberta à narração, a cada vez singular, no caminho da reconstituição. Por isso, também, Grenha (2005) relembra que em Freud esta reconstrução via narrativa atravessa a impossibilidade da tradução. Isto é, importante lembrar que da passagem do inconsciente para o pré-consciente e finalmente em direção à consciência, Freud não tratará da tradução no sentido de uma transmissão de um pensamento cuja versão original seria encontrada no inconsciente.

Cito Grenha:

O texto consciente não é um texto que já está ali, imóvel, acabado; ele não é um arquivo cujo conteúdo não foi transportado, transcrito de um outro lugar, pois não há texto *presente* noutro lugar sobre a forma de inconsciência. O texto inconsciente como trabalho dos traços e das diferenças é um texto em parte alguma presente, constituído por arquivos que são sempre transcrições, cujo presente significado só se dá “no depois”, na lógica do *nachträglichkeit*. (2005, p. 30).

Dadas estas considerações, temos que se o neurólogo Freud no *Projeto* de 1895 era este empenhado em construir uma teoria livre de contradições, desde este artigo já demonstrava os avanços de seus constructos metapsicológicos em bases subversivas à ciência tradicional. Ao elaborar a *Interpretação dos Sonhos*, bem como artigos como a *Carta 52* e *O Bloco Mágico*, expôs uma série de articulações que conferiram à psicanálise o estatuto de ciência do arquivo. Observa-se neste caminho que Freud terminou por desenvolver sua metapsicologia fundada em contradições fundamentais que precisam ser lidas e sustentadas no fazer psicanalítico até os dias atuais, trazendo a compreensão de que trabalhar com a memória em psicanálise não se trataria de eliminar contradições, mas de fazê-las operar. O trabalho com a memória e o arquivo

obriga o olhar para os fragmentos; e Derrida, podemos dizer, soube lançar luz sobre os aspectos da metapsicologia freudiana em seus lugares mais decisivos.

Com efeito, diante de um modelo de psiquismo fundado em paradoxos, é possível afirmar que frente à reflexão até aqui sustentada, esta que pensa o arquivo operado fundamentalmente por contradições, enganar-se-á aquele que tomar o arquivo como *locus* da memória sem olhá-lo como lugar do próprio desfalecimento.

Segundo Derrida:

Pois o arquivo, se esta palavra ou esta figura se estabiliza em alguma significação, não será jamais a memória nem a anamnese em sua experiência espontânea, viva e interior. Bem ao contrário: o arquivo tem lugar em lugar da falta originária e estrutural da chamada memória. (2001a, p. 22).

Guimarães (2007) assinala que a atualização do antagonismo clássico “memória versus esquecimento” passa a ser duplamente suspeito, tanto na sua proximidade quanto no seu afastamento em relação ao halo de honorabilidade que os lugares de repetição e reafirmação “do mesmo” adquiriram. Segundo o autor, em um termo, não mais do que no outro, o movimento de iterabilidade ou o culto à amnésia não dá o realce necessário ao paradoxo da “conservação aliada à despesa”.

Nesta direção, os conceitos de memória e arquivo serão pensados fora desta configuração pendular dicotômica, e o autor pautará suas reflexões nas ideias de Deleuze sobre o uso ativo do esquecimento, bem como nas de Derrida acerca das diferentes formas de produção, impressão e estocagem dos códigos culturais. Importa aqui dizer que, embora Guimarães, apoiado em Deleuze, traga o reconhecimento de uma diferença de concepção de memória na comparação com Freud, assinalará um ponto comum promovido por ambos, trabalhado nesta pesquisa: uma inovação conceitual que representaria um potencial de abalo à memória tal como postulada pela tradição científica. Ainda com Guimarães (2007), encontramos em Deleuze, em consonância ao pensamento derridiano, um ataque direto à unificação semântica e metafísica que confere à memória uma potência ressurrecionista, uma vez “que impossibilita as formas de hospitalidade que a morte inaugura, as propriedades do arquivo morto, do desmoronamento da memória, da pura perda” (GUIMARÃES, 2007, p. 180).

Na toada do confronto à memória ressurrecionista e evocativa para a qual Derrida dirigiu suas críticas, temos Freud, juntamente com Nietzsche, pensado aqui como “mestre da suspeita” (GUIMARÃES, 2007, p. 180), na medida em que abalou a posição de centralidade do eu dos processos de rememoração. Em seu viés, Freud trabalhou sobre a modalidade de lembrar

“esquecendo”, dedicou atenção especial aos diferentes propósitos do esquecimento, aos falseamentos tendenciosos executados pela censura e pelo recalque, cujo um dos objetivos seria afastar da consciência as impressões desagradáveis causadoras da sensação de desprazer.

Nas considerações do autor sobre o potencial transgressivo da memória freudiana, temos que:

A partir destes mestres da suspeita, sobretudo Nietzsche e Freud, certa linguagem literária e filosófica pode renunciar a sua função milenar de recolher o que não se deve esquecer. Inaugura-se aí a impossibilidade do cálculo estratégico, do lugar de registro e de memória que “anuncia” a verdade sobre o esquecimento, pois a abundância das diferentes modalidades de desejo e dos sistemas de contenção a eles relacionados multiplica a questão interminável que diz respeito aos esqueceres. Se os psicanalistas falam de uma “desmemória” que não dorme, inútil querer povoá-la com uma porta que se abra para a rememoração absoluta ou para a conquista escarpada dos mecanismos de seu próprio esquecimento. (GUIMARÃES, 2007, p. 180).

Portanto, com Freud e Derrida, dada a nova compreensão da memória e consequentemente do arquivo, a associação simples e direta entre arquivo, repetição e passado é interrompida. A transgressão psicanalítica aqui, mais uma vez, fomenta a discussão aberta no “Mal de Arquivo” (2001a), elevando o problema do arquivo a um patamar de discussão ética.

Endo (2018) também se debruçou sobre as contribuições de Freud ao propor outra teoria sobre a memória, entendendo que o *modus operandi* instalado pela psicanálise implica a sustentação do sujeito, este regido pelo “inconsciente como lugar (*topos*) terceiro, entre (*in between*), estrangeiro, excluído (*a-topos*) do ponto de vista da razão, da consciência e da memória evocativa” (p. 78), imporia também uma reflexão ética, na e para a psicanálise, ante a necessidade de localizar este sujeito num limbo intransponível. Tal limbo, descreve o autor, relacionar-se-ia às:

(...) dinâmicas do des-lembrar (o percebido que foi esquecido); do mal-lembrar (do que não pode ser inteiramente lembrado a não ser pela via de sinais, indícios e pistas: os sintomas), do lembrar-encobrindo (daquilo que se lembra precisamente para que não seja possível a lembrança difícil e dolorosa). (ENDO, 2018, p. 79).

Das palavras do autor merece destaque a presença do hífen como articulador dos paradoxos do lembrar, da memória referida a este limbo inescapável que comporta sua positivação e disjunção. Tal como postulou Derrida, não haveria arquivo sem mal de arquivo, não haveria linguagem sem a *différance* e seus rastros, memória sem sua falta estrutural.

Também caberia reconhecer a configuração deste campo do trabalho inconsciente que, embora tenha sido tomado inicialmente por Freud como algo passível de ser preenchido pelo

hipnotizador, seguindo aquela perspectiva ressurrecionista da memória criticada por Derrida, terá desde a “Interpretação dos sonhos” (1900) o sonho como formação do inconsciente e paradigma do funcionamento psíquico. Tal campo se constitui no convívio com dualidades intransponíveis e lacunas estruturantes que condenam o sujeito ao não esquecimento e o impede de lembrar em concomitância aqueles conteúdos que perduram como desmemória e ganham o corpo como morada, vivendo a tensão entre o impossível de lembrar e o impossível de esquecer a um só tempo.

Nesta perspectiva de sustentação dos paradoxos da memória, na mesma esteira do que assinalou Derrida a respeito do sonho freudiano em seu potencial transgressor da tradição da ciência, Endo (2018) complementa:

Os sonhos rejeitam, todas as noites, a lógica linear, factual, as verdades últimas, definitivas e inexoráveis e as posições de consenso e de ordem. Os sonhos jogam com as certezas como cartas num baralho. Nos sonhos está a verdade singular arranjada e rearranjada enquanto se revela e se oculta o lembrado, para sempre mantido esquecido e o esquecido jamais inteiramente lembrado. Nos sonhos não há o que buscar, o que ele revela são o que eventualmente poderá ser criado a partir dos traços que ele expõe. (p. 84).

O sonho que derruba marcadores binários será ao mesmo tempo realidade e ficção. Este que tal como o arquivo derridiano compreende o mal em seu cerne, ou seja, a dimensão fragmentária, indefinida, incompleta, disjunta, nebulosa, disforme, espectral.

No entanto, tendo o reconhecimento do sonho como símbolo expressivo do mal de arquivo, podemos encontrar outros lugares de diálogo. Dentre os pontos de encontro entre Freud – na constituição de uma nova concepção metapsicológica da memória – e Derrida – que, através do embasamento buscado em fontes freudianas, questionou o arquivo em sua esteira tradicional –, talvez possamos tomar a questão ética proposta pela reflexão de ambos como ponto a receber maior ênfase nesta discussão. Com Derrida, encontramos a discussão das forças de apagamento inerentes ao arquivo em sua enorme potência, em um recorte que traz como disparador de seu ensaio o problema dos arquivos do mal. Com Freud, há a fundamentação de sua teoria do psíquico calcada em impasses que colocam em embate e convívio aquilo que se inscreve e aquilo que não se inscreve, fazendo-se realidade tantas vezes, justamente, por não se inscrever psiquicamente.

Ainda com Endo (2018), encontramos esta reflexão sobre a centralidade do quadro de paradoxos formadores do pensamento freudiano na fundação da memória e, consequentemente, de Derrida naquilo que concerne ao assunto desta pesquisa, a saber, ao arquivo. Endo (2018) se expressa através de palavras-chaves que se mostram caras à sustentação desta linha não

dicotômica de pensamento sobre a memória e o arquivo, sendo estas “desaparecimento”, “erradicação”, “dissolução”, “apagamento”, “extermínio”, todas sinalizadoras de um “excesso que não pode ser reparado sempre que uma decisão de uso massivo da violência é deflagrada, apontando também para um limite problemático da memória a ser sempre interpelado com cautela” (p. 77-78). Trata-se de um quadro que expõe um território terminológico de grande destrutividade simbólica, abrindo questões acerca do como nos posicionaremos frente àquilo que desaparece. É erradicado, dissolvido, apagado, exterminado, sem deixar rastros? Como arquivaremos eventos que impõem o horizonte do desaparecimento da memória e do arquivo de maneira tão peremptória e inegociável?

Endo (2018), com base nesta terminologia, associa tais palavras às marcas existentes no pensamento freudiano, assumindo que na trajetória de Freud estão inclusas fendas, buracos, solavancos enormes numa dada passagem (referida aqui à do “Projeto para uma psicologia científica” à “A Interpretação dos Sonhos”), além e aquém das dinâmicas entre o lembrar e o esquecer. Depois, dirá que sem fazer disso um campo de batalha decisivo, Freud proporá outra coisa acerca da memória instalada sobre os processos e dinâmicas inconscientes que a determinam. Processos que, em suas palavras, têm como origem e destino a constituição do psiquismo pautado pela sexualidade.

Vale lembrar que o inconsciente tem importante participação na constituição do arquivo como dimensão de abertura para nova forma de pensar o arquivo no âmbito da política (DUQUE-ESTRADA, 2010). Também deve-se ter em conta que a própria concepção de aparelho psíquico trazida pela psicanálise – em suas marcas, traços e espaços psíquicos – já instalaria nova concepção de memória, configurando um arquivo (DERRIDA, 2001a). Assim, acessamos com Endo (2018), no bojo desta reflexão, a consideração do inconsciente como lugar terceiro, bem como dos sintomas enquanto lugar outro que se instalaria fora das dinâmicas inerentes ao lembrar e ao esquecer. Isso permite pensar a psicanálise como ciência do arquivo e do mal de arquivo em sua escuta marcadamente ocupada do interstício entre a palavra e o silêncio, da tensão, da perturbação e dos excessos.

3.3 Da memória ao Arquivo

Isto posto, talvez seja possível dizer que obtemos um desenho mais claro ante a proposta de articulação entre a concepção de aparelho psíquico (memória) trazida por Freud e a questão do arquivo em sua disjunção, a saber, o mal de arquivo pensado por Derrida.

Por ora, reconhecemos duas dimensões entremeadas na tessitura da memória. Tratamos de registros de inscrição que efetuam marcas sobre um objeto, como a imagem do exergo, das impressões – imprimir sobre, pensar em; bem como impactar o outro – de traços psíquicos presentes e positivados no psiquismo. Também pensamos sobre o recalque e o apagamento como operações dinâmicas que constituem uma lógica hipomnésica essencial à produção da memória. Assim, vale a pena insistir no que Derrida postulou a respeito do lugar do arquivo como o de uma anamnese impossível, ou seja, conforme já mencionado, é no lugar da falta originária e estrutural da chamada memória que o arquivo tem seu lugar (DERRIDA, 2001a, p. 22). No inter jogo de forças, temos o arquivo que não será nem memória nem anamnese, produtor e destruidor de traços, conservador e revolucionário, formando uma noção – tal como a noção freudiana de aparelho psíquico – que trará a contradição como seu princípio fundador e o assentamento de suas bases na coexistência de contrários. “Nada é menos claro, nada é menos garantido hoje em dia do que a palavra arquivo (...) nada é tanta perturbação nem mais perturbador” (DERRIDA, 2001a, p. 117).

Com efeito, vale dizer que a extensão deste campo problemático e contraditório no qual se forma o arquivo será pensado com maior profundidade a partir de uma articulação com o conceito de pulsão de morte que, desenvolvido por Freud em 1920, tornar-se-á componente indispensável à compreensão do mal de arquivo enquanto noção. Nesse momento, cabe dizer que Derrida encontra em Freud a possibilidade de sustentação de contradições ante a elaboração de uma teorização e, no escopo da desconstrução como posição investigativa, tomará o modelo de memória elaborado por Freud como paradigma para tornar compreensível as vicissitudes presentes em sua concepção de arquivo/mal de arquivo.

Mas, se o modelo de memória funcionou como paradigma para Derrida, por que a escolha da palavra arquivo? Se o aparelho de memória se tornou um modelo representativo, por que Derrida não ofereceu ao seu ensaio o título “Mal de Memória. Uma impressão freudiana”?

Ainda que retomemos a exploração etimológica da origem da palavra *Arkhe* como radical portador dos sentidos “começo” e “comando”, referentes aos princípios topológico e nomológico (arcôntico) constituintes do arquivo, há que se acompanhar aqui uma passagem efetuada por Freud e que Derrida compreenderá como responsável pela constituição da psicanálise não apenas como ciência da memória, mas do arquivo. Trata-se da escrita do artigo “Uma nota sobre o Bloco Mágico” (FREUD, 1925/2010), para Derrida, marca inaugural da psicanálise como aquela que quer ser uma ciência geral do arquivo, de tudo o que pode

acontecer à economia da memória e seus aportes, traços, documentos, em suas formas internas ou externas.

De fato, há uma passagem operada por Freud do *Projeto* ao *Bloco Mágico*, configurando a psicanálise como ciência do arquivo. No entanto, antes de discorrermos sobre esta circunstância, talvez seja importante nos determos na “Carta 52” (1896/1996) – enquanto produção subsequente ao *Projeto* – através da qual Freud desenvolveu algumas ideias embrionárias à problemática do arquivo. Afinal, será a partir dessa *Carta* que o aparelho psíquico deixará de ser pensado exclusivamente através dos termos de força, intensidade, caminhos de facilitação e barreiras de contato, sendo entendido a partir da ideia de signo e suas possibilidades de tradução.

A “Carta 52” (1896) opera uma mudança de concepção do psiquismo. Será desde este artigo que o mecanismo psíquico passa a ser compreendido como “formado por um espaço de estratificação de camadas sucessivas no qual o material presente em forma de traços da memória estaria sujeito, de tempos em tempos, a um rearranjo segundo novas circunstâncias – a uma retranscrição” (FREUD, 1896/1996, p. 281).

Ocorre aqui, portanto, a elaboração de um modelo revelador de uma concepção espacial e temporal, constituído de signos heterogêneos cada qual correspondente a diferentes estratos psíquicos. Temos os estratos: P (percepção), Ps (sinal de percepção), Ics (inconsciente), PCs (pré-consciente); todos dispostos em um gráfico que terá sua estrutura mantida por Freud na “Interpretação dos Sonhos” (FREUD, 1900/1996). As travessias dos signos de percepção neste modelo de memória serão pensados em termos de inscrições ou transcrições que poderão ou não chegar à consciência. Sem esquecer que, neste momento, a atenção de Freud voltava-se especialmente para o que estaria impedido de ser transcrito.

Pensemos nos diferentes registros expostos no esquema de Freud em uma concepção de memória que não se faz de uma só vez, mas se desdobra em diferentes tempos. Também enfatizemos que esta *Carta*, ao trazer a lógica da escritura para o cerne do funcionamento psíquico, pensando-o pela linguagem da inscrição, tradução, transcrição e retranscrição, aproxima-se do que Derrida em “Freud e a cena da escritura (1967/2005)²², reafirma como premissa freudiana: a do modelo de aparelho como metáfora que vincula o psiquismo a um texto, ou seja, a uma linguagem escrita.

²² “Freud e a cena da escritura” partiu de uma conferência pronunciada na *Société Psychanalytique de Paris*, sendo publicada em 1967.

Contudo, não basta compreender o psiquismo como metáfora da escritura para tomá-lo como metáfora arquivar. Esta passagem se dará, conforme mencionamos, por uma nova concepção trazida pelo “Bloco Mágico” de 1925.

Podemos dizer que Derrida explorou a irradiação de efeitos promovida pelo “Bloco Mágico” no “Mal de Arquivo” por mais de uma vertente. Sua reflexão sobre os impactos do *Bloco* nas considerações sobre o arquivo surgem, sobretudo, em seu primeiro exergo, considerado mais tipográfico. Retomemos, como ponto de partida, uma citação a respeito das condições necessárias à configuração do arquivo destacada por Derrida (2001a, p. 22): “Não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade. Não há arquivo sem exterior”.

Na passagem da memória para o arquivo, a exterioridade é questão capital. E o *Bloco mágico* será a sistematização desta exterioridade, na medida em que surge como modelo técnico de máquina-ferramenta destinada a representar exteriormente a memória como arquivamento interno. Segundo Derrida (2001a, p. 31, grifos do autor):

Tendo em conta a multiplicidade de lugares no aparelho psíquico, o Bloco mágico integra também, no próprio interior da *psukhe*, a necessidade de um certo exterior, de certas fronteiras entre o dentro e o fora. E com este *exterior doméstico*, isto é, com a hipótese de um suporte, de uma superfície ou de um espaço *interno*, sem os quais não há consignação, registro ou impressão nem repressão, censura ou recalque, o *Bloco Mágico* acolhe a idéia de um arquivo psíquico distinto da memória espontânea, de uma *hupomnesis* distinta da *mneme* e da *anamnesis*: a instituição em suma de uma *prótese de dentro*.

No artigo “Nota sobre o Bloco Mágico” (1925/2010), Freud apresenta uma metáfora para o aparelho psíquico perceptual tanto em termos de sua estrutura quanto de seu funcionamento. Conta de um pequeno dispositivo que, diferentemente de uma folha de papel em branco e analogamente ao psiquismo, pode oferecer duas coisas ao mesmo tempo: uma superfície receptora sempre disponível (já que seu espaço não será esgotado por rabiscos irremovíveis) e traços duradouros (que não sofrerão o apagamento de suas marcas/vestígios). Trata-se da caracterização do bloco mágico. Eis a estrutura do aparelho psíquico metaforizado por uma tabuinha feita de cera ou resina equivalendo ao inconsciente, uma folha de celuloide que cobriria esta tábua representando sistema Pcp-Cs, e um estilete que ilustraria o estímulo potente na confecção de inscrições duradouras na tábua, mediadas pela película protetora e receptora do estímulo. Eis também o funcionamento do psiquismo metaforizado, uma vez que a escrita/inscrição na tábua de cera (Ics) surgirá condicionada ao contato entre o papel (Pcp-Cs)

que recebe o estilete (estímulo) e a tábua que recebe a impressão; num movimento que relaciona o aparecer e o desaparecer da escrita com o cintilar e evanescer da consciência na percepção.

Derrida abre reflexões em torno desta metáfora do arquivo. Pensará sobre a questão da técnica de arquivamento para a psicanálise, pondo em xeque a sustentação e validade desta metáfora elaborada por Freud numa perspectiva futura. O bloco mágico resiste ou não à evolução da tecno-ciência do arquivo? Ele parte do pressuposto de que a estrutura técnica do arquivo arquivante determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro (DERRIDA, 2001a, p. 29). Em suma, dirá que a técnica arquivística condiciona não só a forma ou a estrutura, mas também o conteúdo da impressão: “não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquia da mesma maneira” (DERRIDA, 2001a, p. 31).

A respeito das inovações tecnológicas e seus impactos no fazer psicanálise, Derrida reflete sobre o uso de e-mails como técnica produtora de arquivos e, reiterando esta premissa de que a técnica adotada no arquivamento determinará o conteúdo arquivável, afirmará categoricamente que:

Isto significa que no passado a psicanálise (não mais do que tantas outras coisas) não teria sido o que foi se o *E-mail*, por exemplo, tivesse existido. E no futuro não será mais o que Freud e tantos psicanalistas anteciparam, desde que o *E-mail*, por exemplo, se tornou possível. (DERRIDA, 2001a, p. 29).

Retomando a exterioridade como questão capital na constituição do arquivo, a pergunta não estará restrita ao *como* se arquia um determinado evento – pressupondo a existência de modos diversos de arquivamento, logo diferentes produções arquivais – mas qual a qualidade dos fatores externos intervenientes neste processo. Há que levar em conta a exterioridade como a figura do terceiro em psicanálise, fator estruturante e componente indispensável na realização de um arquivo. O arquivo torna-se uma elaboração institucional e política, portanto, abre perguntas em torno das consequências de uma falta de suporte para o advir de um registro, para travessias psíquicas que efetuam mudanças de registro tais como a passagem da marca para a representação, por exemplo. O que acontece com uma experiência pulsional sem suporte na exterioridade? Quais destinos pulsionais seriam forjados ante a experiência? “Em que se transformaria o arquivo quando ele se inscreve diretamente no próprio corpo?” (DERRIDA, 2001a, p. 8).

Impõe-se a presença do outro para que se faça um arquivo e se pense sobre o factual e a verdade. Nesta linha, fica colocado que esta terceridade, entendida como suporte fundamental

à realização do arquivo e à tessitura de um campo representacional, faz-se necessária por estabelecer-se como via para a repetição, isto é, como *técnica sine qua non* para que um arquivo se constitua. Com isso, pode-se concluir que é preciso o suporte para que ali esteja alicerçada a repetição enquanto possibilidade de acontecimento.

Pensando o terceiro como suporte fundamental à constituição do arquivo, Endo (2013), trouxe o campo político como símbolo deste suporte, entendendo-o como a arena onde se dariam as lutas políticas em torno do lembrar e esquecer, acerca dos movimentos de preservação e apagamento da memória e dos arquivos. A respeito dos espaços sociais ocupados e reservados à preservação da memória, o autor retoma as palavras de Assman (2011), fazendo pensar sobre a potência da cultura enquanto este terceiro/exterioridade indispensável à existência do arquivo:

Portanto, os denominados locais de memória, como locais estatísticos por sua própria natureza física e imóvel, apontam para a possibilidade de que os locais possam tornar-se sujeitos, portadores de recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos. (ASSMAN, 2011, p. 317 *apud* ENDO, 2013, p. 49).

Locais de memória aqui pensados como monumentos, espaços sociais imbuídos de história, arquivos vivos tantas vezes portadores dos contrapelos de registros históricos quiçá jamais nomeados por uma dada cultura e que “esperam, em latência, por aqueles que desejam lembrar” (ENDO, 2013, p. 49).

O terceiro, aqui, pensado como a cultura, terá como ponto de discussão na psicanálise a figura do Outro, constituinte do sujeito, base alteritária que funda a possibilidade da existência do sujeito, por excelência.

Endo (2018), em consideração às bases do pensamento clínico psicanalítico, relembra de como os sintomas, demonstrativos de um lugar terceiro, este lugar outro da memória, podem perdurar durante toda a vida do sujeito se não forem psiquicamente interpelados, aturcidos e perturbados, sendo esta uma tarefa que a psicanálise desde o princípio tomou e tomará para si. O autor aponta para o destino cativo e os lugares emudecidos do corpo quando, reféns de caminhos irreconhecíveis e alienados, ficam entregues à compulsão à repetição sem apropriação subjetiva.

Nas palavras do autor:

Conteúdos baldios, atemporais e sem rumo, como que se esgotando em seu próprio movimento de perpetuação repetitivo, vagam em sua impossibilidade e mortificação. Energia, pulsão psiquicamente desligada que se aliena no corpo para ali manter-se aprisionada, drenando energia psíquica na mobilização dos mecanismos de defesa psíquicos mantenedores da neurose. (ENDO, 2018, p. 80).

Compulsão à repetição reveladora de um arquivo regido não somente pelo princípio do prazer, afinal, é sabido que em psicanálise a repetição não deve ser assumida em caráter unívoco. Do que trata a repetição pontuada por Derrida como técnica arquivística?

Um dos caminhos para pensar esta questão seria debruçarmo-nos sobre a distinção feita por Freud quanto ao estatuto da repetição em sua obra. Afinal, a repetição de 1914, aquela explorada em “Recordar, repetir e elaborar”, trata do que o sujeito não recorda devido ao recalque e que será repetido pela ação (*acting out*) sem que ele saiba que está repetindo; ou seja, trata do retorno do recalado posto em ação pelo sujeito no laço com o outro, este suporte da repetição. Já a repetição, pensada em 1920 em “Além do princípio do prazer” (1920/2010), indica a necessidade de se pensar sobre o conceito de compulsão à repetição, que se constitui como outra modalidade de repetição e memória, não mais ligada ao princípio do prazer e regida pela pulsão de morte.

O arquivo/mal de arquivo de Derrida contempla ambas as conotações de repetição e memória aqui expostas. Afinal, o arquivo será este que mediante um suporte externo necessário à sua existência usará esta base como palco de atuação de suas forças – tanto no sentido de repetição como reimpressão, retorno do recalado, remarcação do traço e do exergo em termos de re-apresentação de um material em busca de representação, quanto na direção de reativação da lógica da compulsão à repetição, da destruição, isto é, da pulsão de morte. Nas palavras de Derrida (2001a, p. 22-23):

Não esqueçamos jamais esta distinção grega entre *mneme* ou *anamnesis*, por um lado, e *hupómnema*, por outro²³. O arquivo é hipomnésico. E notemos de passagem um paradoxo decisivo sobre o qual não teremos tempo de nos deter mais que condiciona sem dúvida toda esta proposta: se não há arquivo sem consignação em algum lugar exterior que assegure a possibilidade de memorização, da repetição, da reprodução ou da reimpressão, então lembremo-nos também que a própria repetição, a lógica da repetição, e até mesmo a compulsão à repetição, é, segundo Freud, indissociável da pulsão de morte. Portanto, da destruição. Consequência: diretamente naquilo que permite e condiciona o arquivamento só encontraremos aquilo que expõe à destruição e, na verdade, ameaça de destruição, introduzindo *a priori* o esquecimento e a arquiviolítica no coração do monumento. No próprio “saber de cor”. O arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo.

²³ Encontramos em Guimarães (2007, p. 184) a discriminação entre os termos *mneme* e *hupómnema*. Enquanto a *mneme* corresponderia à memória viva e espontânea, a *hupómnema* relaciona-se às formas auxiliares da memória, tais como os processos de hipomnésia que recorrem às “próteses” externas (a escrita, por exemplo) e as internas (inscrições no inconsciente).

No coração do arquivo jaz a contradição elementar, porém dinâmica. Por um lado, os esforços para a memorização e consumação da vida via simbolização. Por outro, a ameaça de morte e extermínio de qualquer possibilidade de presentificação e registro psíquico.

3.4 O “Projeto” e o arquivo cativo

Estabelecida a psicanálise enquanto ciência não só da memória, mas do arquivo, bem como a compreensão do “Projeto” (1895/1996) como texto que, comprometido com a base terminológica da neurologia, já postulava a fundação da memória em psicanálise a partir de paradoxos fundamentais à gênese de uma nova concepção de psiquismo; entende-se agora a importância de focalizar com mais profundidade este contexto metapsicológico que se revelou pertinente às discussões sobre a memória e o arquivo, campo de interesse desta pesquisa. Abordaremos agora, com mais detalhes, a passagem do período pré-psicanalítico, marcado por textos como o “Projeto” (1895/1996) e os “Estudos sobre a histeria” (1895/1996), para o artigo “A Interpretação dos Sonhos” (1900/1996), na medida em que representa a adoção de um novo olhar para a memória, aproximando-a do “Mal de Arquivo” (DERRIDA, 2001a).

Para tal incursão, retornaremos à indagação feita por Derrida (2001a) – já mencionada neste capítulo – e que se revela oportuna para o acompanhamento desta passagem teórico-metodológica que pretendemos abordar: “Em que se transformaria o arquivo quando ele se inscreve diretamente no próprio corpo?” (p. 8). Em Derrida, encontramos tal pergunta referida à experiência da circuncisão, algo, segundo o autor, de caráter literal e figurativo, pensado como inscrição que marca a pele de Freud, bem como a história da psicanálise. Contudo, vemos que esta questão que associa o arquivo ao corpo abre para um campo de discussão mais extenso, afinal, não seria a psicanálise esta a se ocupar das marcas corporais inscritas no psiquismo, daquilo que marca o corpo/Eu do sujeito, abrindo possibilidades de construção da palavra?

Se a constituição de um arquivo, como vimos, depende inteiramente de uma técnica de consignação, de repetição e de uma exterioridade, ou seja, de um terceiro para que se efetive, então temos aqui uma discussão sobre o lugar da alteridade na fundação do psiquismo. Uma discussão sobre a posição do outro enquanto suporte ao arquivo hipomnésico em sua essência, tal como postulou Derrida. Importante dizer que neste desafio assumido pela psicanálise de trabalhar com as chamadas marcas corporais que se inscrevem no psiquismo e demandam traduções oferecidas pelo outro, podemos acompanhar na trajetória freudiana uma mudança de paradigma.

Mas o que seria o corpo para a psicanálise neste momento? Como se daria o funcionamento da memória? Atrelado a este paradigma, devemos também perguntar: quem é o outro para a psicanálise neste contexto pré “Interpretação dos Sonhos”? Quem seria e como se daria esta exterioridade, presença que se propõe a escutar, testemunhar aquilo que se inscreve diretamente no próprio corpo do sujeito, transformando-o em arquivo a ler lido?

Entende-se a atenção da psicanálise e sua busca pela compreensão do corpo e de seus sintomas como ponto inaugural de sua prática. Teoria e prática envolta desde o início com o corpo doente e suas manifestações no escopo dos estudos sobre a inquietante histeria, ocupada com a efetuação de passagens que implicaram em mudanças significativas na compreensão do sujeito, do tal aparelho de memória, logo, da terapêutica que havia sido postulada em tempos pré-psicanalíticos.

Em 1893, através de um trabalho escrito conjuntamente com Breuer, Freud preocupou-se em explicitar sua técnica terapêutica, o método catártico acessado através da hipnose de pacientes histéricas e ilustrativo de uma certa concepção de memória/sujeito existente na época: a de uma memória a ser evocada em contraponto aos obstáculos travados pelo esquecimento que deveria ser eliminado; bem como a de um terceiro/outro que oferece sua escuta numa perspectiva de resgate, de ressurreição de algo que, entendia-se, justamente por não ter sido lembrado, tornava-se causa de uma doença.

Cito um trecho descritivo desta lógica aplicada à memória:

Esses achados – de que, no caso dessa paciente, os fenômenos histéricos desapareciam tão logo o fato que os havia provocado era reproduzido em sua hipnose – tornaram possível chegar-se a uma aplicação sistemática. Cada sintoma individual nesse caso complicado era considerado de forma isolada; todas as ocasiões em que tinha surgido eram descritas na ordem inversa, começando pela época em que a paciente ficara acamada e retrocedendo até o fato que levava à sua primeira aparição. Quando este era descrito, o sintoma era eliminado de maneira permanente. (BREUER; FREUD, 1893/1996, p. 70).

Empenhava-se Freud, neste momento, a retroceder a um fato que precisaria ser lembrado pela paciente, buscado nos recônditos de uma gaveta da memória armazenadora para que, enfim, pudesse aceder ou atingir a cura. Cura que, neste momento, vale frisar, seria o mesmo que a remissão de sintomas. Temos aqui Freud em uma postura investigativa na busca por uma aparição primeira que, caso fosse lembrada, resultaria na cessação do sintoma, logo, da eliminação da doença.

Endo (2018) destacou que a primeira clínica de Freud, conhecida como pré-psicanalítica, ao mesmo tempo anterior e fundante da psicanálise, pensava o esquecimento

como um limbo da memória, cuja inscrição seria não consciente e que poderia ser reencontrada a partir de técnicas e buscas apropriadas: resgatar do esquecido para o lembrado. O autor recuperou também o quanto para o Freud neurologista, neste período, a memória ainda figurava em seus trabalhos em sua clínica como um armazenamento de conteúdos, experiências, percepções e sensações potencialmente evocáveis.

Recuperando o “Projeto” (1895/1996), momento marcado pela descrição da memória em termos neurológicos, num complexo de marcas mnêmicas, barreiras de contato, trilhas dinâmicas estabelecidas por caminhos de facilitações e sujeitas a reordenamentos, podemos destacar uma ideia contida neste trabalho e que se faz fundamental para compreender o enlace entre a noção de memória e desejo elaborado pela psicanálise até então. Entende-se que tanto a estruturação do aparelho psíquico quanto o momento da emergência do desejo nesta estrutura vincula-se à noção de vivência de satisfação.

Bezerra Jr. (2013), comentador do “Projeto”, entende que tal noção será embrionária de pontos importantes desenvolvidos teoricamente por Freud no futuro, pois, na medida em que condensa ideias sobre o psiquismo como aparelho marcado pela vivência de satisfação, logo abrirá caminho para pensar a memória atravessada pelo desejo, em sua ligação com a produção dos sonhos na “A interpretação dos Sonhos”. Depois, o autor também mencionará a vivência de dor, abordada primeiramente no “Projeto” e nos “Estudos sobre a histeria” para posteriormente ressurgir em trabalhos como “Além do princípio do prazer” (1920/2010) e “Inibição, sintoma e angústia” (1926/1996), nas teorizações sobre o trauma.

Pensemos aqui na vivência de satisfação. Ela será uma peça chave para entender a transformação sofrida pela concepção de memória da psicanálise desde seu momento inaugural, bem como da transformação da ideia de sujeito que até então vigorava em tempos pré-psicanalíticos.

Para Bezerra Jr. (2013), a vivência de satisfação seria um ponto de partida para o entendimento do que caracteriza a subjetividade humana, e que a distingue de outras formas de vida mental. Ele compreende, retomando Freud, que como consequência da vivência de satisfação, três coisas ocorrem no sistema psi: 1) a eliminação do impulso que havia provocado desprazer em *ômega*; 2) o surgimento do *pallium* (neurônios *psi* em contato com *phi* e com a consciência) da ocupação ou investimento de um conjunto de neurônios que correspondem à percepção de um objeto (que propiciou a satisfação); e 3) a chegada a outras regiões do *pallium* de informações acerca da eliminação da tensão proporcionada pela ação específica” (p. 137-138). Em suas palavras: “É a partir dela que podemos compreender a origem dos afetos. É nela

que reconhecemos o papel crucial da alteridade na constituição do sujeito. É dela que inferimos como o indivíduo é introduzido na ordem simbólica” (p. 134).

Imersos nesta tradução neuronal, na compreensão de uma lógica de neurônios que realiza um trabalho de transformação energética no trato com quantidades, qualidades, excitações, aumento de tensão associado ao desprazer e rebaixamento de tensão ligado ao prazer no psiquismo, importa neste recorte pensar o significado do estabelecimento da vivência de satisfação enquanto experiência psíquica, naquilo que, para Bezerra Jr. (2013), constitui-se como:

(...) um dos pontos do Projeto em que mais claramente se evidencia como, ao longo da sua elaboração, a máquina fisicalista de início imaginada vai sofrendo uma metamorfose. No momento inaugural do psiquismo, os mecanismos da máquina neurobiológica humana mostram sua imbricação originária com o plano da intersubjetividade. A ordem natural e a ordem simbólica precisam necessariamente se entrecruzar para que a vida psíquica tenha lugar. (p. 139-140).

Importa considerar aqui, em meio a nomenclaturas ofertadas pelas ciências naturais, a existência, pela ideia de vivência de satisfação, do esboço de um lugar terceiro fundamental, de um ponto de reflexão em torno do papel da alteridade na constituição psíquica, mesmo sabendo que Freud ainda não havia elaborado as noções sistemática e dinâmica do inconsciente psíquico.

Precisa-se do outro, de uma ação específica do outro que atue como cuidador de uma suposta demanda, que seja agente de uma ação tradutora do grito do bebê, neste momento entregue a fontes internas de excitação que atuam de forma contínua em seu corpo, e transforme o grito em demanda a ser respondida. Bezerra Jr. (2013) aponta que a fonte da experiência de satisfação é a prematuridade que caracteriza a espécie humana e a lança numa condição de desamparo original, sendo que o atendimento à necessidade por meio do objeto oferecido pelo outro “(...) produz a inscrição de um traço mnésico (uma imagem mnêmica) do objeto que propiciou a satisfação (o seio, a mamadeira ou algo que funciona como representação parcial da figura materna” (p. 136).

Vemos que a dimensão intersubjetiva está posta pela psicanálise freudiana desde o “Projeto”. A leitura deste trabalho de Freud permite observar a primordial ação do outro na produção do aparelho psíquico, através da constituição de traços mnésicos, da regulação da excitação interna do psiquismo, da diferenciação entre objeto e representação, do estabelecimento de diferentes circuitos da energia psíquica em processo primário e secundário. Através desta leitura, sabe-se que sem o outro não se estabelece o psiquismo, logo não se estabelecerá a memória.

No entanto, discute-se aqui não só a presença do outro como fundamento da constituição da memória, mas a participação deste outro inserida em uma concepção específica de memória e de tratamento psicanalítico. No bojo desta discussão sobre um determinado paradigma de memória e sujeito é que pensamos sobre quem é o outro que escuta o sujeito em sofrimento, pautando sua posição na psicanálise que até então não concebia o inconsciente como sistema de memória, tampouco o sonho como via privilegiada de acesso ao inconsciente pela via da interpretação.

Nos “Estudos sobre a histeria” (1895/1996), temos Freud imbuído em uma concepção de memória marcada pela ideia de armazenamento de conteúdos, o que o pautava a conduzir sua escuta e intervenção na crença em uma completa eliminação de lacunas e esquecimentos pela via da fala. A escuta, neste sentido, visaria o preenchimento de partes faltantes, mal lembradas ou esquecidas no discurso. Em outras palavras, seria preciso recorrer a um depósito fixo continente de conteúdos de memórias esquecidas para eliminar o mal do esquecimento, este, causador do adoecimento psíquico. O esquecimento, neste momento, viria atrapalhar um processo de memorização que supostamente deveria funcionar em um curso linear e contínuo e, através desta lógica, seria tomado como fenômeno perturbador a ser submetido a um trabalho efetivo de extirpação para não interromper o fluxo regular da memória armazenadora.

Neste momento, o sofrimento histérico vinha referido a reminiscências. O emblemático caso Anna O. trouxe a conhecida expressão “limpeza da chaminé”, trazendo a fala como promessa de purificação (*talking cure*) para um psiquismo, até então, obstruído por esquecimentos considerados verdadeiros contrapontos à memória, impeditivos e antagonistas no propósito da libertação e cura de uma dada patologia via rememoração.

A concepção de memória fixa e fechada como uma cuba de conteúdos pré-existent é ilustrada por Freud na condução de seus casos clínicos, pois encontramos justamente nela o fundamento de sua técnica, de sua escuta. No caso Elisabeth Von. R. (FREUD, 1895/1996), acompanhamos Freud em busca de uma lacuna que havia sido esquecida pela paciente e que, em sua lógica, deveria ser lembrada para que essa enfim se libertasse de seus sintomas conversivos:

(...) não obstante, mesmo aqui fui incapaz de obter qualquer cena passível de ser identificada como aquela em que ocorreu a conversão. Por essa razão, eu me sentia inclinado a achar que havia uma lacuna na explicação desse ponto, até me lembrar que, de fato, as dores histéricas nas pernas não haviam surgido durante o período em que ela estava cuidando do pai. (FREUD, 1895/1996, p. 172).

Temos também a suposição freudiana de um momento inaugural de criação do sintoma que deveria ser desvelado. Freud parecia supor que chegaria a um marco zero da memória, a um ponto, a uma cena de onde tudo seria passado a limpo. Parecia inferir que esgotaria o conjunto de causas precipitantes do sintoma conforme a paciente falasse. Empenharia, assim, um esforço para preencher uma lacuna com uma explicação, evocando lembranças:

A descoberta da razão da primeira conversão abriu um segundo período profícuo do tratamento. A paciente surpreendeu-me logo depois, ao anunciar que agora sabia por que era que as dores sempre se irradiavam daquela região específica da coxa direita e atingiam ali sua maior intensidade: era nesse lugar que seu pai costumava apoiar a perna todas as manhãs, enquanto ela renovava a atadura em torno dela, pois estava muito inchada. (FREUD, 1895/1996, p. 172).

Constata-se que a psicanálise, antes de 1900, marcada por outro modelo de psiquismo fincado à lógica da hipnose e da catarse como modelo de tratamento, ainda que – conforme já pensado neste capítulo – tenha se constituído em meio aos paradoxos e à negatividade para se estabelecer enquanto aparelho de memória, atentando de certo modo para aspectos não observados pelo modelo médico-neurológico conservador; trouxe para a cena um paradigma de tratamento ainda bastante impregnado por uma leitura tradicional do humano.

Júnior (1998) debruçou-se sobre esta questão, pensando sobre os diferentes modelos de subjetividade encontrados ao longo da obra freudiana intrincados aos diferentes paradigmas de tratamento que a acompanharam. Relembra que a figura da catarse, a expulsão como eliminação do mal, é um paradigma constitutivo da cultura ocidental e que a ideia de que o mal possa ser anulado ou expulso para fora do corpo ou da alma é tão presente e antiga que a força da sua evidência tende a excluir e a esconder outras estratégias de agenciamento do nocivo. Com efeito, o autor considera que juntamente com os modelos de como se processa uma cura em psicanálise, transformaram-se também os modelos de subjetividade, de modo que o modelo catártico da cura implica em um “modelo de sujeito essencialmente fechado, permanente, regido pela figura de uma identidade consigo mesmo” (p. 120). Por outro lado, compreende também que a psicanálise, no desenvolvimento de sua metapsicologia, uma vez que não se deteve ao paradigma da catarse como modelo de tratamento, abriu a possibilidade de operar conceitos absolutamente incompatíveis com esta ideia de um sujeito essencialmente idêntico a si mesmo, trazendo para a cena, em seus últimos textos, o que pode ser denominada “concepção aberta da subjetividade” (p. 120).

Júnior (1998) associa esta “concepção aberta da subjetividade” ao artigo “Construções em análise” (1937/1996), obra mais tardia de Freud na qual ele introduz a noção de construção

como substituta da noção de interpretação, esta que vinha há tempos postulada como instrumento técnico clássico da teoria psicanalítica. Nesta reflexão, Júnior (1998) pontua que a construção coincide com o novo modelo de subjetividade aberta basicamente em dois pontos: pelo fato da construção ser um trabalho preliminar e, como tal, ser essencialmente fragmentária.

Júnior (1998) retoma, assim, a analogia estabelecida por Freud entre o trabalho do analista e do arqueólogo e afirma que seu aspecto mais importante seria, afinal, o encontro com o limite desta analogia. Segundo o autor, tal limite será o reconhecimento do trabalho analítico como modo autônomo de investigação, com suas regras, seus meios e seus objetivos próprios. O trabalho analítico, diferentemente do trabalho arqueológico, não sabe o que deve construir, terá um caráter essencialmente fragmentário e, portanto, interminável, e lidará com o sujeito que, sabe-se, não poderá lembrar-se inteiramente da própria história, nem dizê-la definitivamente, tampouco apoderar-se da verdade histórica que a constitui a partir do inconsciente. O analista, por sua vez, também não pode construir tal história.

Por fim, entende-se que neste solo onde se assentam modelos diferentes de tratamento, logo de sujeito, questionar aspectos teóricos, técnicos e metodológicos da psicanálise significa refletir sobre quem é o sujeito psicanalítico, o sujeito do inconsciente, estabelecendo a noção de historicidade do sujeito freudiano não como dado concreto, mas sim um produto de sentido.

Logo, pode-se dizer que:

Enquanto criação pelo processo analítico, a historicidade do sujeito freudiano é essencialmente não um dado concreto, mas sim um produto do sentido. Diferentemente da historiografia material, a historicidade psicanalítica funda-se em sua abertura iminente para um passado imprevisível. (JÚNIOR, 1998, p. 146).

Tal consideração se mostra pertinente para pensar a subversão do arquivo tradicional feita por Derrida. Este arquivo que tal como aqui está posto, subverte a lógica do tempo cronológico, permitindo pensar sobre um passado imprevisível assentado em outra ideia de historicidade. O artigo “Construções em análise” (FREUD, 1937/1996) traz esta contribuição, retrata uma transição metodológica operada na obra psicanalítica, qual seja, da interpretação para a construção, nova ferramenta posta ao analista em sua escuta, produzindo uma série de efeitos no processo analítico.

Com base nesta reflexão sobre a memória armazenadora e evocativa proposta até então pela psicanálise, podemos resgatar a indagação de Derrida (2001a): “Em que se transformaria o arquivo quando ele se inscreve diretamente no próprio corpo?” (p. 8). E afirmar esta perspectiva pré-psicanalítica como a que faz do arquivo e do corpo do sujeito um cativo

preparado para retornar a um estado de completude originário. Podemos dizer que este momento da psicanálise sustenta um paradigma de memória e sujeito que respalda uma noção de arquivo que resulta prisioneiro. Aquele material de potencial abertura *a priori*, mas que derivou para o fechamento, encarceramento em um tempo passado, aguardando um salvador implicado em ressuscitar sua homogeneidade e preencher todos os espaços faltantes que atrapalhariam sua constituição. Aquele arquivo congelado na cronologia linear que, por sua vez, não admitiria lacunas enquanto parte inerente e fora denunciado por Derrida em sua iatrogenia do ponto de vista ético, inclusive. Arquivo que traria seu aspecto perturbador e eloquente, na medida em que se manifestava no corpo falante da histórica de modos tão enigmáticos quanto abertos à tradução, mas que recebia uma escuta que o lançava para o calabouço, para uma tradução tradicionalista, remetendo-o ao cativeiro do logocentrismo metafísico.

Isto posto, retornemos agora para o fio condutor previamente estabelecido neste capítulo, este que se propõe a explorar a complexidade de uma passagem anterior à encontrada no artigo “Construções em análise” (1937/1996) e que fora efetuada por Freud no momento em que elabora “A Interpretação dos Sonhos” de 1900, constituindo um novo modo de compreensão da memória, de tratamento e de sujeito, consequentemente.

3.5 A Interpretação dos Sonhos: sonho como mal de arquivo

Tomamos a obra freudiana “A Interpretação dos Sonhos” (1900/1996) como modelo de grande potencial subversivo na medida em que permitiu a Derrida aprofundar debates que havia aberto anteriormente ao seu “Mal de Arquivo” (2001a). Na reflexão iniciada neste capítulo sobre o psiquismo fundado em paradoxos²⁴, retomamos os pontos de subversão identificados por Derrida quando em contato com o sonho como formação do inconsciente e paradigma do funcionamento psíquico. Daqui em diante aprofundaremos a compreensão desta obra como representante de uma nova lógica de leitura do sujeito e da ciência, obra compreendida por Derrida como uma ruptura, “ruptura freudiana” que trouxe um abalo radical da noção de escritura até então vigente na história do pensamento.

Pensaremos sobre a mudança de paradigma advinda deste trabalho naquilo que se refere tanto ao lugar do esquecimento na teoria freudiana da memória, quanto ao papel da exterioridade/alteridade no trabalho com os sonhos enquanto formação do inconsciente. Seguiremos no entendimento de “A Interpretação dos Sonhos”, enquanto símbolo de uma nova

²⁴ 3.2 A memória em paradoxos

concepção de memória e sujeito, a partir destes dois pontos que, como vimos, haviam sido tomados em outra perspectiva no “Projeto” (1895). Compreenderemos também que na medida em que tal obra prima da psicanálise rompe com um paradigma posto pela psicanálise antes da virada do século XX, articulará a ideia do sonho com a ideia de mal de arquivo desenvolvida por Derrida.

Para tanto, cabe resgatar as questões que foram postas na reflexão construída em torno da noção de corpo e alteridade estabelecidas pela psicanálise do “Projeto” (1895) e dos “Estudos sobre a histeria” (1895), reaplicando-as a este novo momento metapsicológico. Retomemos: o que seria o corpo para a psicanálise neste momento? Como se daria o funcionamento da memória? Quem é o outro para a psicanálise neste contexto da “Interpretação dos Sonhos”? Quem seria e como se daria esta exterioridade, presença que se propõe a escutar, testemunhar aquilo que se inscreve diretamente no próprio corpo do sujeito, transformando-o em arquivo a ler lido?

Waisberg (2006) compreende que Freud, com “A interpretação dos Sonhos” (1900), rompeu com um modelo explicativo, sustentado em bases somáticas, na perspectiva epistemológica da psiquiatria e da psicologia explicativas do século XIX, constituindo um campo epistemológico original. Na compreensão da autora, “A Interpretação dos Sonhos” marcou a construção de uma teoria psicanalítica do sentido e será partindo desse ponto capital, onde Freud demonstra a decisiva importância do sonho como formação do sistema inconsciente, que será possível analisar como a psicanálise se distingue da hermenêutica tradicional.

Waisberg (2006), em sua compreensão sobre a envergadura questionadora e subversiva de “A interpretação dos Sonhos”, retoma que ao introduzir o conceito de *sobredeterminação* para pensar a construção onírica, Freud vem inaugurar o sonho como tese emblemática de que o homem não possui o centro que acreditava ter, nem no plano universal, nem no plano biológico, nem no seu próprio psiquismo. Entende também que na medida em que esta importante obra inaugura o método da interpretação, este que possui caráter inacabado, mostra-se, antes de tudo, uma via de reconhecimento de que não há verdade essencial e imutável a ser descoberta, obrigando o intérprete do sonho a retornar à interpretação sem pretender esgotá-la.

Assim, também dirá que o método de interpretação cria um estilo próprio de hermenêutica, que ultrapassa o modelo consciencialista da Filosofia e da Ciência da época, que o descentramento do sujeito é novidade epistemológica e metodológica, e a interpretação, o instrumento necessário à captação do sentido relacionado com a verdade do sujeito.

Observa-se que Waisberg (2006), ao abordar a fronteira entre filosofia e psicanálise, quando focaliza “A interpretação dos Sonhos” como obra de grande representatividade, elege, sobretudo, o viés do esquecimento dos sonhos para sustentar sua reflexão. Pode-se dizer que a autora parte do esquecimento para pensá-lo não apenas como fenômeno intercorrente ao sonhador que não se lembra inteiramente dos sonhos que produz, mas como aquele que participa fundamentalmente da dinâmica do sonhar desenvolvida por Freud em sua metapsicologia. Em suas palavras: “A nova ciência tem um imperativo: não esquecer o inconsciente, o que implica tratar de lhe fazer justiça, e não abandoná-lo à racionalidade.” (WAISBERG, 2006, p. 32).

Talvez possamos dizer que desde então, diferentemente do “Projeto” (1895/1996) e dos “Estudos sobre a histeria” (1895/1996), a mensagem transmitida por Freud na construção do inconsciente como sistema de memória e do sonho como via régia para seu acesso seria dedicada ao não esquecimento do esquecimento enquanto força operativa da memória. O esquecimento seria aqui partícipe e tecelão, efeito de um trabalho operado pelos mecanismos de condensação e deslocamento constituintes da elaboração onírica; ativo na construção de uma linguagem fundada em meio aos disfarces e aos mal-entendidos, articulada a partir de fragmentos espalhados e entrecortados em um cenário de não clareza bastante distante daquele que estaria fincado na lógica da consciência e da vigília.

Contrariando a lógica da vigília, temos que:

O sonho entendido como texto a ser decifrado, ou interpretado, acolhe com igualdade de importância tudo aquilo que for considerado erro ou retificado. Tem-se como pressuposição que qualquer distorção absurda ou ilógica na narrativa não é aleatória, nem obedece a um princípio de causalidade único ou simples. Com a noção de sobredeterminação, o todo determina as partes, bem como a estrutura determina os elementos. (WAISBERG, 2006, p. 134).

A psicanálise não só inaugura um século com “A Interpretação dos Sonhos”, mas introduz novo lugar dado ao esquecimento e à memória que, desde esta virada, só poderia estar referida à tensão do lembrar-esquecendo, esquecer-lembrando, e não mais ao binarismo e à dicotomia do lembrar ou esquecer. O esquecimento, entende-se, deixou de ser um obstáculo para o acesso à memória e adquiriu o estatuto constituinte do que é a memória propriamente dita.

Chnaiderman (2019) retoma Ribot (1919) para tratar do caráter elementar do esquecimento no sistema da memória:

Se, para atingir uma lembrança longínqua, fosse preciso seguir a série toda dos termos que dela nos separam, a memória se tornaria impossível, devido à demora da operação. Chegamos, então, ao resultado paradoxal de que a condição da memória é o esquecimento. (CHNAIDERMAN, 2019, p. 45-46).

Não à toa estabelecemos aqui a relação da memória desde “A interpretação dos Sonhos” com o mal de arquivo neste paralelo com o esquecimento. Com Freud, temos agora o funcionamento da memória pautado no esquecimento constituinte, a memória entendida como falta que acena para a oportunidade de acesso à realidade psíquica, como opacidade promissora no encontro com a verdade inconsciente. Com Derrida, pelo mal de arquivo, temos o mal como regente do registro psíquico, a irrepresentabilidade como carro chefe da realização institucional do arquivo, o mal como furo fundamental no cerne do arquivo, o mal enquanto negatividade que opera ativamente no estabelecimento do arquivo.

Podemos pensar que justamente pelo fato de Freud ter fundado a primeira tópica do psiquismo dando à memória sua condição de possibilidade pelo esquecimento; exatamente pela teoria freudiana ter tomado o sonho e o esquecimento como inerentes e efeitos de um trabalho de elaboração – que Derrida tomou tais pressupostos para formular tanto uma nova concepção de linguagem, fundando a escritura, como uma nova concepção de arquivo, o mal de arquivo.

O esquecimento em Freud seria efeito da briga entre forças, resultante da contrariedade entre duas forças psíquicas: por um lado há a insistência do aparelho de memória em transmitir uma mensagem cifrada e realizar o desejo inconsciente ainda que disfarçadamente; por outro, encontramos um trabalho de censura, empenhado em impedir que tal mensagem alcance a consciência. O mal de arquivo, tal como o esquecimento, ainda que em Derrida contemple um espectro mais amplo ligado à segunda dualidade pulsional – formulada vinte anos após a primeira –, deve ser pensado necessariamente como resultante de uma tensão, de uma briga incessante de contrários.

Desde o sonho, olhamos para os fragmentos, não mais para uma suposta totalidade resultante da pretensão de obter uma configuração unitária ou uma reconfiguração homogênea do arquivo. O sonho vem como vivência perturbadora, convoca o sonhador à inquietação ante a um arquivo confuso e difuso, portador de um *pathos*, de um mal-estar tributário de um não saber imediato que acomete o sonhador e embaralha a lógica da interlocução tão claramente montada pela consciência. O sonho, por sua vez, exemplo de produção que rejeita aquela lógica racionalista e logocêntrica interpelada por Derrida, pode-se dizer, constituirá uma “Linguagem que como mal de arquivo tanto existe quanto padece” (ENDO, 2018, p. 87).

No capítulo VII de “A interpretação dos Sonhos”, não por acaso encontramos um trecho dedicado ao tema do esquecimento dos sonhos. Neste momento, Freud empenha-se em retratar a memória em um campo marcado pela falta de clareza na relação com o sonho aberto à interpretação. Assim, ao mesmo tempo em que desvincula o sonho e a memória de um lugar de retorno aos fatos, de resgate a um material que deveria, ao ser narrado pelo sonhador, ser fielmente reproduzido tal como ocorreu factualmente; apresenta o território obscuro do sonho mutilado pela infidelidade da memória, esta que perdeu partes importantes, que apresenta apenas fragmentos que serão lembrados com peculiar incerteza.

O processo onírico, na medida em que se configura em meio às incertezas, falseamentos e esquecimentos tendenciosos que obedecem aos propósitos da resistência, colocam o sonhador, bem como o intérprete do sonho em uma posição de padecimento frente às lacunas. O sonho como linguagem que se aproxima do mal de arquivo traz a dúvida, a não garantia e a inexactidão da memória para o primeiro plano da discussão; aponta para o mal como horizonte insolúvel, tal como fez Derrida ao tratar do arquivo. Coloca em evidência uma vivência, uma paixão/*pathos*, sofrimento inescapável, o trânsito em caminhos de desconfiança que se dá na relação com o mal.

Sabe-se que não resulta fácil adentrar lugares onde os contrários convivem em constante tensão, onde o não saber precisa ser sustentado em meio a desenhos fragmentários sem recorrer aos conhecidos caminhos da dicotomia e do furor por um fechamento simplista. Daí a crítica de Derrida em seu questionamento dirigido ao arquivo tradicional descomprometido com esta dimensão de complexidade e geradora de desconfortos, a saber, o mal. Disso temos o reconhecimento de Derrida que atribui à “Interpretação dos Sonhos” o estatuto de obra de ruptura ao paradigma da ciência em seu ideal de racionalidade.

Neste sentido, podemos pensar que lidar com o sonho é lidar com o mal de arquivo e todo o mal-estar dele advindo, toda a perturbação do arquivo naquele sentido do turvar da visão, trazido por Derrida. O trabalho com o sonho, portanto, comporta a desconfiança e a dúvida, o convite a uma inversão de hierarquias e ao abandono de uma ideia de certeza. Nas palavras de Freud (1900/1996): “É por isso que, ao analisar um sonho, insisto em que toda a escala de estimativas de certeza seja abandonada e que a mais ínfima possibilidade de que possa ter ocorrido no sonho algo de tal ou qual natureza seja tratada como uma certeza completa.” (p. 548).

Caberia argumentar que mesmo diante da ruptura freudiana estabelecida pela “A Interpretação dos Sonhos”, ainda neste capítulo encontramos resquícios do paradigma

ressurreicionista da memória impregnados em Freud no exercício de sua técnica. Em suas palavras:

Vem um dos meus pacientes e me conta que teve um sonho, mas esqueceu todo e qualquer vestígio dele; portanto, é como se nunca tivesse acontecido. Prosseguimos com nosso trabalho. Deparo com uma resistência, por isso, explico algo ao paciente e o auxilio; através do incentivo e da pressão, a chegar a algum acordo com algum pensamento desagradável (...) A mesma resistência que estava interferindo em nosso trabalho desse dia também o fizera esquecer o sonho. Superando essa resistência, resgatei o sonho para sua memória. (FREUD, 1900/1996, p. 552).

De fato, temos aqui algo similar às ideias de memória e terapêutica identificadas antes de “A Interpretação dos Sonhos”, ou seja, aquelas ligadas ao resgate do sonho para o reestabelecimento da memória, à noção de que existiria uma trilha do esquecido para o lembrado em um modelo evocativo da lembrança oculta a ser desvelada e que fazia da eliminação do esquecimento o meio para o alcance da cura. No entanto, também observamos neste trecho uma zona de distinção desta concepção anterior, na medida em que Freud focaliza o esquecimento como resultante da resistência, ou seja, de uma força ativa inerente à elaboração onírica que, sabe-se, constituirá o paradigma do funcionamento do aparelho psíquico.

Encontramos neste momento, portanto, ao lado da ideia de superação de resistência pelo resgate do sonho para a memória, a ênfase de Freud (1900/1996) na potência da resistência e sua centralidade na constituição psíquica. Segundo ele: “Não se deve esquecer que, na interpretação de um sonho, tem-se como oponentes as forças psíquicas que foram responsáveis pela sua distorção” (p. 556). Assim, o trabalho psicanalítico, neste cenário, aparece voltado para o manejo de forças psíquicas inarredáveis, postas e repostas constantemente, e não para a pretensa eliminação da resistência e da censura, visto que tal propósito se mostraria impossível.

Neste panorama psíquico do conflito e da dualidade intransponíveis, temos um corpo que padece através de um trabalho de elaboração onírica aberto à escuta e à interpretação. Importante pensar sobre a forma de escutá-lo, o modo como ele será tomado pelo outro terceiro neste novo paradigma tópico trazido pelo sonho, uma vez que Derrida afirma a alteridade/exterioridade enquanto lugar fundamental à constituição do arquivo. A modalidade de escuta e intervenção do outro ao corpo em sofrimento fará dele outro corpo neste contexto, estabelecendo-o como mal de arquivo. Temos agora um corpo encarnado por mal-estar sem que ao outro que lhe dirige a escuta esteja suposta uma resolução ou limpeza de qualquer chaminé. A psicanálise, desde então, lidará com o corpo que carrega a marca da indissolubilidade da tensão, da permanência do conflito e da dualidade, das dúvidas e desconfianças para um psiquismo tendencioso, não aleatório.

Não à toa a interpretação surge na obra freudiana como método lento, gradual, nunca total, sempre aberto e inesgotável. Não há aqui a pretensão de fechar com a interpretação, encerrando o sonho em seu sentido, mas sim a de abrir uma cadeia. Para Freud (1900/1996):

É sempre possível caminhar um pouco: o bastante, pelo menos, para nos convenceremos de que o sonho é uma estrutura provida de sentido, e, em geral, o bastante para entrever qual é esse sentido. Com muita frequência, um sonho que vem logo a seguir permite-nos confirmar e levar adiante uma interpretação que adotamos experimentalmente para seu antecessor. (p. 556).

Estabelece-se aqui também a ideia do *après-coup*, do *a posteriori* como momento porvir que nunca esgotaria os efeitos de uma interpretação, abrindo para o tempo ulterior; bem como reconhece-se a qualidade da incompletude enquanto marca do método interpretativo: “Mesmo no sonho mais minuciosamente interpretado, é frequente haver um trecho que tem de ser deixado na obscuridade (...) Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido.” (FREUD, 1900/1996, p. 556).

Fundada esta nova modalidade do aparelho psíquico, estabelecido o psiquismo transcendente a um projeto para neurólogos, a possibilidade de sustentação do modelo de tratamento que até então fora proposto por Freud, juntamente com o lugar extrativista ocupado pelo outro, terceiro na escuta do sofrimento, não seria mais possível. O outro que neste contexto, como referiu Freud, auxiliava com incentivo e pressão o paciente a se lembrar do esquecido, mas que situado no quadro do esquecimento como parte inextirpável do jogo psíquico, escutará o corpo a partir de uma perspectiva que não mais será a do hipnotizador, evocador da peça escondida, armazenada numa caixa e pronta para vir à tona completar a *gestalt* de um quebra-cabeça.

Com “A interpretação dos Sonhos”, surge uma nova figura: a do intérprete. Este que mesmo parcialmente dotado de uma postura à disposição da ressurreição da memória perdida, escutará o mal de arquivo, adentrando o território fragmentário e lacunar onde se assenta o sonho. O intérprete – mesmo de certo modo apegado a pressupostos de uma memória fixa e congelada, tal como o arquivo da metafísica – convidará à associação livre, escutará o arquivo-sonho em sua abertura, tensionado, rumo ao desconhecido e firmemente regido pelo determinismo inconsciente.

Quando instruo um paciente a abandonar qualquer tipo de reflexão e me dizer tudo o que lhe vier à cabeça, estou confiando firmemente de que ele não conseguirá abandonar as representações-meta inerentes ao tratamento, e sinto-me justificado para inferir que o que se afigura como as coisas mais inocentes e arbitrárias que ele me conta está de fato relacionado com sua enfermidade. (FREUD, 1900/1996, p. 562).

Observamos que Freud parte de uma obra por ele intitulada “Estudos sobre a histeria”, revelando a posição de um estudioso dedicado a debruçar-se sobre uma inquietante patologia. Alguns anos após elabora “A interpretação dos Sonhos”, texto que reposiciona o lugar do outro que escuta o sofrimento psíquico, dando-lhe o papel de quem irá cada vez menos restringir-se a estudar sobre algo para cada vez mais falar com o outro. Assim, surge o *interprete* – tradutor, que estará “inter”, entre, numa posição intermediária e mediadora daquilo que surge entre o manifesto e o latente, parcialmente compartilhado porque não todo claro nem todo pertencente à mesma língua do outro falante.

Nesse sentido, para além da passagem relativa ao lugar do esquecimento da memória na obra freudiana, podemos considerar que a tônica da passagem efetuada pelo Freud do “Projeto” para o Freud “Da interpretação dos sonhos”, também situa-se no deslocamento do lugar do terceiro, fundando outra exterioridade na formação do arquivo. Com a memória sendo concebida de outro modo, implica-se a figura do terceiro também numa outra posição. Na posição de quem toma o sonho não mais como apenas formação psíquica advinda de um aparelho de memória, mas também como um arquivo que demanda agora um intérprete. O sonho estará aqui pensado como o arquivo concebido por Derrida, isto é, como registro aberto ao porvir, à derivação e à invenção de novos desejos juntamente e para além das forças da censura e da resistência, bem como das ameaças de extermínio postas na própria constituição do arquivo/mal de arquivo.

Segundo Freud (1900/1996):

Esses desejos de nosso inconsciente, sempre em estado de alerta e, por assim dizer, imortais, fazem lembrar os legendários Titãs, esmagados desde os tempos primordiais pelo peso maciço das montanhas que um dia foram arremessadas sobre eles pelos deuses vitoriosos e que ainda são abaladas de tempos em tempos pela convulsão de seus membros. (p. 583).

Talvez possamos pensar nos sonhos como formações do inconsciente enquanto arquivos não só passíveis de interpretação, mas elaborados para que sejam interpretados. O sujeito tantas vezes sonha para o terceiro fundamental, de modo que será justamente a sustentação de sua abertura o passaporte para a retirada do arquivo de um lugar recluso, portanto estéril, prisioneiro.

Importa aqui o que já vinha enfatizado por Derrida (2001a), ou seja, o exercício de perguntarmo-nos a respeito de como arquivamos e como arquivaremos o material advindo do sujeito. A abertura do arquivo, sua retirada de um lugar cativo, será uma possibilidade

diretamente ligada ao modo de conceber o sujeito, moldando a escuta e sua técnica a tal concepção implicada em incluir o mal, as modificações permanentes, os atravessamentos que rompem com a suposta linearidade em sua terapêutica. E “A interpretação dos Sonhos”, decididamente revolucionária em tantos aspectos, é uma obra determinante também neste sentido.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que é o mal de arquivo?

Para escrever as considerações finais desta pesquisa, elegi como ponto de partida esta pergunta que acompanhou tanto a mim quanto muitos dos meus interlocutores neste tempo de investigação. Remontado ao longo do trabalho, o tom enigmático cravado nesta nova noção denominada mal de arquivo foi uma constante que se reatualizou em meio às leituras e ao processo de escrita realizado e demandou a adoção de uma posição aberta à desconstrução da atmosfera de obviedade circundante à ideia tradicional de arquivo e à assimilação deste novo termo advindo da junção das palavras “mal” e “arquivo”. Carregamos familiaridade com as palavras “mal” e “arquivo”, corriqueiras em nosso vocabulário, mas desta junção, algo se fez inédito, provocando a seguinte questão: o que adviria da formação deste insurgente sintagma “mal de arquivo”?

A insurgência foi pensada de modo mais amplo nesta dissertação. Pode ser tomada como característica pessoal de um filósofo denominado “o intelectual da discordância” (FREIRE, 1995/2018), ou aquele que “como todo grande intelectual, não entregaria fácil seu saber” (MATOS, 2018), propondo criticar e desconstruir, tomar a filosofia como “pensar em ação”, ou seja, como um modo de intervir no mundo jamais alijado do engajamento necessário. Consequentemente, a insurgência foi considerada marca impressa em suas produções desde o momento em que Derrida estabeleceu a desconstrução como estratégia de leitura de textos e elegeu as palavras como vias privilegiadas para fazer valer seu propósito político na direção da transformação.

Foi preciso tomar contato com obras de Derrida anteriores ao “Mal de Arquivo” (2001a) – tais como a “Gramatologia” (1973) e “A escritura e a diferença” (1971), além de artigos escritos por seus comentadores – para, afinal, me apropriar da desconstrução enquanto estratégia de leitura, conhecer determinados princípios que constituem seu *modus operandi* e, assim, dedicar um capítulo desta pesquisa à sua compreensão.

Realizada esta retomada, fundamentada em leituras de obras clássicas e artigos introdutórios ao tema, posso dizer que o retorno a trabalhos pregressos ao *Mal de Arquivo* (2001a), meu objeto de investigação, foi essencial à pesquisa e ofereceu consistência teórica para alcançar a compreensão da desconstrução enquanto posição adotada por Derrida frente aos discursos que pretendeu analisar. Não à toa esta elaboração acerca do tema localizou-se no capítulo inicial desta pesquisa, afinal, as ideias discutidas lá ilustraram e introduziram o chão

comum no qual se assentou Derrida em sua trajetória político-filosófica, perpassando seus diferentes trabalhos e chegando ao *Mal de Arquivo* (2001a), consequentemente.

A leitura e compreensão da desconstrução enquanto estratégia de grande amplitude resultou, portanto, na construção do capítulo um desta investigação, intitulado “Desconstrução: estratégia, acontecimento e prática política” e dividido em duas partes. A primeira parte trouxe a desconstrução em seu espectro geral, sua complexidade enquanto posição transversal ao pensamento derridiano, sua presença enquanto corrente teórico-crítica que representou um abalo ao pensamento metafísico ocidental, seu estatuto de acontecimento inevitável que precisa ser lido frente ao desdobrar da história e seu caráter político localizado na intersecção política-linguagem. A segunda parte, por sua vez, pensou a desconstrução aplicada ao *Mal de Arquivo* (2001a) e sua contribuição a partir da tomada do arquivo como *Arkhe*, abrindo com isso uma concepção que escaparia ao tradicionalmente posto e serviria para localizar tanto a expectativa de revolução mencionada por Derrida em relação à psicanálise quanto as contradições presentes no arquivo psicanálise elencadas pelo filósofo.

Dentre as contribuições alicerçadas nesta primeira parte do capítulo, merece destaque um aspecto já mencionado, coadunado à psicanálise em um ponto que afirma as palavras como vias privilegiadas e necessárias ao engajamento político. Derrida, ao entender a desconstrução como acontecimento que se dá independentemente da intervenção ou reconhecimento de outrem e sistematizá-la como leitura crítica necessária às teorias da ciência, expõe um *modus operandi* antidogmático, pautado na ideia de rompimento com hierarquias e marcadores binários no pensamento. Para ele, as teorias e métodos devem se submeter a esta estratégia de leitura que não consiste em um método – tampouco em um não método – e que se apoiará em princípios como o da indecidibilidade e da sustentação de contrários, destronando significantes supostamente soberanos e abrindo, deste modo, espaço para a inclusão do que até então não encontraria lugar no discurso.

Neste sentido, acompanhamos a crítica de Derrida ao “tudo linguagem” proposto pelo estruturalismo e pela linguística, sua intervenção política feita diretamente neste campo linguageiro de conceitos fechados em si mesmos, através da denúncia da inflação de um signo que, segundo o autor, na medida em que utilizado em demasia, só viria obstruir a oportunidade de circulação da palavra e do porvir. Pode-se dizer que sua denúncia ao esquematismo proliferante que marcara a ciência da época, bem como seu questionamento ao modo dicotômico de produção teórica tão instituído, ganharam efetividade na medida em que incidiram justamente nesta intersecção linguagem-política.

Interessante resgatar que a escolha de Derrida por tomar a linguística como alvo de problematização – tão bem abordado na *Gramatologia* (1973) – não aconteceu aleatoriamente, mas surgiu ligada ao fato de o filósofo reconhecer na linguística a criação de instrumentos para questionar a unidade metafísica da palavra, encontrando nela a possibilidade de abertura necessária para uma saída da metafísica²⁵. Porém, penso que o mais interessante neste momento seja sua proposta de subversão à linguagem, desde então tomada como escritura e instrumento fundamental, potente para estabelecer uma filosofia atuante no mundo, comprometida com questões éticas que abrem limiares em sua estrutura, zonas fronteiriças entre o dizível e o indizível, o nomeável e o não nomeável. Afinal, será justamente neste ponto de estabelecimento de fronteiras e limiares ao pensamento que se assentou a tônica sustentada por Derrida em suas produções, no *Mal de Arquivo* (2001a) e, conseqüentemente, na presença indispensável da psicanálise neste ensaio.

Podemos assim dizer que em meio a diferentes fontes de conhecimento e teorias científicas, a premissa de legitimação das palavras, a suspeita crítica em relação à fala de sujeitos escutada em sua não obviedade, o reconhecimento das palavras em sua plasticidade e caráter obtuso, tenham sido aspectos pinçados por Derrida através do contato com o arcabouço freudiano. Sabemos que desde Freud as palavras e a linguagem converteram-se em possíveis veículos de transformação subjetiva, e o filósofo, atento a esta dimensão, alinhou-se a esta lógica freudiana na escuta dos discursos em seus ocultamentos e não transparências, visando explorá-los e alcançá-los em lugares decisivos a este propósito transformador.

A segunda parte do capítulo um, “Desconstrução no Mal de Arquivo”, apresentou a proposta de pensar a desconstrução como meio de identificação de eventuais contradições no arquivo psicanálise e contemplou os dois fios condutores formadores do ensaio. O primeiro fio focalizou o questionamento do conceito tradicional de arquivo posto pela historiografia e trouxe a psicanálise freudiana como ferramenta fundamental para alcançar tal questionamento em sua radicalidade, fundando a noção de mal de arquivo. O segundo, por sua vez, referiu-se à psicanálise enquanto arquivo a ser interpelado a partir do diálogo de Derrida com o renomado historiador do judaísmo Joseph Hayim Yerushalmi, em suas interpretações dadas ao entrelaçamento de uma questão pessoal ligada à judeidade de Freud com supostas influências na construção da teoria psicanalítica.

Contudo, ainda que a existência destes dois fios condutores tenha sido contemplada neste capítulo primeiro, é visto que a profundidade com que o primeiro fio foi abordado ao

²⁵ Págs. 28-29. Nota de rodapé.

longo de toda a pesquisa diferiu significativamente da abordagem do segundo, tanto em profundidade quanto em número de páginas dedicadas ao assunto²⁶. A leitura do capítulo demonstra que enquanto o primeiro fio, ocupado da fundação do mal de arquivo como nova noção e da psicanálise freudiana como ferramenta fundamental para alcançar tal elaboração, estendeu-se por toda a pesquisa; o segundo fio, referido à psicanálise enquanto arquivo a ser interpelado a partir do diálogo de Derrida com Joseph Hayim Yerushalmi, foi explicitado de modo breve.

Tal configuração não se deu aleatoriamente, sendo importante frisar que a abordagem profunda do primeiro fio, sem penetrar no segundo, foi fruto de uma escolha. O reconhecimento da complexidade de questões levantadas pelo *Mal de Arquivo* (2001a) em sua integralidade fez considerar a necessidade de um tempo de pesquisa mais estendido que pudesse abarcar tamanho entrelaçamento de pontos apresentados e atingir maior compreensão das reflexões ali propostas. Assim, ainda que este segundo fio tenha sido introduzido no capítulo um como campo promissor no qual a desconstrução teria incidido de modo mais radical sobre o arquivo freudiano, optou-se por não adentrar em sua discussão neste momento.

Com efeito, o desenvolvimento desta pesquisa pautou-se inteiramente no primeiro fio condutor do *Mal de Arquivo* (2001a), explorado em caminhos diversificados e apresentados nos três capítulos que constituem esta investigação. Considera-se que este eixo trouxe uma série de reflexões sustentadas por um diálogo crítico com a metapsicologia freudiana, sobretudo naquilo que se refere à psicanálise enquanto ciência do arquivo – pautada por uma concepção de psiquismo e memória que fundamentaram o mal de arquivo – e à psicanálise como aquela que veio radicalizar a ideia de arquivo tradicional, trazendo para o centro do debate o mal e a pulsão de morte.

A discussão revelou sua amplitude e pertinência tanto pelo fato de iluminar a psicanálise como meio para a revolução de um conceito tradicional, abrindo questões, quanto pela constatação de que o *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001a) configurava-se como obra pouco lida e/ou trabalhada por psicanalistas. Assim sendo, optou-se por adentrar neste primeiro eixo apresentado pela obra, entendendo que mesmo que tal estudo mereça mais tempo de aprofundamento, a construção de uma dissertação focalizada neste ensaio, até então abordado de modo pontual e fragmentado pelo meio psicanalítico, seria bem-vinda.

Delimitada a zona de abordagem desta pesquisa no primeiro fio condutor do ensaio, podemos retomar o tópico “Desconstrução no Mal de Arquivo”, e explorar esta segunda parte

²⁶ Págs, 43-50.

do capítulo um dedicada a questões em torno da presença da psicanálise no *Mal de Arquivo* (2001a) que, conforme já mencionado, mostrou-se indispensável ao ensaio.

Sobretudo, acompanhamos neste tópico a dedicação de Derrida ao apontamento de contradições existentes no discurso freudiano, denunciando um discurso formado pela divisão entre princípios tradicionais da metafísica e pontos subversivos a estes princípios. Identificamos no texto do filósofo a operação do duplo gesto da desconstrução no *Mal de Arquivo* (2001a), ou seja, o mergulho nas bases da teoria freudiana visando encontrar elementos para a formulação de uma nova noção de arquivo e o apontamento de contradições que demonstraram o quanto tal discurso se encontrava não tão liberto de premissas tradicionais.

Houve no capítulo a exposição da dimensão crítica do *arkhê* trazida por Derrida como fundamento para a reformulação da noção tradicional do arquivo e que, uma vez exposta, o apresentou em termos mais complexos, formado por princípios de lugar e de lei (topo e nomológico), forças institucionais contrastantes, limiares não tão claros de acesso e entendimento, de um modo que nunca mais este poderia ser tomado como aquele concebido pela metafísica. No entanto, o filósofo demonstrou em sua análise que “nunca mais” talvez fosse uma expressão muito peremptória para tratar da relação de Freud com as premissas tradicionais que marcaram a ciência tradicional e que foram por ele subvertidas. Inegavelmente a psicanálise promoveu o descentramento do sujeito e a potência do negativo ao postular que “o ego não é o senhor da sua própria casa” (FREUD, 1917/1996, p. 153) e ao estabelecer uma concepção de sujeito inteiramente nova ao paradigma científico racional. Porém, deve-se levar em conta que para Derrida, ainda que revolucionário em tantos sentidos, o discurso freudiano mostrou-se dividido em relação a esta mudança de paradigma.

O filósofo demonstrou esta divisão discursiva a partir de três pontos principais. Todas expõem a tensão entre a possibilidade de sustentação da dimensão crítica do *arkhê* e o retorno à arqueologia em seu viés tradicional. Na visão do filósofo, encontramos, portanto, o apoio de Freud na ideia de escavação e rememoração, completude e anamnese a ser alcançada no resgate de materiais perdidos, mesmo quando firmou a psicanálise como teoria hipomnésica baseada na cifragem de inscrições, ou seja, como teoria contrária à metafísica da presença. Aqui observamos sua crença no arquivo como produção isenta da dimensão espectral e fantasmática atravessada pela morte, mesmo quando trouxe a pulsão de morte, agressão e destruição como forças determinantes à sua constituição; vemos também o apego de Freud a uma promessa patriarcal mesmo quando, através de trabalhos como “Totem e Tabu” (1913), estabeleceu a psicanálise como teoria que mais analisou e desconstruiu o princípio arcôntico do arquivo.

Tomadas as contradições, penso que talvez sejamos capazes de avançar nesta discussão e considerar que o entendimento do discurso freudiano como produção dividida entre a revolução e a manutenção de um viés tradicional da ciência nestes três pontos, poderá abrir uma prerrogativa a ser estendida a outros pontos da obra psicanalítica. Neste sentido, teríamos aqui a reflexão de Derrida aberta às contradições existentes na psicanálise como ponto de partida para pensar o alcance da desconstrução às novas filigranas da teoria psicanalítica, sugerindo inflexões futuras que ainda serão contempladas nas considerações finais desta pesquisa.

Por enquanto, pode-se dizer que esta perspectiva questionadora inseriu a psicanálise em uma via de mão dupla na relação com o *Mal de Arquivo* (2001a), situando-a como instrumental necessário à problematização do arquivo, mas também como saber aportado pelo ensaio, em seu recorte crítico.

Tal perspectiva crítica também fez pensar sobre as inflexões trazidas por Derrida em sua obra desde a posição de filósofo, logo de um estrangeiro à instituição psicanalítica. Deste modo, abriu perguntas sobre a presença estrangeira e a fundação de noções também estrangeiras nunca antes aventadas no seio de instituições, além dos limites postos nesta interlocução.

Ainda que a discussão sobre o lugar do estrangeiro desde esta suposta liberdade atribuída a quem não se encontraria dentro dos muros acachapantes de uma dada instituição não se mostre necessariamente original, penso que não devemos ignorar seus múltiplos efeitos. Há que se considerar aqui a complexidade posta na habilidade de fincar-se a uma suposta estrangeiridade ou hibridez frente a um determinado discurso que se pretende desconstruir.

Apoiada nas reflexões de Monzani, a propósito de dois dos seus trabalhos: “Filosofia da psicanálise” (1990) e “O que é filosofia da psicanálise?” (2008), foi possível discorrer sobre o assunto da estrangeiridade e da filosofia quando em interlocução com a psicanálise. O autor entende a filosofia da psicanálise como um ramo, uma espécie de disciplina mais geral que denominamos filosofia da ciência e consiste, em linhas gerais, em se tentar saber qual é o modo próprio e específico que cada disciplina tem de estabelecer suas teses. Resume-se como aquela que visa construir uma investigação metodológica e procura saber se os resultados de uma determinada disciplina estão ou não de acordo com um determinado critério de verdade. Se a resposta for positiva, então estaremos frente a um discurso que pode ser rotulado científico. Caso contrário, estaríamos frente a uma pseudociência ou frente a algum outro tipo de saber que não se submete ao figurino pressuposto.

Segundo Monzani (2008), trata-se de uma atividade legítima, porém de procedimento limitado quando pensada no escopo das diferentes ciências, ou até na mesma ciência em

diferentes estágios que dificilmente se amoldam a esses critérios externos, devendo submeter-se a ressalvas em relação à sua aplicabilidade. Ele considera a especificidade da psicanálise neste contexto.

Nas palavras do autor:

No caso da psicanálise (Freudiana) isso fica patente e gritante. Em primeiro lugar, porque é difícil dizer que a psicanálise é uma disciplina já constituída. De uma certa maneira, em segundo lugar, isso que eu estou afirmando a respeito da psicanálise, suspeito que seja válido para um bom número de disciplinas que enfeixamos sob a designação geral de ciências humanas. A ideia talvez mais correta seja a de que, na melhor das hipóteses, são disciplinas que estão se fazendo, e o resultado disso é muito difícil de saber. (MONZANI, 2008, p. 13).

Com isso, temos o reconhecimento pelo autor de que há uma ideia canônica da filosofia da ciência que frequentemente se aplica mal a esses domínios e, em espécie, à psicanálise. A psicanálise, aqui, podemos dizer, tal como enfatizado por Derrida, ganhará a compreensão de um arquivo aberto ao porvir; de ciência não pronta ou constituída e, portanto, comprometida com o desenvolvimento de novas leituras sobre o desdobrar da história, criadora de novos entendimentos de si e do mundo.

Reconhecida a especificidade da psicanálise enquanto campo de saber, na validação dos diferentes modos de se ler Freud, abre-se, portanto, não mais a pergunta sobre a psicanálise ser ou não uma ciência, mas outra questão: “Que tipo de racionalidade nos traz a psicanálise? Já que, de uma vez por todas, a psicanálise se enquadra muito pouco dentro da concepção tradicional de ciência” (MONZANI, 2008, p. 16). Daí, sobretudo, arremata o autor: o interessante de uma filosofia da psicanálise não seria saber para verificar se a psicanálise é uma ciência ou não, mas sim porque ela nos faz repensar os nossos pressupostos mais enraizados.

O filósofo afirmará que quem estudou seriamente a obra de Freud sabe perfeitamente que o conceito, ou melhor, a concepção de sujeito, sofreu, em suas mãos, uma transformação de monta. Contudo, mesmo havendo este ponto pacífico em sua compreensão, não se contentará com esta afirmação, abrindo a seguinte questão:

Descentramento radical do sujeito e determinação pela instância do “outro”? Com certeza, sim. Mas o que significa exatamente isso? Qual o sentido dessa transformação e quais as suas consequências? A bem da verdade, ainda não sabemos direito, e é por isso que, entre muitas outras razões, amemos Freud ou não, sua leitura nos é obrigatória e indispensável. (MONZANI, 2008, p. 19).

Monzani (2008), ao tecer este comentário, busca não apenas validar a especificidade da psicanálise enquanto ciência, mas avançar na compreensão do significado desta especificidade

em seus efeitos práticos. Com isso, tal como fez Derrida frente ao problema dos arquivos do mal, reafirma aos psicanalistas o aporte interventivo possibilitado pela psicanálise, a importância da utilização do potencial revolucionário trazido pela visão de homem e de mundo cunhada por Freud, a necessidade de considerar este novo modo de fazer ciência engajado em problemas que demandam implicação ética. Tal como Derrida, o filósofo transcende a constatação de que Freud instaura uma nova concepção de homem, cultura e arquivo, e atenta para a necessidade de olhar para os efeitos, para as consequências trazidas por tal revolução freudiana.

Em outro trabalho no qual também discute as relações entre o discurso filosófico e o discurso psicanalítico, Monzani (1990), pensando o modo como cada um aborda o mesmo objeto de investigação, explora algumas das interpretações que filósofos como Ludwig Binswanger, Jean Hyppolite, Paul Ricoeur e sobretudo Merleau Ponty fazem do discurso psicanalítico, entendendo-as como recortes e deturpações de tal discurso. O autor visa problematizar o movimento de apropriação de pressupostos de uma dada ciência por outro campo científico, compreendendo que tal abordagem pode se revelar problemática.

Como pensar estas leituras do discurso freudiano feitas “através de redes significativas e de critérios que são estranhos a esse próprio discurso”? (MONZANI, 1990, p. 126). Segundo sua compreensão, a exigência imposta pela psicanálise é bem diferente: ao enraizar-se em diversos saberes para constituir-se enquanto disciplina teórico-clínica, ela acaba por construir um discurso particular, alheio, portanto ao discurso filosófico. Conclui assim que “Os filósofos questionam o discurso psicanalítico no âmbito da própria filosofia, sempre com a mesma consequência: a deformação regular do discurso freudiano” (MONZANI, 1990, p. 126).

Desse modo, temos posta a complexidade da presença estrangeira, bem como a de sua marca na tessitura de um trabalho de abordagem da psicanálise enquanto teoria. Com Monzani (1990), a vivência do estrangeiro não se reduz ao mero gozo de liberdade dado a quem não ocupa uma posição institucional formal, mas a uma presença imbuída de um potencial de abertura para fazer operar as tensões encontradas nos diferentes discursos, ao mesmo tempo em que encontra a tarefa de equilibrar-se na dobradiça de limitações expostas pela particularidade de seu contato com um dado campo do saber, sem deformá-lo.

Dentre os aspectos pensados por Monzani nesta discussão, guardemos a psicanálise como ciência portadora de um discurso particular alheio ao discurso filosófico, passível de transformações e interlocuções com outros saberes e com uma filosofia que não deve ignorar seus pressupostos. Diante deste quadro, a pergunta sobre a posição ocupada por Derrida neste

diálogo com aspectos da teoria freudiana, a constatação da complexidade desta posição estrangeira que não o localiza como psicanalista, tampouco como pensador procedente da filosofia tradicional, segue aberta e pertinente a esta pesquisa.

A reflexão sobre a posição estrangeira de Derrida no *Mal de Arquivo* (2001a) será retomada mais adiante. Por ora, é válido constatar que mesmo diante da ressalva trazida por Monzani a respeito das limitações e eventuais deformações impostas pelo diálogo entre filosofia e psicanálise, encontramos tanto em Derrida quanto em Monzani o consenso de que a teoria psicanalítica instaurou-se como potência imprescindível para nos fazer repensar princípios enraizados da ciência. Pelas palavras de Derrida (2001a): “Seja em que disciplina for, não podemos, não deveríamos poder, pois não temos mais o direito nem os meios, pretender falar disso sem termos sido de antemão marcados, de uma maneira ou de outra, por essa impressão freudiana” (p. 46). Para Monzani (2008), “(...) amemos Freud ou não, sua leitura nos é obrigatória, indispensável” (p. 19).

Terminadas as considerações feitas a respeito do capítulo um desta pesquisa, vale observar que a psicanálise reiterou-se em seu caráter indispensável nesta elaboração, sendo apontada mais de uma vez ao longo do texto tanto em relação à sua força de questionamento ao paradigma da ciência e de seus pressupostos enraizados, quanto em relação ao *Mal de Arquivo* (2001a) em sua potência crítica diretamente dispensada à concepção de arquivo tradicional e à teoria psicanalítica em suas contradições.

Partiremos agora para o segundo capítulo, “Arquivos do mal e mal de arquivo”. Este compreende dois tópicos, 2.1 “Pulsão de Morte: a pulsão arquiviolítica” e 2.2 “A vontade genocidária e a lei do arquivo”, e traz em seu início reflexões diretamente ligadas às noções de mal de arquivo e arquivos do mal, centrais ao ensaio e fundamentais a esta pesquisa.

O início do capítulo dedicou-se à apresentação da noção de mal de arquivo, compreendendo o mal em sua proeminência e significado. Em seus primeiros parágrafos, a mudança de título operada por Derrida quando fez de sua conferência um ensaio foi ressaltada e compreendida dentro da lógica da desconstrução. Assim, entendeu-se que a substituição da palavra “conceito” pela palavra “mal” exposta no título do ensaio obedeceu à estratégia da desconstrução, na medida em que pelo princípio da inversão de hierarquia dos signos, ofereceu ao mal um lugar de primazia, e não mais ao conceito, antes primordial; colocou o mal em posição prevalente e produtora e não mais de efeito secundário, estabelecendo assim o “mal” ao arquivo, esta nova noção divergente daquela tradicionalmente posta pela metafísica ocidental. Mereceram destaque as ideias de “quase conceito”, não homogeneidade, disjunção

entre forças e não linearidade como representantes da dimensão do mal de um arquivo que, desde então, não mais existiria sem este mal, ou seja, sem esta interdependência crucial entre elementos objetivos e aspectos avessos a formatações racionalizantes em sua constituição.

Localizado o mal de arquivo enquanto noção marcada por uma contradição fundamental, em seguida o texto discutiu a noção de arquivos do mal como problema ético-político, disparador das reflexões de Derrida desenvolvidas no ensaio. Estes foram tomados não só em sua dimensão problemática, mas denunciante de uma insuficiência que permeava a concepção metafísica do arquivo: esta que, na análise de Derrida, justamente por não contemplar aspectos ligados ao horror, ao trauma, à barbárie, ao negativo e a tantos elementos perturbadores à cena simbólica, resultou no estabelecimento de tantos dossiês, silenciamentos, desvios e deturpações de registros da história. Assim, foram entendidos como resultado de uma lógica obscurantista, fruto de um modo parcial e particular de estabelecer um arquivamento que excluiria uma dimensão necessária de ser considerada.

Podemos dizer que se de um lado a metafísica empenhava-se em ocultar a dimensão perturbadora, pulsional e transcendente à racionalidade inerente ao arquivo, de outro, Derrida pontuava a existência deste conjunto de fatores perturbantes e a urgente necessidade de analisá-los. Em outras palavras, entende-se que o filósofo se empenhou em dizer que quanto mais comprometido se está com a desconsideração das ambivalências postas nas produções humanas, mais se estará à mercê de dicotomias e repetições que ressurgem de modo desorganizado e disruptivo na cultura.

Importante foi observar que, imbuído nesta reflexão, Derrida corroborou seu trato especial com a palavras quando forjou um campo de diferentes expressões, criou palavras que mudavam de significado conforme sua posição na frase, explorando noções que guardam diferentes sentidos entre si tais como as de mal de arquivo, arquivos do mal, perturbação do arquivo, “estar em mal de arquivo”, mas que se encontram em um ponto comum em representação ao cerne mobilizador do arquivo, ou seja, ao mal presente em todo arquivo.

A seção “2.1 Pulsão de morte: a pulsão arquiviolítica” concentrou-se na pulsão de morte enquanto noção protagonista do *Mal de Arquivo* (2001a). Segundo Derrida, não haverá mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, esta que fora destacada pelo filósofo como *anankê*, a necessidade invencível (DERRIDA, 2001a, p. 21)

Dos pontos levantados neste tópico sobre a pulsão de morte enquanto potência e protagonismo, vale destacar alguns. Observamos sua presença como grande força que veio radicalizar a imprecisão e a inconsistência simbólica já entendida como parte presente de todo

arquivo; acompanhamos sua denominação de “diabólica pulsão de morte, de agressão ou destruição, portanto, uma pulsão de perda” (DERRIDA, 2001a, p. 20) e constatamos seu tangenciamento a um fenômeno entendido como apagamento radical, indicador da ação da pulsão de morte a um raio de destruição que não se limita ao apagamento da memória (*mneme*, *anamnesis*), ainda que tal pulsão de morte seja também tomada como condição para a renovação.

Também encontramos neste texto a definição da pulsão arquiviolítica, esta que consiste em uma renomeação da pulsão de morte freudiana e que foi trazida por Derrida de modo contundente. Descrita como pulsão devoradora de traços, de caráter anarquívico, foi compreendida não apenas como pulsão que atravessa o arquivo, mas que o trabalha exterminando o que poderia ser chamado de próprio pelo Eu e abrindo perguntas sobre o alcance de tamanho poder de destruição e violência atribuído a esta pulsão.

Foram estas perguntas sobre o alcance, o poder e os possíveis limites existentes nas ações da pulsão arquiviolítica que mobilizaram a construção do segundo tópico deste capítulo, a saber, “2.2 A vontade genocidária e a Lei do arquivo”. Neste momento, tivemos a compreensão do arquivo e do testemunho como fenômenos inseridos na mesma lógica crítica da desconstrução, o que, a partir de uma discussão travada pelo filósofo Marc Nichanian (2012) a respeito das aporias do testemunho da catástrofe, abriu condições para a aproximação entre ambos, arquivo e testemunho, Derrida e Nichanian, em determinados aspectos.

Tal aproximação partiu de uma formulação de Nichanian (2012) que, alinhada à crítica da desconstrução aplicada ao logocentrismo que marcara o pensamento metafísico, assinalou a insuficiência de pensar a catástrofe e o testemunho pela tipologia histórica isenta de uma vontade manifesta de extermínio sem resto. Em suas palavras, o historiador logocêntrico nunca dará conta desse inominável que a destruição do fato é, sendo necessário estabelecer uma nova concepção de história, uma nova forma de abordagem e leitura de acontecimentos catastróficos.

Percebido este paralelo arquivo-testemunho, pretendeu-se nessa seção explorar as noções de pulsão arquiviolítica (DERRIDA, 2001a) e vontade genocidária (NICHANIAN, 2012), como conceitos criados pelos filósofos ambos às voltas com o que se configurava como vontade arrasadora de aniquilação. Estabelecidos os conceitos, foi possível seguir a linha de raciocínio proposta pelos filósofos: por Nichanian, a problematização da não leitura de textos quando adotados exclusivamente critérios historiográficos para obtenção de alguma leitura sobre o traumático; por Derrida, esta mesma problematização denunciante do não alcance e

desconsideração do que foge e se desajusta à cena simbólica, culminando na criação dos arquivos do mal como reflexo desta limitação.

Assim, as reflexões contidas neste capítulo se encerraram com questões abertas por Nichanian (2012) em consonância com o que fora identificado no ensaio de Derrida, possibilitando avançar neste sentido em futuras discussões. Tomadas a arquiviolítica no coração do arquivo e a vontade genocidária como forças arrasadoras de extermínios, como leremos seus consequentes desastres que, por sua vez, não obedecem a critérios correntes de legibilidade? Como inscrever a morte? Como ler o que não está escrito nem inscrito?

O capítulo três, último desta pesquisa, “Veredas da memória no Mal de Arquivo”²⁷, trouxe como norte a exploração da noção de memória fundada por Freud em seus aspectos subversivos, servindo como trilha para abordar o arquivo. Afinal, a concepção de memória da psicanálise, tendo sua base na sustentação de paradoxos estruturais, aproximou-se do mal de arquivo, esta noção essencialmente portadora de contradições.

Esse capítulo se fez mais extenso, dividindo-se em cinco tópicos: 3.1 “Impressões freudianas em Derrida”, 3.2 “A memória em paradoxos”, 3.3 “Da memória ao arquivo”, 3.4 “O “Projeto” e o arquivo cativo”, 3.5 “A Interpretação dos Sonhos: o sonho como mal de arquivo”.

O primeiro tópico “Impressões freudianas em Derrida” começou pelo arquivo da palavra “exergo”, trazida pelo filósofo como ponto de partida para abordar o arquivo em sua perspectiva tipográfica e explorar as três conotações do significante “impressão” pensadas na obra. Assim, destacou-se os três sentidos dados à palavra “impressão”: o primeiro como exergo, equivalente à noção de inscrição psíquica trazida pela psicanálise; o segundo como imprecisão e indefinição, “ter a impressão de algo”, localizando o arquivo no reino do mal, ou seja, numa zona de não clareza; o terceiro como impressão freudiana, deixada na cultura inevitavelmente, tanto no sentido pessoal – Freud homem portador de uma história familiar – quanto no sentido profissional – Freud psicanalista e teórico.

Podemos dizer que não à toa partiu-se do exergo para a construção deste capítulo. Afinal, a imagem trazida pela palavra exergo, isto é, a do escrito cravado na superfície de uma moeda, mostrou-se eloquente na expressão de questões como a da violência arquivial, que afirma a marca como enunciação de um caminho sem volta, o traço como algo que se conserva em uma superfície, acumula algo a ser expresso e terá força de lei. Uma vez marcado o objeto, o psiquismo estará marcado em seus traços com intransigência, e o exergo, desta maneira, será

²⁷ Págs. 77-117

a representação desta intransigência tipográfica, afirmando-se também como fundamento do arquivo que não ganhará existência sem esta superfície exterior.

A discussão do arquivo em termos tipográficos ganhou maior amplitude com o desenvolvimento do segundo tópico do capítulo: “A memória em paradoxos”. Este partiu do “Projeto para uma psicologia científica” (FREUD, 1895/1996) para demonstrar que o aparelho psíquico freudiano, desde o momento em que se fez um artigo imbuído da lógica das ciências naturais, fundou-se em paradoxos. Inaugurou-se como aparelho de memória quando em contato com um caminho marcado por resistências, diferenças entre neurônios, oposições em barreiras de contato que, justamente por portar tantas contrariedades, conservaria o traço impresso, formando memória.

Aqui, o traço foi pensado como memória gerada como diferença entre explorações, entendido pela via da *différance* e do traço na perspectiva da presença-ausência, trazida por Derrida quando fundou a escritura em contraposição à linguagem. A partir do traço, o psiquismo não seria mais mera presença, não obedeceria mais à lógica da metafísica da presença, afinal, o traço não pode existir como presença em si, mas sim como ausência, algo que ali se registrou como marca psíquica em outro tempo.

Os traços de memória, para a psicanálise, seriam estes que teriam poder de permanência no aparelho psíquico justamente porque submetidos ao recalque, ou seja, por não penetrarem na consciência e, conseqüentemente, constituírem um aparelho fazedor de memória. A ideia de um psiquismo formado por traços, neste sentido, abriu a necessidade de ler o sujeito e a memória de modo inovador, tomando como norte o recalcado, o negativo e a ausência enquanto fenômenos com grande poder de posituação, força de atuação e construção de trabalho psíquico.

Este segundo tópico do capítulo três se encerrou com a introdução de uma discussão sobre o sonho enquanto grande modelo do potencial subversivo trazido pela psicanálise na relação com o paradigma tradicional da ciência e que, cabe enunciar, será desenvolvida com mais profundidade no último tópico deste mesmo capítulo “A Interpretação dos Sonhos: o sonho como mal de arquivo”. Neste momento, mereceram destaque tanto a ideia do sonho como texto de gramática livre, inventada pelo sonhador (escritura, *différance*), quanto a quebra da associação simples e direta entre memória, repetição e passado ocorrida na medida em que postulada a atemporalidade inconsciente, marca da produção onírica.

O terceiro tópico, “Da memória ao arquivo”, inaugura-se com uma premissa de Derrida quando pensa o arquivo em relação à memória, qual seja, a de que o arquivo tem lugar na falta

originária e estrutural da chamada memória. Neste ponto de partida, o arquivo foi retomado como contraditório em sua essência – produtor e destruidor, conservador e revolucionário – compreendido como lugar de uma anamnese impossível e portador de outra contradição que o configura como algo que não é nem memória, nem anamnese.

Depois, frente à constatação de que o modelo de memória da psicanálise funcionou como paradigma para Derrida pensar o arquivo, pode-se pensar sobre a escolha da palavra arquivo nesta reflexão. A partir da indagação: “Por que Derrida não ofereceu ao seu ensaio o título ‘Mal de Memória. Uma impressão freudiana’ e sim ‘Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana’”? – foi possível explorar o caminho do filósofo na construção do argumento que fundamentou a psicanálise como ciência do arquivo. Tivemos assim, neste tópico, a exploração do percurso feito por Freud desde o “Projeto” (1895/1996), até seu artigo subsequente “A carta 52” (1896/1996), desembocando em “Notas sobre o bloco mágico” (1925/2010).

O percurso começou pela “Carta 52”, como trabalho que estabeleceu um embrião do arquivo, uma vez que vinculou a lógica da escritura ao psiquismo, pensando-o em termos de estratos psíquicos e texto dotado de signos de percepção passíveis de tradução. Em seguida, trouxe o artigo “Notas sobre o bloco mágico” como grande divisor de águas no estabelecimento do “bloco” – uma metáfora arquivial que efetivamente apresentou o psiquismo como estrutura hipomnésica, sistematizando a exterioridade capital à constituição do arquivo.

A exterioridade, por fim, afirmada fundamental para a constituição do arquivo, abriu questões em torno de sua qualidade em articulação com a ideia do terceiro em psicanálise, este suporte primordial para a construção de memória, traços, possibilidades representacionais e trabalho psíquico realizado por vias de repetição. A repetição, por sua vez, também foi tomada em seu caráter não unívoco na teoria psicanalítica, dando margem à sua compreensão desde quando estabelecida por Freud antes de 1920 e desde este mesmo ano, fundada a segunda dualidade pulsional e a compulsão à repetição.

Os dois últimos tópicos do capítulo três – 3.4 “O “Projeto” e o arquivo cativo” e 3.5 “A Interpretação dos Sonhos: o sonho como mal de arquivo” – foram separados didaticamente no texto, mas podem ser pensados conjuntamente na elaboração destas considerações finais. Afinal, frente à questão da exterioridade ou da presença do outro, aspecto da constituição do arquivo que foi privilegiado e tomado como ponto central nesta reflexão, notamos que um tópico representou o contraponto do outro. Ambos compuseram a proposta de focalizar o contexto metapsicológico pertinente às discussões sobre a memória e o arquivo, a partir do qual foi possível acompanhar a passagem do período pré-psicanalítico, marcado por textos como o

“Projeto” (1895/1996) e “Estudos sobre a histeria” (1895/1996), para “A Interpretação dos Sonhos” (1900/1996), momento fundador não apenas de um novo século, mas de um novo paradigma de subjetividade e ciência.

Pensamos o contraponto entre os tópicos finais do capítulo em sua relação com a questão da exterioridade. Partindo de perguntas sobre o corpo e o funcionamento da memória para a psicanálise, com foco na figura do terceiro, coube assim indagar: quem seria o outro para a psicanálise no contexto pré e pós *Interpretação dos Sonhos*? Quem seria e como se daria esta exterioridade, presença que se propõe a escutar, testemunhar aquilo que se inscreve diretamente no próprio corpo do sujeito, transformando-o em arquivo a ler lido?

Assim, a reflexão veio demonstrar que as concepções de memória e arquivo existentes nos períodos pré e pós *Interpretação dos Sonhos* só poderiam ser consideradas em suas características quando levada em conta a presença deste outro que escuta o corpo em sofrimento e oferece uma leitura ao arquivo.

O momento “pré” 1900 ocupou-se de uma memória armazenadora e evocativa, trazendo a figura do terceiro evocador, fazendo do arquivo e do corpo do sujeito um cativeiro preparado para retornar a um estado de completude originário. Desta feita, tivemos a sustentação de um paradigma de memória e sujeito que respaldou uma noção de arquivo prisioneiro, de modo que havia ali um material de potencial de abertura *a priori*, mas que derivou para o fechamento, para a concepção de arquivo metafísico, que, por sua vez, não admitiria lacunas enquanto parte inerente e fora denunciado por Derrida em sua iatrogenia do ponto de vista ético, inclusive.

Já na fase inaugurada pela “Interpretação dos Sonhos”, fundada uma nova noção de linguagem e memória, temos outro lugar destinado à figura do terceiro que deixa de ser evocador e passa a ser a do intérprete (*interprés*). O intérprete será este que estará entre o manifesto e o latente, o inconsciente e o pré-consciente, e escutará o sonho em seu método de interpretação sempre inacabado, sem a pretensão de chegar a uma verdade descoberta ou a um ponto original. Tomará o sonho, portanto, como mal de arquivo, ou seja, como produção aberta, atemporal, jamais encerrada, mobilizadora e portadora de uma constante tensão entre o lembrar e o esquecer.

Terminada a recuperação das ideias expostas nos três capítulos da pesquisa, partiremos agora para outro tempo destas considerações finais. Se até o presente momento, com exceção de algumas novas reflexões acrescentadas ao texto, as considerações finais desta investigação basearam-se quase que inteiramente na recapitulação dos principais aspectos discutidos em seus capítulos, através da qual buscou-se, com esta retomada, iluminar pontos discutidos no *Mal de*

Arquivo (2001a) e destacar suas interfaces com a psicanálise, seja no sentido do endosso à sua potência subversiva, seja na direção da identificação de contradições que a acompanham enquanto teoria; temos agora a inauguração de um novo tempo deste capítulo final, este voltado para possíveis inflexões produzidas por este ensaio e trazidas à psicanálise.

Chegadas as últimas palavras desta dissertação, concluimos que o trabalho até aqui realizado mostrou-se produtivo e seu objetivo inicial, voltado à pesquisa do *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001a) em seu primeiro fio condutor, foi desempenhado, suas ideias foram apresentadas e concatenadas em diferentes linhas de discussões expostas nos capítulos da pesquisa, cumprindo com a proposta de minimamente compreender o que pretendeu Derrida com a construção deste ensaio e com a fundação desta nova noção de mal de arquivo. A obra revelou alta complexidade, teve algumas de suas questões aqui contempladas, mas também nos colocou diante do desejo e da necessidade de avançar mais nesta investigação, na direção da abertura de perguntas que, mesmo desacompanhadas de respostas, merecem ser de algum modo aqui exploradas.

Com a ideia de prosseguir neste caminho desde questões abertas, me apoio em dois assinalamentos de Derrida postos no *Mal de Arquivo* (2001a) pertinentes a este objetivo. Ambos convergem. O primeiro aponta “o quê de impensado”, marca de todo conceito e todo arquivo, como algo que assim se imprime, mas que não pesa somente como uma carga negativa e “envolve a história de um conceito, articula o desejo ou o mal de arquivo, sua abertura para o futuro, sua dependência em relação ao que está por vir, em suma, tudo que liga o saber e a memória à promessa” (DERRIDA, 2001a, p. 44-45). O segundo reafirma a concepção derridiana do arquivo, esta que o lança como produção inacabada que “deveria pôr em questão a chegada do futuro” (DERRIDA, 2001a, p. 8), alçando novos horizontes e porvires.

O arquivo, nesta mesma linha, também já pensado aqui como lugar da anamnese impossível e da incompletude como condição da sua formação, apresenta a falta, ou seja, aquilo que até o momento não foi e nem será contemplado numa dada estrutura, como horizonte inerente e promissor de construção. Apoiados nesta premissa aberta pelos assinalamentos de Derrida, tomemos esta pesquisa nesta perspectiva da falta e do inacabamento. Esta, auspiciosa, que faz desta dissertação um arquivo iniciado efetivamente há cerca de dois anos e que agora encerra-se conservando seu caráter inconclusivo, aberto ao porvir.

No entanto, a esta altura não haveria mais como considerar as premissas presentes na estratégia de leitura da desconstrução sem entendê-las como tributárias do paradigma de ciência instaurado pela psicanálise. Em outras palavras, se para Derrida o arquivo foi também

imprecisão, inconsistência simbólica, irrepresentabilidade, falta, ausência, esquecimento e mal; isto deveu-se à sua capacidade de iluminar determinados aspectos metapsicológicos reveladores da potência do negativo, apresentando uma tônica discursiva psicanalítica que fez da sustentação de contrários seu denominador comum.

Assim, podemos dizer que a tônica da sustentação de contrários que marca o *Mal de Arquivo* (2001a) é reconhecidamente a tônica do discurso psicanalítico, igualmente estruturada para a leitura de limiares tênues, abertura de fronteiras entre o dizível e o indizível, o possível de ser nomeado e o inominável, o recalcado e sua manifestação via retorno, as criações e destruições, a vida e a morte. Em suma, voltada para a leitura das dualidades.

Depois de Freud, como pensar o trabalho com (e da) memória fora de um campo bélico que propõe o acontecimento e o apagamento ao mesmo tempo? Como lidar com a memória e a responsabilização ética com a escuta do sofrimento psíquico fora de um contexto necessariamente marcado pela batalha pulsional? Como pensar o sujeito e o laço social, o estar em sociedade e na cultura sem o mal-estar indissociável? Como pensar o arquivo sem seu mal?

Estas indagações representam parcialmente a posição de Derrida diante da psicanálise em suas contribuições, apontando para a lógica freudiana como arsenal fundamental à análise da cultura em seus contrapelos. E o *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001a), na medida em que abriu uma discussão aplicada ao campo político, veio também reapresentar a psicanálise como ferramenta necessária à construção de um pensamento sobre este campo. Neste sentido, ela ressurgiu aqui enquanto potência subversiva a determinados pressupostos científicos, indispensável às reflexões sobre os arquivos do mal e à transformação da concepção de sujeito/arquivo em suas consequências, esclarecedora da expectativa de revolução que havia sido endereçada a ela por Derrida na obra, ratificando-se como referencial inescapável às reflexões sobre a memória, o trauma, a ética com o fazer da história.

Com efeito, temos através do *Mal de Arquivo* (2001a) a psicanálise reafirmada como obra vasta, há tempos preparada para a pesquisa e para a construção de possibilidades de intervenções no campo político. A leitura deste ensaio tanto permite reconhecê-la promissora em seu viés subversivo quanto alcançá-la em inflexões a partir do diálogo travado por Derrida com pontos da teoria freudiana.

Vale destacar que o viés subversivo da psicanálise, em seu caráter promissor, surgiu associado à desconstrução, sobretudo à lógica da sustentação de contrários na leitura de textos. Em nossas reflexões vimos que tal sustentação de viés subversivo começou com uma intervenção no nível da linguagem, logo também em nível político. Derrida pôs o mal em

relevo, com isso abriu a possibilidade de nos debruçarmos sobre “O mal-estar na cultura” (FREUD, 1930/2015), artigo freudiano centrado no mal-estar, que também ofereceu ao mal sua proeminência sugerindo novas articulações em torno da intersecção linguagem-política, já destacada pelo filósofo.

Localizamos “O mal-estar na cultura” (1930/2015) como obra representativa de grande expressão da subversão política em Freud. Associada ao trabalho da pulsão de morte e de destruição/agressão inerente à cultura humana, as reflexões postas neste artigo permitem o cotejo entre “o mal do mal de arquivo” e “o mal do mal-estar”, abrindo a possibilidade de lançar novos ângulos à presença do mal tão central e multifacetada no ensaio de Derrida.

Com Seligmann-Silva (2017), em prefácio escrito sobre o “*Mal-Estar*” (1930/2015), trilhamos um percurso estabelecido por Freud para então sustentar sua grande tese analisada nesta obra, ou seja, a de que a vida em cultura implica em um conflito insolúvel entre a pulsão de vida/dimensão erótica e a pulsão de morte/dimensão tanática. Para se chegar a esta tese, o autor focalizou as palavras utilizadas por Freud, nunca aleatórias, bem como a especificidade do seu momento de vida, idoso, atravessado pelo nazismo e pelo padecimento de uma longa doença.

Seligmann-Silva (2017) destacou que o Freud de 1930 estava cético, preocupado em estabelecer uma reflexão ética em torno de um problema considerado intransponível, um mal-estar advindo da briga entre forças pulsionais que não terá a cultura como antídoto, mas como construção humana que só elevaria o mal e o sofrimento humano. Será este um Freud diferente daquele que em 1927 escreveu “O Futuro de uma ilusão” e, na ocasião, ainda apresentava com entusiasmo a ciência em sua suposta capacidade superior à da religião de descrever a realidade e oferecer uma técnica de vida mais saudável. Será também este que depois de ter afirmado a indiferenciação dos termos *kultur* e *zivilisation* em 1927, optará três anos depois pela utilização do termo *kultur* para seu ensaio de 1930: “O mal-estar na cultura” (“*Das Unbehagen in der Kultur*”)²⁸.

²⁸ Seligmann-Silva (2017) destilou a discriminação dos termos “cultura” e “civilização” nesta obra de Freud que comporta ambas traduções em seu título. Segundo o autor, a tradução inglesa de autoria de Joan Riviere “*Civilization and its Discontents*”, ao optar pelo termo “civilization”, de certo modo marcaria um deslocamento, um controle e quase uma “higienização” das potentes teses que Freud apresenta em seu ensaio, uma vez que remete à modernidade e ao “bom selvagem” de Rousseau, e Freud recusa a tese da felicidade superior dos “selvagens”, localizando o mal-estar muito antes da construção das cidades. Segundo Seligmann-Silva (2017): “Talvez Freud, por conta da luta pela aceitação e divulgação de sua obra, na época propôs para a tradução o termo “civilização”, indiscutivelmente, mais restrito e fraco do que o termo cultura. (...) Se Freud desprezava a distinção entre esses termos, não é menos verdade que os dois estão dados em alemão, e ele muito sabiamente elegeu *Kultur* para o seu ensaio que depois se tornaria muito conhecido: *Das Unbehagen in der Kultur*.” (p. 23-24).

Interessante pensar neste impasse ou hesitação de Freud diante da escolha por palavras que expressariam a cultura como caldo de ambivalências e conflitos insolúveis. Pelas considerações de Seligmann-Silva (2017), observamos esta hesitação do pai da psicanálise quando equivaleu palavras que sequer seriam equivalentes. Assim, posicionou-se dividido, numa espécie de “tanto faz” quando diante de um termo que trazia em seu cerne a sugestão da possibilidade de abrandamento de forças e amansamento do conflito pulsional (*civilization*) e de outro termo de maior força expressiva, ilustrativo da conflitiva insolúvel posta na vida em cultura e da impossibilidade de sua domesticação por ideais civilizatórios (*Kultur*).

Esta reflexão sobre uma possível hesitação de Freud torna-se ainda mais interessante quando a tomamos como não inédita na construção de sua obra. Afinal, observamos tal hesitação também em outro contexto, anterior ao “*Mal-estar*” (1930), ligado à sustentação da pulsão de morte enquanto conceito irrevogável. Foi Derrida (2001a) quem identificou e abordou a resistência de Freud em relação ao reconhecimento da existência da pulsão de destruição. Retomo a citação já apresentada nesta pesquisa e que ilustra tal resistência: “Eu me recordo da minha própria resistência (*meiner eigenen Abwehr*) contra a ideia de pulsão de destruição, quando esta surgiu pela primeira vez na literatura psicanalítica; e de quanto tempo foi necessário para que me tornasse receptivo a ela.” (FREUD *apud* DERRIDA, 2001a, p. 20).

A citação de Freud, recuperada por Derrida, faz pensar sobre as resistências que a pulsão de morte teria suscitado tanto nos círculos psicanalíticos quanto no próprio Freud. Também chama a atenção para o fato de novamente, tal como no impasse de nomenclaturas “*civilization* versus *Kultur*”, o assunto disparador de resistência e impasse envolvendo Freud e a psicanálise seja este que tangencia a violência de uma pulsão de destruição, este que propõe pensar sobre o tamanho de uma força pulsional arrasadora de força incalculável.

Haveria cálculo ou delimitação possível para a ação destruidora da pulsão de morte? Qual seria a posição de Freud a este respeito? A de um pensador que hesitou em admitir tamanho poder de extermínio delegado a uma pulsão, mas que depois que venceu sua resistência, não pode mais pensar de outra forma? Para ele, a pulsão de morte deixou de ser uma hipótese discutível? Seria como se “não mais conseguisse resistir à perversidade irreduzível desta pulsão que ele nomeia pulsão de morte ou pulsão de agressão ou pulsão de destruição, como se estas três palavras fossem, nesse caso sinônimas” (DERRIDA, 2001a, p. 21).

Estas perguntas nos colocam em contato com a posição tomada por Derrida no *Mal de Arquivo* (2001a), afinal o filósofo afirmará que sim, Freud venceu sua resistência e assumiu a pulsão de morte como indiscutível, marcando sua presença inescapável em suas teorizações.

Também nos recolocam diante de questões já abertas no capítulo dois desta pesquisa, aquelas que discutiram o alcance, o poder e os possíveis limites nas ações da pulsão arquiviolítica.

De fato, a leitura de “O mal-estar na cultura” (1930/2015) confirma este posicionamento de Derrida. Afinal, a obra indiscutivelmente aponta a pulsão de destruição em todo seu vigor enquanto força inerente à dualidade determinante da cultura. O cenário da cultura será o da violência, marcado por um impulso avassalador de agressão que abre um horizonte de infelicidade ao humano, sem solução. No capítulo VIII da obra, Freud (1930/2015) abre uma exclamação a este respeito: “Quão poderoso não deve ser o obstáculo da agressividade à cultura se a defesa contra essa agressividade é capaz de tornar o ser humano tão infeliz quanto a própria agressão!” (p. 182), reafirmando a falta de perspectiva de resolução para o problema.

Ainda com Seligmann-Silva (2017), na medida em que enuncia o título alemão “*Das Unbehagen in der Kultur*”, traduzindo a palavra *unbehagen* como mal-estar que remete a uma fragilidade, a uma falta de abrigo, a estar desprotegido; ao passo que se faz antônimo de *behagen*, do “sentir-se protegido”, temos a aproximação desta palavra *unbehagen* a um termo chave para a psicanálise: o *unheimlich* ou o estranho, o inquietante de 1919. O autor relembra que dentro do percurso etimológico entoado por Freud (1919) neste artigo, encontramos o termo *unbehaglich* denotando “o que provoca mal-estar”.

Assim, fica estabelecida a articulação do *unheimlich* com o mal-estar freudiano. Reconhecemos tanto o *Das Unheimliche* (FREUD, 1919/2010), ligado à definição de Schelling trazida por Freud como “tudo o que deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu” (p.338), quanto o “O mal-estar na cultura” (FREUD, 1930/2015) como trabalho empenhado em “mostrar o oculto, o segredo, por detrás de toda cultura e da nossa humanidade, ou seja, seu mal-estar e suas origens mais profundas” (SELIGMANN-SILVA, 2017, p. 25).

Desde então, tomaremos o mal de arquivo como nova noção que uma vez que oferece a possibilidade de diálogo com um território bastante explorado pela psicanálise, o *Das Unheimliche* (1919/2010) se aproxima consequentemente do mal-estar freudiano. Lembrando a tônica da sustentação de contrários como marca nevrálgica dos trabalhos de Derrida, logo, do *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001a) e de *O mal-estar na cultura* (FREUD, 1930/2015), avançaremos nesta articulação do mal de arquivo com as noções freudianas do inquietante/mal-estar.

A começar, entende-se que ao tratar do inquietante nos situamos em uma zona de instabilidade importante de ser compreendida. O artigo de 1919 traz o sentimento inquietante como experiência difícil de nomear, e Freud corrobora o evanescente do termo e a incerteza

quanto à definição do fenômeno ao utilizar palavras que o circundam e claramente demonstram limites de apreensão. Ainda que estabeleça contornos importantes para sua descrição e gênese, pode-se dizer que tomado pelo enigma, Freud procura ir além, sem abandonar as fronteiras. Suas contribuições neste estudo do sentimento inquietante não se restringem à formulação basal de que este se ligaria ao retorno de algo familiar, uma vez que abrem reflexões importantes acerca dos limites do Eu e do psiquismo, bem como da teoria psicanalítica enquanto potencial de alcance do inóspito.²⁹

Observamos o interesse de Freud pelo que se revelaria fronteiro já nas primeiras palavras do texto, quando situa o inquietante em um âmbito particular da estética, “provavelmente, um âmbito marginal, negligenciado pela literatura especializada na matéria e tão ocupada de tratados de estética voltados para o belo, o sublime, o atraente, e tão de costas para as contrárias, repulsivas e dolorosas” (FREUD, 1919/2010, p. 329-330). Seria justamente o que escaparia ao belo e à linguagem o que tocava Freud neste período, este investigador marcado pela guerra – momento contrário, repulsivo e doloroso – obstinado pela busca de sentidos para uma experiência catastrófica/traumática que ultrapassava em larga escala suas possibilidades de compreensão.

A leitura do *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001a) demonstra que tal questão estaria presente não apenas em Freud, mas também em Derrida quando reconhece a necessidade de desenvolver alguma representação para o que seria essencialmente fronteiro nos registros da história, situado entre o acontecer e o destruir, a vida e a morte, o vingar e o sucumbir e apresentado no cerne desta noção denominada “mal de arquivo”³⁰. Lembremos que diante dos diferentes enfoques possíveis dados à obra freudiana, o filósofo optou por privilegiar em seu ensaio a tônica da sustentação dos contrários, logo do sinistro em primeiro plano, das ambivalências, dos desafios da expressão e dos limites da simbolização ao tratar do mal de

²⁹ Para fortalecer esta proximidade da relação do *unheimlich* com a pulsão de morte na obra freudiana, resgato aqui as palavras de James Strachey no prefácio de “O Estranho” (1919), quando afirma que ainda que, de fato, o “Além do princípio do prazer”, obra reveladora da pulsão de morte e das discussões sobre o inóspito só viesse a ser publicada um ano mais tarde, Freud anunciou em carta a Ferenczi que na ocasião da escrita de “O estranho” (1919) o rascunho do texto de 1920 já estava terminado.

³⁰ Diferentemente de Freud, Derrida não atravessou a Grande Guerra, mas considerei importante retomar dados já mencionados em capítulo anterior (p.33) e que apontam para a preocupação do filósofo com situações que se reverteram na militância contra a pena de morte, na defesa aos sem-documentos, na sua adesão à causa das minorias como mulheres, homossexuais, e sua luta contra o apartheid que o levou a escrever sobre a experiência dos tribunais de perdão da África do Sul (RODRIGUES, 2012). Ele também acompanhou de perto o funcionamento da comissão sul-africana, a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação instituída por Nelson Mandela em 1994, envolvido com o tema do alcance da verdade como condição para o perdão.

arquivo como ponto concatenador de uma importante discussão sobre a movimentação do representável/irrepresentável no sujeito.

O mal de arquivo apresenta-se como noção ubíqua na construção de caminhos de investigação para o que permanece ambivalente e sofrível na cultura. Não à toa representa o sofrível, pois expressa uma injunção que se situa entre o possível e o impossível de ser nomeado, podendo surgir como elemento estanho e mobilizador na medida em que vem à tona. Também, não por acaso encontramos em Derrida a associação do mal de arquivo à perturbação (*trouble d'archive*), ou seja, ao turvar da visão, àquilo que impede o ver e o saber, ao mesmo tempo em que é a perturbação dos assuntos perturbantes e perturbadores, dos segredos, dos complôs, da clandestinidade, das conjurações meio privadas, meio públicas, sempre no limite instável entre o público e o privado, entre a família, a sociedade e o Estado, entre a família e uma intimidade ainda mais privada que a família, entre si e si (DERRIDA, 2001a, p. 117).

Tal como o inquietante, experiência perturbadora que lança o sujeito para um lugar de estranheza e confusão entre os limites da realidade e da fantasia – abrindo brechas para pensar o que estaria aquém da fantasia no psiquismo – o mal de arquivo, longe de se reduzir a uma vivência meramente intelectual, simboliza, em última instância, o sofrimento de um mal. Sem esquecer que Derrida, quando recupera a tradução francesa da expressão “estar em mal de arquivo”, referirá tal estado a um sentimento de impaciência, a uma ardência de paixão, desassossego, procura interminável por um arquivo que se esconde, reafirmando o lugar passional, transcendente à racionalidade no trato com o arquivo e com o desejo de memória.

Conclui-se que tratar do mal de arquivo, ou seja, da ambiguidade posta na relação com o mal, com a dimensão do trauma e do negativo enquanto elementos participantes dos registros de episódios históricos, implica no trabalho com uma série de afetos em contradição, no trato com a própria pulsionalidade, com a resistência frente à interpelação de dossiês e pactos de silêncio instituídos na cultura.

Freud será este que quando construiu *Das Unheimliche* e o *Mal-estar*, em um momento histórico bélico, atravessado pelo pós-guerra, mirou para o que estaria no limiar da linguagem, da memória e de sua falência, preocupado em encontrar caminhos de reflexão para uma experiência traumática, ou seja, sem representação. Para tanto, voltou-se para o horror, para o terrível e para o mal, situando o inquietante a uma experiência de confusão relativa não apenas ao barulho produzido pelo retorno do recalcado, mas também pelo que se instala como compulsão à repetição, logo regido pela pulsão de morte.

Neste contexto, vemos o que se enuncia no mal de arquivo como reflexão, ou seja, não só o alcance do retorno do recalcado da história que ressurge em busca de palavras e da tessitura de um trabalho de memória, mas aquilo que tange o irrepresentável, aquilo que nunca pode ser esquecido ou apagado, porque nunca foi lembrado ou registrado. O mal-estar/mal de arquivo nos posiciona nos confins da linguagem, abre para um campo proliferativo de palavras na medida em que nos faz deparar com uma falta intransponível, acenando para o mal enquanto representante deste confim.

No campo do mal-estar/mal de arquivo, encontramos intersecções. Localizamos ambos não apenas como vocábulos, mas como situações perturbadoras, mobilizadoras de afetos. Observamos no arquivo derridiano, tal como no inquietante/mal-estar freudiano, o problema do encontro com a dimensão do intraduzível e do indizível, com aquilo que Derrida (2001a), ao tratar do arquivo, dirá “reservar sempre um problema de tradução” (p. 118). Acompanhamos em ambos a perturbação, o turvar da visão, advindos tanto do retorno de algo outrora recalcado quanto da apresentação do que até então nunca havia sido re-calcado, inóspito ao psiquismo, engendrado por forças de outra natureza e produzido pela apresentação de um material heterogêneo à linguagem, orquestrado pela pulsão de morte.

Ora, sabe-se que a relação com a morte, o terrível, o horror e o trauma, abre um campo de contato e investigação de aspectos que retiram o sujeito do escopo simbólico e da fantasia, lançando-o à aridez da possibilidade ou não de sobrevivência psíquica. Desde então, temos o arquivo enquanto formação viva e morta, produção dinâmica que lança as dimensões do viver e do morrer de modo intrincado, permitindo refletir sobre as participações das pulsões de vida e morte na configuração de arquivos mortos, queima de arquivos, destruição em massa de arquivos, desaparecimentos, tabus, criptas, revisionismos históricos e obscurantismos, arquivos que existem para serem recusados ou considerados inexistentes, buscas obstinadas pelo extermínio de arquivos e de possibilidades de memória.

Será desde esta atmosfera posta entre o viver e o morrer que devemos pensar o mal de arquivo. Entende-se que esta fronteira, entre a possibilidade de representação e destruição de todos os traços que sejam próprios ao sujeito, põe em relevo, sobretudo, a necessidade de se levar em conta a irreversibilidade e a presença inegociável da morte em cada arquivo. Derrida acentua a morte como parte constituinte, partícipe de um trabalho de produção de registros, estabelecendo com a criação da noção de mal de arquivo a atenção para a morte em sua positividade, para o arquivo como representativo da vida e da morte a um só tempo.

Depois do que encontramos no “Mal-estar” e no “Mal de Arquivo”, haveria outro modo de ler o *kultur*, o sujeito e a produção de memória e registros da história, fora deste paradigma de ambivalências? Seria possível admitir a possibilidade de leitura da cultura fora de um campo que traz o mal e a violência como protagonistas de um trabalho de produção de arquivos?

Nas palavras de Endo (2005), encontramos o mal-estar associado “(...) à impossibilidade de ocupar um lugar plenamente satisfatório onde reinaria o bem-estar e a satisfação, sendo um não lugar, um lugar indevido (...)” (p. 204). O mal-estar da vida humana retratado por Freud, portanto, insere-se em um panorama assim descrito pelo autor:

(...) a vida, psicanaliticamente falando, só pode ser concebida sob uma única modalidade: conflitual, ambivalente e paradoxal. O mal-estar como condição do estar na civilização e na cultura, indica que a própria cultura é sempre um lugar inacabado, um lugar impossível, incapaz de sustentar a humanidade do homem no que ela tem de mais radical: o desejo de morte intrincado ao desejo de vida. (ENDO, 2005, p. 205).

Posto o panorama do mal-estar/mal de arquivo, este marcado pelo inacabado e pelo desconforto, pela insolubilidade do conflito e dos paradoxos, vemos que a escolha por estruturar esta pesquisa em capítulos que focalizaram o trauma e o testemunho, bem como o trabalho de constituição da memória e do arquivo em meio a resistências, não se deu à toa. Passado o capítulo um, retrato do solo da desconstrução enquanto estratégia, o capítulo dois, não por acaso, podemos pensar, abordou a catástrofe e as aporias do gesto testemunhal com base em considerações feitas por Marc Nichanian, filósofo ocupado com discussões sobre o genocídio armênio, este episódio da história humana até hoje não reconhecido por seus perpetradores. O fato do capítulo três, por sua vez, ter se ocupado de desenvolver ideias que explicitaram a memória como trabalho operado pelo negativo – recalque como produtor de traços, esquecimento como memória – dando à exterioridade um papel capital para a produção do arquivo, também não foi coincidência.

Ao final, com base nos capítulos desta dissertação, identificamos um ponto comum de reflexão que estabelece uma relação própria entre os arquivos do mal, efeito do obscurantismo operado por um modo de leitura dos arquivos da história, e o mal de arquivo, contradição a ser recuperada como condição *sine qua non* para que um arquivo se constitua, em sua matéria-prima intersticial, iluminando a morte como potência afirmativa.

Como exemplos de arquivos do mal, para além do genocídio armênio (1915-1923) com cerca de um milhão e meio de mortos entremeados a uma retórica do governo turco que até hoje nega o fato atroz, observamos também a existência do discurso negacionista referido à *Shoah* e ao extermínio em massa de seis milhões de judeus, além de ciganos, homossexuais, deficientes

físicos e testemunhas de Jeová. No Brasil, o massacre indígena advindo da invasão europeia e de sua ocupação territorial violenta e que segue pouco falado e estudado por intelectuais e acadêmicos; o genocídio negro que apresenta dados atuais alarmantes, legado da escravidão, juntamente com o racismo estrutural que também, até hoje, segue recusado por muitos brasileiros, posto e reposto no laço social, surtindo efeitos de re-traumatização³¹; os crimes de tortura e desumanização praticados durante o período ditatorial brasileiro (1964-1985) que ainda convivem com falas contundentes de não reconhecimento e invalidação de tamanhas sevícias.

Estes são apenas alguns exemplos aqui elencados quando sabemos que a vida em cultura contempla tantas outras fabricações de arquivos do mal. Muitos seriam os casos a mencionar, no entanto, importa agora considerar que, em todos aqui citados, o fator do “não reconhecimento” por terceiros que insistem em bradar o discurso da “não existência do fato” se apresenta como lugar comum para que certas violências sigam como feridas abertas e incuráveis no curso da história da humanidade.

Como é sabido, a psicanálise não se furtou a pensar tal questão. Dedicou-se a explorar o lugar fundamental do terceiro enquanto constituinte e vetor de reconhecimento do sujeito, logo enquanto base indispensável para a escuta em sua possibilidade de transformação de feridas subjetivas em algo a se fazer.³²

Talvez esta retomada de um fio da psicanálise no trabalho com o trauma possa esclarecer o nexo então estabelecido nesta pesquisa em torno da articulação da catástrofe e do testemunho – capítulo dois – com o aspecto da exterioridade ou da figura do terceiro enquanto suporte absolutamente necessário para se estabelecer não só memória como um arquivo – capítulo três. Ora, sem terceiro não há possibilidade de repetição que se estruture para que seja escutada; sem exterioridade não há arquivo a ser feito, não há registro que se produza, uma vez que não há oferta de um lugar fora do corpo do sujeito que o acolha e acolha suas repetições.

³¹ Para aprofundar a discussão, sugiro um trabalho anterior de minha autoria: VERÍSSIMO, T. C. (2015). O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. *Revista Percurso*, n. 54, ANO XXVIII, p. 43-52.

³² Podemos retomar que desde Freud guardamos a premissa de que não haveria sujeito sem a presença do Outro precedente e primordial, e acompanhamos em autores pós-freudianos como Sándor Ferenczi (1873-1933) a ênfase dispensada ao tema do trauma e da catástrofe, bem como ao da desestruturação vivida pelo sujeito que se daria justamente quando, após a vivência de uma experiência pulsional excessiva, não recebesse o reconhecimento necessário à sua sustentação. Desde então, pela teoria ferencziana, ficou estabelecido que a experiência traumática não advém do choque pulsional vivido como excesso, mas sim pela vivência de desautorização e do desmentido na relação com um terceiro que, uma vez que assim se coloca, não desmentirá apenas o fato narrado pelo sujeito, mas o próprio sujeito, agora em ameaça de colapso narcísico, apoiado em defesas radicais que visam senão garantir sua então abalada sobrevivência psíquica.

Sem o terceiro/exterioridade aberto à escuta qualificada e validação dos contrapelos da história, do traumático e do mal, estaremos à mercê das manifestações que, quando não analisadas em sua ambiguidade, reproduzem as contradições mais estapafúrdias sob o guarda-chuva da banalização e não problematização de sua estruturação. Exemplos citadinos como aqueles monumentos e nomes de avenidas e estabelecimentos que prestam homenagem aos que tanto feriram princípios de civilização e humanidade de seus cidadãos fazem parte dos efeitos desta política do desmentido e da produção de arquivos do mal³³. A quais vicissitudes estaria exposta uma sociedade que se resguarda na recusa como mecanismo defensivo frente ao traumático de sua história e não reconhece o catastrófico que a constitui? À realização de tributos a genocidas diante de seus sobreviventes? À construção de versões polarizadas e maniqueístas de suas catástrofes? Às histórias que contemplem personagens binários, como a figura do herói idealizado e asséptico, e a da vítima imobilizada? Às narrativas que não admitem ambivalências afetivas e a complexidade da realidade? Ao combate intenso aos testemunhos que habitam um lugar controverso de revelação e potencial de transmissão da verdade?

Novamente com Endo (2013), extraímos outro exemplo de tendência ao estabelecimento de uma política que, ao recusar a inerência do mal nos arquivos da história, desemboca na reprodução de arquivos do mal. Ao discutir a verdade como algo que não se alcança, mas se procura, o autor abordou os trabalhos da Comissão da Verdade no Brasil, iniciados em 2012, retomando que algumas críticas recaídas sobre este projeto referiram-se ao pressuposto de que a população brasileira só conheceria os conteúdos dos trabalhos da comissão quando o relatório final estivesse concluído. Segundo ele, isso indicaria que teríamos uma resposta cabal a uma infinidade de documentos, fatos, testemunhos, depoimentos e arquivos ocultados, omitidos e jamais encontrados ao final de dois anos de trabalho da Comissão, o que culminou numa crítica que reivindicava que, na ocasião, fossem disparados o processo de publicização dos resultados, fossem eles incompletos, imperfeitos, parciais ou lacunares. Um disparo ao público que:

(...) permitisse que a sociedade brasileira como um todo, e cada sujeito em particular, se pusesse em busca desta verdade social, pessoal ou nacional, desde já impedindo que, doravante, se encerrassem os trabalhos de busca da verdade, de certo modo, mais fundamentais que a própria verdade. (ENDO, 2013, p. 47).

³³ VERÍSSIMO, T. C. (2015). O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. *Revista Percurso*, n. 54, ANO XXVIII, p. 43-52.

Eis uma reflexão sobre a iatrogenia posta em uma política projetada para a construção de memória social, mas que, uma vez baseada naquela concepção de arquivo da metafísica, fundada na crença da completude e da anamnese possível para a constituição do arquivo, bem como na ignorância da falta estrutural, da dimensão do inacabado que via de regra marca a produção arquivar como condição de possibilidade ao porvir, acabou por encerrar-se em certos limites, numa certa clausura que ofereceu poucas condições de fazer avançar em seu propósito.

E avançar no propósito de construir memória, conforme pensado até aqui, implica em estabelecer livre trânsito entre dimensões distintas, em ler um campo de lutas que se constitui por uma via de afirmação pela resistência, ou seja, pela possibilidade de ler o mal-estar. O mal de arquivo, assim, surge como mais uma representação desta condição de transitar entre dimensões opostas – vida e morte, lembrança e esquecimento – e nos sugere a imagem de um pêndulo que só opera na medida em que se movimenta para os dois lados que o configura, pendendo ora para uma polaridade, ora para a outra, sem que nenhuma delas desapareça ou se exclua em sua força de manifestação. O pêndulo aponta para a prevalência e aproximação de um dos lados, mas logo como aquele que pende e não se fixa, não se sustenta paralisado, partindo para uma nova incursão ao outro lado numa oscilação incessante. O mal de arquivo, aqui pensado como movimento pendular, torna-se assim também retrato de uma pendência, no sentido de ser algo que se movimenta como produção que contém dois lados.

No entanto, uma análise mais cuidadosa demonstrará que esta metáfora do movimento pendular aqui utilizada para ilustrar o mal de arquivo encontra limites importantes. Como vimos, não há nada no mal de arquivo que sugira este caminhar plácido entre polaridades. Muito menos este cenário dicotômico que uma vez que descreve um pêndulo que vai ora para um lado ora para outro, estabelece uma relação “ou...ou” que nada se aproxima da sustentação de contrários, tônica essencial desta noção, e mais se assemelha ao arquivo metafísico que tanto buscou-se desconstruir no ensaio de Derrida. Podemos dizer que esta imagem inicial não oferece a possibilidade de metaforizar o mal de arquivo em sua dimensão tensional e conflitiva, demandando, portanto, a construção de uma nova imagem.

Talvez possamos aproveitar a ideia do movimento pendular metafísico e complexificá-la de modo a nos aproximarmos de uma metáfora mais apropriada ao mal de arquivo. Pensemos agora em uma imagem menos monista formada não mais por um, mas por dois pêndulos. Estes que se movimentam em sentidos autônomos e desviantes, sem rota ou itinerário prescrito e que tanto eventualmente quanto inevitavelmente se chocam, colidem, pondo em xeque a manutenção de suas integridades. Tensão e colisão configuram este território de dois pêndulos

que em seu jogo renhido não mais se ocultará em supostas idas e vindas harmoniosas, estando sempre aberto aos grandes choques, ao levantes. Sobretudo este cenário de dois pêndulos à deriva traz a pauta da iminência do risco de confronto entre ambos, ilustrando uma zona de não segurança e não proteção na qual se projeta este trânsito de contrários, o mal de arquivo, mal-estar, *unbehagen*.

Será nesse sentido que o mal de arquivo também operará como um lembrete, uma espécie de atenção à tensão para quem estabeleceu para si o compromisso ético com a memória, com o dever de memória sublinhado por Slavutsky (2019).

Isso posto, temos o reconhecimento da insurgência do mal de arquivo em diferentes facetas nesta pesquisa, em suas contribuições para pensar o mal-estar e a violência. Consolidou-se como algo que acena para a morte e para a destruição como possibilidades reais; fez-se noção operativa para o trabalho com o trauma, uma vez que se apresentou como nova representação para a tradução de tensões e para a escuta do mal e do horror enquanto dimensões do arquivo/história; constituiu-se como representação de algo evanescente e fronteiro, uma oportunidade de nomeação de algo que, justamente por tratar do que “é e não é ao mesmo tempo”, parece escapar de nosso horizonte de simbolização; estabeleceu-se como ponte narrativa para a ameaça de falência simbólica e para contrastes dentre os quais se inclui a tensão realidade factual *versus* realidade psíquica que, como sabemos, não apenas marcou a fundação da psicanálise enquanto teoria, como a acompanhou e a acompanha em seus trabalhos sobre o trauma.³⁴

Ainda que se tenha muito a desenvolver sobre a especificidade da relação do mal de arquivo com a teoria do trauma em psicanálise, importante pensar que foram aqui elencadas algumas facetas do mal de arquivo enquanto nova noção que permitiria operar no campo do trauma desde pelo menos dois pontos. O mal de arquivo aqui não seria apenas este novo termo tradutor das ambivalências admitidas pelo mal-estar na cultura, mas algo tributário de uma pulsão denominada arquiviolítica, esta que se configurou como outra nova contribuição ao tema do trauma e da violência, abrindo questões acerca da potência de destruição que carrega esta pulsão.

³⁴ Vale retomar que quando Freud (1897/1996), em carta a Fliess, pronunciou-se descrente de sua neurótica, abandonando a teoria de sedução e assinalando a fantasia e o Complexo de Édipo como pedras angulares de sua metapsicologia, diferentemente do que muitos psicanalistas pensaram, jamais postulou a desconsideração da dimensão factual na escuta do sofrimento de seus pacientes. Futuramente, nos artigos sobre a guerra e as neuroses de guerra, o peso da dimensão factual na constituição da neurose evidenciou-se não só como realidade a ser considerada, mas componente na formação de uma tensão entre estas dimensões, marca do trabalho com o traumático que sempre deverá ser escutada.

A pulsão arquiviolítica ainda será pensada na amplitude de suas contribuições nestas considerações finais. Por ora, vale resgatar que até o presente momento nossas reflexões apontam para o alinhamento das ideias de Derrida às de Freud em termos de mal de arquivo e mal-estar. Se Freud parece afirmar categoricamente em sua obra tal leitura do inescapável mal-estar da vida humana, concluindo que não há quem possa soterrar o mal-estar e que quanto mais tentarmos escamotear o mal, mais estaremos à mercê de seus impactos; Derrida, em outras palavras, deitado na esteira freudiana do “Mal-Estar” (1930/2015), quando constrói o mal de arquivo nos diz que melhor seria admitir o nosso não-lugar, marca da relação com o *Kultur*, para não pagar o alto preço das cisões em suas consequências, tais como a fabricação de arquivos do mal.

Dito de outro modo, tudo isso corresponderia a afirmar que quanto mais empenhado se está em ignorar as ambivalências postas nas produções humanas, mais se estará à mercê de dicotomias e repetições que cobrarão espaço e sua realocação na vida em cultura, ressurgindo de modo disruptivo.

Assim, o tracejar de paralelos entre o mal-estar e o mal de arquivo demonstrou que Derrida está fechado com Freud neste aspecto. Percebe-se que o filósofo, quando elegeu o “mal” como significante a ser posto no título do seu ensaio, privilegiando-o na discussão, explorou o mal-estar freudiano em sua obra, dando destaque ao mal no sentido do mal-estar, ou seja, da dimensão inescapavelmente conflitiva da vida humana e da cultura produtora de arquivos. Esta afirmativa se consolidou ao longo da pesquisa, mas também convidou a pensar: se supomos uma absoluta concordância de Derrida com Freud em relação ao mal-estar/mal de arquivo, queremos dizer que Derrida ocupou-se apenas de repetir as ideias freudianas contidas no “Mal-Estar” (1930/2015) utilizando novas palavras? Nesta perspectiva, Derrida, portanto, apenas revisou esta obra traduzindo-a e vertendo-a em novos modos de expressão? O mal de arquivo, neste sentido, se encerraria numa nova nomenclatura para o mal-estar antes nomeado por Freud?

Tais perguntas produzem estranhamento. Afinal, elas cogitam admitir Derrida, aqui já lembrado como “o intelectual da discordância” (FREIRE, 1995/2018), em uma posição de fechamento com um dado autor em sua teoria. Como tomá-lo a partir desta perspectiva de fechamento? Ora, não foi Derrida quem, em sua trajetória política-filosófica, tanto empenhou-se em denunciar contradições, provocar a reflexão sobre impasses sociais, iluminar inflexões? Não foi ele quem sistematizou a desconstrução como estratégia de leitura para a saída de obviedades e dogmatismos teóricos? Por fim, não encontramos justamente em Derrida uma

posição crítica à cumplicidade com a metafísica tomada no *Mal de Arquivo* (2001a) como problemática ética? A posição do filósofo parece não admitir fechamentos.

Retomando o que já foi aberto neste capítulo acerca das reflexões de Monzani (1990/2008) a respeito da estrangeiridade como marca do diálogo entre filosofia e psicanálise em seus vieses de limites e possibilidades, perguntamo-nos: onde encontraremos o potencial de construção advindo de um estrangeiro à instituição psicanalítica supostamente livre de opressões institucionais e que apostou na sustentação de contrários como eixo de suas elaborações? Onde estará aquela potência estrangeira poeticamente descrita por Barthes (2016) como lugar no qual “(...) estou ali protegido contra a tolice, a vulgaridade, a vaidade, a mundanidade, a nacionalidade, a normalidade”? (p. 17).

Diante de tantas indagações em torno deste “fechado com Freud”, vale agora relembrar que Derrida, no *Mal de Arquivo* (2001a), não se apresentou apenas como alguém que fecharia com Freud em sua compreensão sobre o mal-estar/mal de arquivo na cultura. Conforme já pontuado, o reconhecimento da psicanálise como marco subversivo ao conservadorismo da ciência e, conseqüentemente à noção metafísica do arquivo, enunciou parcialmente a posição do autor que em seu ensaio dedicou-se também a identificar a existência de uma divisão no discurso freudiano ante a lógica de questionamento a pressupostos tradicionais.

Isto quer dizer que Derrida não só “fechou com Freud” em relação ao mal-estar para estabelecer o mal de arquivo, como também apresentou um Freud dividido. Recuperando as contradições freudianas expostas pelo filósofo e que descrevem o atravessamento de pressupostos tradicionais numa teoria psicanalítica até então subversiva, encontramos seus deslizamentos a premissas que pregam a origem arqueológica do arquivo atribuindo-lhe a existência de um marco zero, a negação da morte e da dimensão fantasmática e espectral do arquivo, bem como o apego à lógica do patriarcado. Todas apontadas por Derrida como contradições pelo fato de Freud já tê-las confrontado e desconstruído em diferentes momentos de sua teoria³⁵.

Ante as reflexões abertas por Derrida em torno das contradições freudianas que marcaram a psicanálise, destacaremos agora a questão da suposta negação de Freud ao aspecto da morte e da dimensão espectral/fantasmática constituinte do arquivo. Afinal, esta segunda contradição freudiana mencionada pelo filósofo será aqui pensada como importante eixo problematizador, base de uma hipótese de inflexão a ser sustentada ao final desta pesquisa. Ela oportunamente tematiza a relação da teoria freudiana com a morte, nos fazendo retomar que se houve um momento no qual o potencial de destruição da pulsão arquiviolítica foi enunciado

³⁵ Capítulo 1, págs. 40-42.

como assunto a ser mais bem explorado na amplitude de suas contribuições nesta pesquisa, estaria no seio desta articulação a ocasião para explorá-lo.

Este eixo a ser tomado como hipótese de inflexão surge com muito sentido ao final deste trabalho, como algo que não poderia deixar de ser abordado. Ele inclusive faz lembrar a trilha construída desde o princípio desta dissertação que partiu de um projeto de pesquisa inicial dotado de questões mais amplas até alcançar sua delimitação no *Mal de Arquivo* (2001a), objeto propriamente dito desse estudo, tornando importante dizer que se a zona de interesse inicial desta pesquisa deve-se ao enigma contido no termo mal de arquivo – representado no início deste capítulo pela pergunta “O que é o mal de arquivo?” – teve também como mote a definição de pulsão arquiviolítica trazida por Derrida e as questões abertas por tal definição.

A leitura do *Mal de Arquivo* (2001a) demonstrou que Derrida, inegavelmente, ofereceu à pulsão de morte um estatuto protagonista em sua obra, situando-a como uma espécie de epicentro sistematizador de uma discussão sobre a morte e o apagamento de traços de memória operantes no sujeito e na cultura. No entanto, pensaremos nesta pesquisa que se a pulsão de morte se fez a protagonista do ensaio, eloquente em suas contribuições, também apresentou seu protagonismo na medida em que se constitui porta-voz de uma importante hipótese de inflexão em torno da questão do mal e da destruição na teoria psicanalítica.

Vale situar aqui a escolha pelo uso do termo “hipótese de inflexão” ao invés da expressão “apresentação de inflexão” ou simplesmente “inflexão” despojada da ideia de hipótese. Trata-se de reconhecer que a elaboração desta ideia de suposta inflexão, na medida em que se localiza em um trabalho de dissertação e não em uma tese, só poderia, de fato, assumir por ora tom hipotético. Afinal, o aprofundamento de uma hipótese, com o estabelecimento de uma discussão que confirme ou não sua construção, como sabemos, só poderia se dar mediante a consolidação de uma tese, em um horizonte que permitisse mais tempo dedicado a este outro formato de pesquisa.

No escopo desta dissertação, marcada pela construção de uma hipótese de inflexão que discutirá a relação da teoria psicanalítica com a questão da morte e da destrutividade, podemos por enquanto considerar que a presença e formulação da pulsão arquiviolítica nesta obra ofereceu um potencial de abertura para novos questionamentos que serão agora expostos. Novamente, com base na ideia de arquivo aberta ao porvir, marcado pela dimensão do inacabado e da falta estrutural, algumas vezes enfatizada nesta pesquisa, abriremos considerações que sustentarão indagações que não necessariamente serão respondidas nesta ocasião, convidando para novas produções.

Talvez possamos começar tais considerações por indagações a respeito de uma suposta equivalência atribuída entre as noções de pulsão de morte freudiana e pulsão arquiviolítica derridiana. Derrida, ao postular a pulsão arquiviolítica, contribui com a discussão aberta pela psicanálise desde o estabelecimento da segunda dualidade pulsional? A pulsão de morte e a pulsão arquiviolítica são noções equivalentes nesta discussão sobre o arquivo do trauma e da catástrofe? Ao alçar a pulsão arquiviolítica a um patamar de destrutividade e extermínio em sua radicalidade, estaria esta noção posta como elemento diferente da pulsão de morte e diferenciado nas possíveis contribuições teóricas à psicanálise? Frente a um campo de destrutividade extrema para o qual acena Derrida quando se refere à potência da pulsão arquiviolítica, haveriam questões e quais seriam estas referidas ao estatuto da destrutividade postulado na teoria psicanalítica?

De volta à reflexão sobre a potência da estrangeiridade na discussão com a psicanálise, parece agora haver sentido em retomar Derrida a partir desta perspectiva frente às questões aqui levantadas. Destacada a hesitação de Freud para chegar à real sustentação da pulsão de morte enquanto conceito irrevogável no conjunto do seu arcabouço teórico, merece destaque a ousadia de Derrida que não apenas acolheu a pulsão de morte em sua obra, mas elaborou sua própria definição de tal pulsão, desembocando em sua renomeação. Pensando o estrangeiro como um lugar³⁶, cabe questionar se esta possibilidade de redefinição e renomeação de um conceito tão central à psicanálise seria cogitável para quem se localiza dentro de muros institucionais. Passado quase um século da criação da noção de pulsão de morte e destruição (1920-1930), tivemos Derrida (2001a), com novas palavras, fazendo-nos perguntar se por acaso algum/alguma psicanalista se atreveria a rebatizar e/ou redimensionar um conceito da envergadura da pulsão de morte na obra freudiana.

A noção de pulsão arquiviolítica já foi exposta em sua definição nesta pesquisa. No entanto, a proposta de pensá-la em seu propósito, quiçá renovador, traz a necessidade de reapresentá-la aqui. Segundo Derrida (2001a):

É como se Freud não conseguisse mais resistir à perversidade irreduzível desta pulsão que ele nomeia aqui pulsão de morte ou pulsão de agressão ou pulsão de destruição, como se estas três palavras fossem, nesse caso, sinônimas. Mais tarde, Freud dirá que esta pulsão com três nomes é muda (*stumm*). Ela trabalha, mas uma vez que trabalha sempre em silêncio, não deixa nunca nenhum arquivo que lhe seja próprio. Ela destrói seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação mesma de seu movimento mais característico. Ela trabalha para *destruir o arquivo: com a condição de apagar* mas também *com vistas a apagar* seus “próprios” traços – que não podem desde então serem chamados “próprios”. Ela devora seu arquivo, antes

³⁶ “Assim, no estrangeiro, que repouso!” (BARTHES, 2016, p. 17).

mesmo de tê-lo produzido externamente. Esta pulsão, portanto, parece não apenas anárquica, anarcônica (...) a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer, *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo. (p. 21).

Estabelecida a pulsão arquiviolítica, alcançamos novas palavras, novo enfoque e entonação para tratar da pulsão de morte. Logo em princípio vemos o apontamento de Derrida que indiscrimina as noções de pulsão de morte, destruição/agressão quando sabemos que na obra freudiana a pulsão de morte não se faz sinônimo de pulsão de destruição. Enquanto no “Além do princípio do prazer” (1920/2010), com enfoque na concepção dualista da vida sexual, encontramos Freud preocupado em fundar a pulsão de morte como força que estabelece a tendência ao retorno ao inorgânico, vinculada à sexualidade, temos em “*O mal-estar*” (1930/2015) a pulsão de destruição como força de outra conotação, aquela que, diferentemente da pulsão de morte, surgiria voltada para o exterior, estabelecendo um campo autônomo de atuação.

Aqui temos um potencial de discussão sobre esta junção da pulsão de morte em três nomes, mas que demandaria tempo para um mergulho nas considerações de Derrida sobre o assunto e que não poderá ser contemplado no tempo desta investigação. Ao mesmo tempo, este parece ser um ponto importante a ser mais bem desenvolvido futuramente em nova pesquisa, afinal, Derrida (2001a) é contundente nesta insistência e afirma mais de uma vez na obra que para Freud a pulsão de morte é, “segundo as palavras mais marcantes do próprio Freud, uma pulsão de agressão e de destruição (Destruction)” (p. 22).

A pulsão arquiviolítica só conhecemos por seus efeitos mediante seu “simulacro erótico” (DERRIDA, 2001a, p. 22), pois ela em si mesma é inapreensível. Ela não está nunca pessoalmente presente nela mesma nem em seus efeitos. Não deixa nenhum monumento, nenhum legado que lhe seja próprio. Derrida destaca sua vocação silenciosa, muda (*stumm*) e corrobora a afirmação de Freud quando diz que ela “parece realizar seu trabalho discretamente” (FREUD, 1920/2010, p. 238). Destaca também seu aspecto voraz, devorador de traços e de qualquer possibilidade de acontecimento, memória e desejo de acontecimento, estando tal voracidade diretamente articulada ao apagamento da memória e do arquivo.

Nas perguntas sobre a suposta equivalência entre a pulsão de morte e a pulsão arquiviolítica, temos o ponto da abrangência da destrutividade a ser enfatizado nesta reflexão como aspecto diferencial entre Freud e Derrida. Merece destaque a ênfase dada pelo filósofo ao aspecto da extrema violência da pulsão arquiviolítica neste sentido da aniquilação. Segundo Derrida (2001a), quando surge como potência de aniquilação da memória, revela um raio de

abrangência maior do que a produção de esquecimento ou amnésia, atingindo também o arquivo, ou seja, a erradicação da “consignação, do dispositivo documental ou monumental com hupomnema, suplemento ou representante mnemotécnico, auxiliar ou memento” (DERRIDA, 2001a, p. 22). Dito de outro modo, com o filósofo, temos a pulsão arquiviolítica em um raio de ação transcendente que atinge aquela exterioridade já pensada como algo capital à existência do arquivo. Ela atua promovendo a perda da memória não no sentido estrito, mas sim do modo mais amplo, agindo na direção da aniquilação de uma estrutura externa, de um dispositivo de suporte que, conforme já sabido, faz-se condição *sine qua non* para a configuração arquivial.

No capítulo dois desta pesquisa, encontramos uma metáfora ilustrativa da abrangência de tal violência arquiviolítica e que pode agora ser retomada. Em nota de rodapé, assinalamos as palavras de Lyotard (1983) ao mencionar um artigo de Hadyen White em uma passagem referente à metarrealidade da destruição da realidade, comparando-a a um terremoto que destruiria não apenas as vidas, mas também os instrumentos que serviriam para medir direta ou indiretamente os abalos sísmicos³⁷. Para tentar ilustrar de outro modo, com o acréscimo de nova metáfora, pensemos em um ambiente de salão de boliche. A pulsão arquiviolítica seria essa que promoveria um *strike* e derrubaria não só todos os pinos do jogo, mas desmoronaria todo o salão e seu entorno citadino, sem deixar notícias do ocorrido, nem marca do episódio que pudesse ser aproveitada. Figurando de outra maneira: diante de uma situação criminosa de extermínio de uma pessoa, teríamos a pulsão arquiviolítica em ação de extermínio não só da pessoa em si, mas de todo seu ambiente, referentes externos e possíveis álibis, destruindo quaisquer chances de encontro de provas de tal acontecimento.

A transcendência da violência da pulsão arquiviolítica, quando em comparação com a pulsão de morte, faz ainda mais sentido quando a contextualizamos como produção de um autor que proferiu uma palestra denominada “Estados da Alma da Psicanálise” (2000) a propósito de testemunhar alguma experiência do indecísivel na relação humana e na psicanálise, estabelecendo a crueldade como questão crucial para o debate. Apoiado na dimensão indeterminável e não delimitável da palavra crueldade (*cruor*, *crudus*, *crudelitas*), temos as considerações de Derrida sobre sua crueza – esteja ela ligada ao derramamento de sangue e ao assassinato ou à crueldade psíquica, esta compreendida como um estado da alma do ser vivente e que seguiria existente, inventando novos recursos, relacionada à dimensão do “desejo de fazer sofrer, torturar, sentir um prazer psíquico no mal pelo mal” (DERRIDA, 2001b, p. 6).

³⁷ Capítulo 2, p. 62.

Pergunta-se neste ensaio: “Uma tal crueldade, se existe, e sendo propriamente psíquica, seria ela um dos horizontes mais apropriados à psicanálise?” (DERRIDA, 2001b, p. 7). Através desta questão, o filósofo não só afirma a psicanálise como discurso que – diferente de outros como o teológico, metafísico, genético ou cognitivista – poderia reivindicar a causa da crueldade psíquica como assunto próprio e volta-se para o que ela teria de mais própria sem álibi, mas também como aquela que apresenta uma função auto-imunitária produtora de uma rejeição de si, de uma resistência a si e ao seu próprio principado e princípio de proteção.

Nas palavras do autor:

A psicanálise, acho eu, ainda não empreendeu e, portanto, ainda menos conseguiu pensar, penetrar e mudar os axiomas da ética, do jurídico e da política, notadamente nos lugares sísmicos onde tremula o fantasma teológico da soberania e onde se produzem os mais traumáticos acontecimentos geopolíticos, digamos ainda, confusamente, os mais cruéis destes tempos. (DERRIDA, 2001b, p. 18).

Esta fala de Derrida, surgida na direção de afirmar a psicanálise como potência promissora, vem reafirmar o que ele já havia dito no *Mal de Arquivo* (2001a) em sua expectativa de “revolução ao menos potencial à problemática do arquivo” (p. 8), mas que para avançar e fazer valer seu propósito revolucionário às ciências, na fundação de uma nova concepção de homem e de mundo, teria que demonstrar a coragem necessária para enfrentamento de limites e resistências institucionais que a atravessa.

Interessante também observar que o caminho proposto pelo filósofo para que fosse tomada esta direção do enfrentamento indica a necessidade de a psicanálise pensar em um “além do além do princípio do prazer” transcendente aos pressupostos da pulsão de morte, bem como do princípios do prazer e da realidade, pilares da teoria freudiana:

Existe para o pensamento, para o pensamento psicanalítico futuro, um outro além, se posso assim dizer, um além que se dá para além desses possíveis que ainda o são e os princípios de prazer e de realidade e as pulsões de morte ou de domínio soberano que parecem exercer-se por toda parte onde a crueldade se anuncia? (DERRIDA, 2001b, p. 11).

Na sequência, em outras palavras, perguntou-se Derrida:

Pode-se pensar essa coisa aparentemente impossível, mas impossível de maneira outra, a saber, um para além da pulsão de morte ou de posse soberana, portanto o além de uma crueldade que não teria nada a ver nem com as pulsões, nem com os princípios? (2001b, p. 11).

Com base nas contribuições advindas deste ensaio – *Estados-da-alma da psicanálise* (DERRIDA, 2001b) – observamos uma mensagem para que a psicanálise vá “além do além”, para uma dimensão ainda não contemplada em sua metapsicologia, para que exercesse mais de sua potência para tratar de questões como a do mal, da crueldade, do impossível e da destrutividade, alcançando de modo mais producente reflexões éticas e políticas. Temos aqui a expectativa de que a psicanálise considere a abrangência e a radicalidade do mal, simbolizada por Derrida pela expressão “além do além”, de um modo que a equiparação da pulsão de morte com a pulsão arquiviolítica não se sustentaria mais. Podemos dizer que a criação da pulsão arquiviolítica surge nesta toada discursiva, como representação de um “além do além”, uma atenção ao propósito de tangenciar com mais franqueza os limites da representação e afirmar a percepção de que a relação da psicanálise com a morte, a finitude e a destrutividade teria mais a render.

Esta discussão vem corroborar a proposta de atenção de Derrida para o mal em sua profundidade, apontando para o horizonte do “extermínio sem resto” (NICHANIAN, 2012, p. 14) aqui já discutido³⁸, ligado à pulsão arquiviolítica. Temos no *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001a) esta pulsão tomada como força comandante do que fora denominada apagamento radical, articulado na obra à ideia de mal radical. “O mal de arquivo toca o mal radical” (DERRIDA, 2001a, p. 32).

Derrida menciona o mal radical no *Mal de Arquivo* (2001a) deixando interrogações sobre este termo que novamente aponta para o mal em sua radicalidade. Sem pretensão de aprofundar o tema, podemos nos valer desta discussão sobre o mal radical em Freud a partir de Garcia-Roza (1990), explorando-a por um viés pertinente a estas considerações finais. Sua pertinência se mostra pela ligação com a pulsão de destruição e a conhecida resistência de Freud em sustentá-la, ou seja, se Derrida já havia pontuado a resistência de Freud na admissão da pulsão de morte, agora, com Garcia-Roza (1990), encontramos uma hipótese para tal.

Garcia-Roza (1990) partiu da ideia de que, de fato, foi difícil para Freud reconhecer a pulsão de morte em sua onipresença. E que ainda que ele tenha se ocupado de discutir importantes questões como a naturalidade ou não da pulsão, assim como a distinção pulsão de morte *versus* pulsões sexuais, tal discussão serviu para escamotear algo ainda mais fundamental: o reconhecimento da existência do mal radical no homem. Para Garcia-Roza (1990), a dificuldade deste reconhecimento residiu menos na questão da onipresença ou da

³⁸ Capítulo 2, pág. 62.

naturalidade da pulsão de destruição e mais no seu estabelecimento enquanto disposição pulsional autônoma originária do ser humano, totalmente independente da libido.

Garcia-Roza (1990) sublinhou a preocupação de Freud com a afirmação do caráter autônomo da pulsão de destruição. Relembrou que mesmo diante de um contexto favorável à postulação do dualismo em sua teoria, quando precisava lançar mão da pulsão de morte e destruição para estabelecer o contraponto pulsional, fundando uma polaridade que sustentasse a dualidade como marca que diferenciava a psicanálise do monismo junguiano, Freud ainda assim mostrou-se prudente e hesitante por dez anos – da pulsão de morte do “Além do Princípio do Prazer (1920/2010) para a pulsão de destruição do “Mal-Estar” (1930/2015). “Por que tanta prudência, se esta afirmação era, ao mesmo tempo, a reafirmação do dualismo tão defendido por ele?”, perguntou o autor, respondendo em seguida: “Porque isso corresponderia à aceitação do mal radical” (GARCIA-ROZA, 1990, p. 147).

Assim temos que a admissão da autonomia de uma pulsão de caráter destrutivo não foi tarefa simples para Freud. Tomar a pulsão de morte como destrutividade autônoma oportunamente reforçaria a dualidade tão representativa de sua metapsicologia, mas, ao mesmo tempo, o obrigaria a situar o mal no centro do debate. Mas qual seria o problema em oferecer ao mal um lugar de destaque? Ora, não foi Freud quem trouxe uma visão de homem marcada pelo princípio da infelicidade, da violência inerente e do conflito insolúvel? Quanta dificuldade podemos supor existente em Freud que custou abandonar esta resistência ao mal. Tudo isso *causa espécie*, de modo a ainda nos perguntarmos sobre este dito abandono.

A destrutividade autônoma aproxima-se da ideia de vontade de destruição postulada por Lacan (1997) – e de modo algum assumida como a afirmação de um nihilismo ou como uma encarnação do mal como destruição absoluta ou negação absoluta. Para ele: “A pulsão, como tal, e uma vez que é então pulsão de destruição, deve estar para além do retorno ao inanimado. O que ela poderia ser? – senão uma vontade de destruição direta, se assim posso expressar-me – para ilustrar o que está em questão” (p. 259).

Com Lacan (1997) temos a vontade de destruição em sua dimensão criadora. Em suas considerações:

Se tudo o que é imanente ou implícito na cadeia dos acontecimentos naturais pode ser considerado como submetido a uma pulsão dita de morte, é somente na medida em que há a cadeia significante. Efetivamente, é exigível que, nesse ponto do pensamento de Freud, o que está em questão seja articulado como pulsão de destruição, uma vez que ela põe em causa tudo o que existe. Mas, ela é igualmente vontade de criação a partir do nada, vontade de recomeçar. (p. 259).

A dimensão criadora da vontade de destruição surge vinculada à possibilidade de se estabelecer um fim para um dado acontecimento. Tal como a pulsão arquiviolítica que por enquanto foi aqui especialmente enfatizada como pulsão arrasadora de registros da história, potência de extermínio de traços e marcas, ceifadora da possibilidade de construção psíquica, deve ter sua força de acontecimento atribuída justamente à aniquilação que promove. Importante pensar no arquivo que, para se constituir, afinal, precisa ter suas marcas apagadas como condição para a criação de novas marcas futuras.

Em suma, na economia do arquivo, algo de fato precisaria deixar de existir para que algo novo possa advir. Trata-se da máxima “deixar morrer para viver”, do sustentar a falta como dimensão a não ser tamponada. Sobram agora perguntas sobre a condição da psicanálise nesta sustentação. Freud, em sua peculiar relação com a morte, afinal, abandonou a divisão do seu discurso sobre a morte e a finitude? Tomamos Freud como grande teórico do “mal”, aquele que o iluminou em sua proeminência impreenchível, ao mesmo tempo o encontramos hesitante nesta admissão da destruição como perda e fim sem reparação, ou seja, como acontecimento que carrega a impossibilidade de substituição ou preenchimento futuro.

Para além das contradições freudianas expostas por Derrida, podemos acrescentar três exemplos que se apresentam em diferentes tempos da obra freudiana e endossam esta hipótese de divisão discursiva. Primeiramente, ela surge no artigo “Sobre a transitoriedade” (FREUD, 1916/1996), apresentado como uma espécie de introdução às ideias doravante expostas no artigo “Luto e melancolia” (FREUD, 1917/1996), publicado no ano seguinte. Sua reflexão tematiza a complexa relação humana com a morte e a finitude em sua tendência a despojar a realidade de valor na medida em que considera a morte como fato que acomete a vida. Merece destaque nesta discussão os efeitos de desalento e rebelião decorrentes do contato com a morte enquanto realidade, a destruição e perda de ideias arrasados por uma experiência bélica de grande magnitude ao lado de um desfecho que surpreendentemente sugere o reestabelecimento e a recuperação de uma realidade brutalmente destroçada. Será a partir deste momento carregado de pessimismo, imbuído de tantas desgraças e estragos, que Freud (1916/1996) assim dirá:

O luto, como sabemos, por mais doloroso que possa ser, chega a um fim espontâneo (...) quando o luto tiver terminado, verificar-se-á que o alto conceito em que tínhamos as riquezas da civilização nada perdeu com a descoberta de sua fragilidade. Reconstruiremos tudo o que a guerra destruiu, e talvez em terreno mais firme e de forma mais duradoura do que antes. (p. 319).

Como podemos pensar este caminho proposto no final do artigo? Estaria Freud ocupado em frisar o caráter inescapável da dinâmica pulsional oscilante entre vida e morte na cultura, ou haveria aqui uma enunciação que depositaria no trabalho de luto uma promessa de solução dada à morte?

Interessante adotar estas perguntas como ponto de partida para pensar o trabalho “Por que a guerra?” (FREUD, 1933/1996), o segundo artigo que fundamentará a hipótese da divisão freudiana. Torna-se interessante notar que ainda que localizemos em Freud (1933/1996) a sustentação da crueldade como manifestação humana proeminente na cultura, a civilização como território frágil e produtor de contradições insolúveis e a guerra como “a mais óbvia oposição à atitude psíquica que nos foi incutida pelo processo de civilização” (p. 207) diante da qual só caberiam combates indiretos, encontramos um desfecho que, tal como no artigo “Sobre a transitoriedade” (1916/1996), sugere a possibilidade de solução ao problema:

E quanto tempo teremos que esperar até que o restante da humanidade também se torne pacifista? Não há como dizê-lo. Mas pode não ser utópico esperar que esses dois fatores, a atitude cultural e o justificado medo das consequências de uma guerra futura, venham a resultar dentro de um tempo previsível, em que se ponha um término à ameaça de guerra (...). (FREUD, 1933, p. 208).

Tal desfecho proposto por Freud (1933/1996) surpreende, na medida em que revela a contradição de admitir a não utopia de resolução para o que foi tantas vezes tomado como utópico. Podemos dizer que se torna ainda mais surpreendente pelo momento em que foi mencionado, ou seja, não mais em 1916, e sim em 1933, após a discussão consolidada em “O Mal-estar na cultura” (1930/2015), que alçou a questão do conflito e da destrutividade humana a uma intensidade incompatível a qualquer sustentação utópica.

Neste sentido, podemos dizer que, sobretudo os desfechos encontrados em “A transitoriedade” (1916/1996) e “Por que a guerra?” (1933/1996), demonstram a força de permanência da divisão no discurso freudiano que tanto se manteve depois de “A interpretação dos Sonhos” (1900/1996), obra decisiva para a mudança do paradigma metafísico e positivista, quanto posteriormente ao estabelecimento da segunda teoria das pulsões e da pulsão de morte enquanto noção que veio radicalizar a concepção de destruição e morte na psicanálise.

Observa-se Freud embrenhado no problema da guerra, sustentando, concomitantemente, o argumento da impossibilidade de sua solução e o apontamento de caminhos que quiçá culminariam em sua evitação. Ao longo das obras, localizamos trechos diversos ilustrativos desta ambiguidade nos quais na mesma medida em que afirmou taxativamente a paz e estabilidade da vida em comunidade como ilusórias, sugeriu caminhos,

ainda que indiretos, de combate à destruição. Nas palavras de Freud: “Talvez só etapas posteriores do desenvolvimento sejam capazes de efetuar alguma mudança nesse lamentável estado de coisas” (1915/1996, p. 297), “A guerra não pode ser abolida enquanto as condições de existência entre as nações continuarem tão diferentes e sua repulsa mútua tão violenta” (1915/1996, p. 309), “As guerras somente serão evitadas com certeza, se a humanidade se unir para estabelecer uma autoridade central (...)” (1933/1996, p. 201).

A posição ambígua de Freud sugere a impossibilidade de eliminar o ódio e a morte, mas não deixa de apontar que depois da guerra “reconstruiremos tudo, não perderemos nada” (1916/1996, p. 319), que “pode não ser utópico esperar um término à ameaça de guerra” (1933/1996, p. 208), e convida-nos a pensar: como pode Freud sustentar o pressuposto da indissolubilidade conflitiva na cultura, a premissa da violência como meio intransponível para o trato das relações em comunidade, a concepção do desejo de destruição como algo constitucional, logo, incontornável na vida humana e, ao final, apostar em um término desse mal-estar?

O terceiro e último exemplo da divisão freudiana foi pensado por Garcia-Roza (1990). O autor, depois de nomear *O mal-estar na cultura* (1930) como o verdadeiro *Além do princípio do prazer* (1920), onde supostamente se desfez uma hesitação quanto à autonomia da pulsão de destruição, enfatizou que mesmo depois de ter afirmado, no texto de 1930, a autonomia da destrutividade, Freud fez uma espécie de recuo à posição anterior, voltando a afirmar, nas novas conferências introdutórias (1933/1996), o antigo dualismo entre pulsões sexuais e pulsões de auto conservação. Além disso, complementou que mesmo quando reapresentou o novo dualismo pulsão de vida *versus* pulsão de morte, fez questão de enfatizar que ele descansava sobre considerações biológicas.

Mediante este quadro de ambiguidades, uma vez adotado este ponto de vista, podemos compreender melhor um dos vieses pelo qual o *Mal de Arquivo* (DERRIDA, 2001a) inflete neste diálogo com a teoria freudiana. Com a arquiviolítica, urge pensar sobre a necessidade de sustentação de um horizonte de finitudes e perdas irreversíveis para que novos cenários possam então se construir dentro e fora da instituição psicanálise. Nesta discussão sobre a contraditória relação da psicanálise com as dimensões da morte, da finitude e da destruição, temos agora admitida a divisão freudiana anteriormente pensada como ponto de inflexão.

Eis uma possível contribuição oferecida pelo *Mal de Arquivo* (2001a) à psicanálise. Terminada esta discussão, conclui-se que com a criação da pulsão arquiviolítica, Derrida foi além das hesitações freudianas, instalando um território não ambíguo e apresentando uma noção

de pulsão de destruição em sua máxima potência. A pulsão arquiviolítica surge na obra de certo modo equiparada à pulsão de morte freudiana, mas, dada esta discussão, podemos agora dizer que ela a ultrapassa na medida em que surge livre de “poréns”, como força maior para confeccionar caminhos que não comportariam entraves ou resistências à altura de suas irrevogáveis ações.

Certamente a pulsão arquiviolítica encontra entraves, e um campo conflitivo a espera. No entanto, vimos que esta pulsão, quando atua, se presentifica com tamanho poder de nos lançar para perguntas que até então não tínhamos cogitado e nem aventaríamos caso esta força radical de imposição de um fim não tivesse agido. Interessante notá-la não como fato consumado, mas como promessa que em seu caráter de possibilidade convida a psicanálise a tirar véus e vislumbrar um horizonte que talvez nunca tenha podido avistar. Estabelecida a arquiviolítica como horizonte, imaginamos agora uma potência para a admissão da perda e da morte até então não exercida.

Na citação a seguir temos as últimas palavras de Derrida no *Mal de Arquivo* (2001a). Com elas, ele mira para a cinzas e para o que nada resta, abrindo um caminho de perguntas que terão como destino o não alcance de respostas, logo, não coincidentemente, a formulação de novas indagações:

Perguntar-nos-emos sempre o que foi possível, neste mal de arquivo, queimar. Perguntar-nos-emos sempre, para partilhar com compaixão este mal de arquivo, o que queimou de suas paixões secretas, de sua correspondência, de sua “vida”. Queimar sem ele, sem resto e sem saber. Sem resposta possível, espectral ou não, alguém ou além de uma repressão, na outra borda do recalque, o originário ou o secundário, sem um nome, sem o menor sintoma e nem mesmo uma cinza. (DERRIDA, 2001a, p. 129).

Estas serão minhas últimas palavras nesta pesquisa. Com elas, apresento uma dissertação terminada e que não encerrada está. Serão estas as últimas palavras dedicadas à construção de uma investigação que, tomada como arquivo, jamais poderia se configurar diferente de uma construção inacabada, marcada pelas faltas, mas que fará da finitude um limite e a condição de possibilidade para novos escritos, pesquisas vindouras, elaborações futuras.

REFERÊNCIAS

ASSMAN, A. *Espaços da Recordação: Formas e transformações da Memória Cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BARTHES, R. Lettre à Jean Ristat. In: MARTY, É. (Ed.). *Euvres complètes – Poétique*. Paris: Seuil, 2002. t. 4, n. 47, p.125.

BARTHES, R. *O império dos signos*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. in: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. revista. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; Márcio Seligmann-Silva (revisão técnica). São Paulo: Brasiliense, 2012.

BEZERRA Jr., B. *Projeto para uma psicologia científica: Freud e as neurociências*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BIRMAN, J. Arquivo e Mal de arquivo: Uma leitura de Derrida sobre Freud. *Revista Natureza Humana*, v. 10, n. 1, p. 105-128, jan.-jun. 2008.

BORGES, J. L. Funes, O memorioso. Tradução de Marco Antonio Franciotti. In: BORGES, J. L. *Prosa Completa*. Vol. 1. Barcelona: Ed. Bruguera, 1979. p. 477-484.

CHNAIDERMAN, M. Esfarelando tempos não ensimesmados. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 6, n. 2, p. 235-250, jul-dez. 2003.

CORACINI, M. J. R. F. A Memória em Derrida: uma questão de arquivo e de sobre-vida. *Caderno de estudos culturais*, Campo Grande-MS, v. 2, n. 4, p. 125-136, jul./dez. 2010.

COSTA, A. *Corpo e Escrita*. Relações entre Memória e Transmissão da experiência. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

COSTA, R. (Org.). *Limiares do Contemporâneo: entrevista*. São Paulo: Escuta, 2003.

CULLER, J. *Sobre a Desconstrução*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

DARDEAU, D. Jacques Derrida: da linguagem à escritura, da escritura como transbordamento. *Ensaio Filosóficos*. v. 3, p. 54-62, abril. 2011.

DERRIDA, J. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

DERRIDA, J. Freud e a cena da escritura. In: _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005. (Originalmente publicado em 1967).

DERRIDA, J. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Chnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973. (Originalmente publicado em 1967).

DERRIDA, J. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

DERRIDA, J. *A farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras. 1997.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo*. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001a.

DERRIDA, J. *Estados-da-alma da psicanálise*. O impossível para além da soberana crueldade. São Paulo: Escuta, 2001b.

DERRIDA, J. O que é a desconstrução? *Le Monde*, suplemento especial, out. 2004a.

DERRIDA, J. *Papel Máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004b.

DERRIDA, J.; ROUDINESCO, E. *De que amanhã...diálogo*. São Paulo: Zahar, 2004.

DUQUE-ESTRADA, P. C. Jamais se renuncia ao Arquivo – Notas sobre o “Mal de Arquivo” de Jacques Derrida. *Revista Natureza Humana*, v. 12, n. 2, p. 1-16, 2010.

ENDO, P. *A violência no coração da cidade*: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

ENDO, P. Partilha, testemunho e formas contemporâneas do excessivo. *Ide*, v. 31, n. 47, p. 70-74, dez. 2008.

ENDO, P. Pensamento como margem, lacuna e falta: memória, trauma, luto e esquecimento. *Revista USP*, n. 98, p. 41-50, jun./jul./ago. 2013.

ENDO, P. Freud, o inconsciente, a des-memória, a in-memória e os paradoxos do esquecimento, do sonho e do Real de Auschwitz. *Percursos: revista de psicanálise*, ano XXX, n. 60, p. 77-88, jun. 2018.

FÉDIDA, P. *O sítio do estrangeiro*. A situação psicanalítica. São Paulo: Escuta, 1996.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria. In: _____. *Estudos sobre a histeria* (1893-1895). Vol. 2. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: _____. *Publicações pré-psicanalíticas e Esboços inéditos* (1886-1889). Vol. 1. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Carta 52 (1896). In: _____. *Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos* (1886-1889). Vol. I. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Delírios e sonhos na *Gradiva* de Jensen (1907[1906]). In: _____. *Gradiva de Jensen e outros trabalhos* (1906-1908). Vol. 9. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Reflexões sobre o tempo de guerra e morte (1915). In: _____. *História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916).

Vol. 14. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Sobre a transitoriedade (1916). In: _____. *História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos* (1914-1916). Vol. 14. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Luto e melancolia (1917[1915]). In: _____. *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (1914-1916). Obras Completas. Vol. 12. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918). Vol. 17. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. O inquietante (1919). In: _____. *História de uma neurose infantil [“O homem dos Lobos”], Além do Princípio do Prazer e outros textos* (1917-1920). Obras completas. Vol. 14. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In: _____. *História de uma neurose infantil [“O homem dos Lobos”], Além do Princípio do Prazer e outros textos* (1917-1920). Obras completas. Vol. 14. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. A Nota sobre o “Bloco Mágico” (1925). In: _____. *O Eu e o Id, “Autobiografia” e outros textos* (1923-1925). Obras Completas. Vol. 16. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. O Mal-Estar na Cultura (1930). São Paulo: L&PM, 2015.

FREUD, S. Por que a guerra? (1933). In: _____. *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise e outros trabalhos* (1932-1936). Vol. 22. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. Construções em análise (1937). In: _____. *Moisés e o monoteísmo, Esboço de Psicanálise e outros trabalhos* (1937-1939). Vol. 23. Ed. Standard Brasileira das Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUKS, B. B. Comentário sobre a tradução de Paulo César de Souza das obras completas de Sigmund Freud. *Rev. Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v.14, n. 3, p. 556-570, set. 2011.

GARCIA-ROZA, L. A. *O Mal Radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

GRENHA, T. *Herança e escritura em cena: um estudo sobre Freud em Derrida*. Rio de Janeiro, 2005.

GUELLER, A. S. *Vestígios do tempo. Paradoxos da atemporalidade no pensamento freudiano*. São Paulo: Arte e Ciência, 2005.

GUIMARÃES, R. Desmemórias, arquivos e construção do esquecimento. *IPOTESI Revista de estudos literários*, v. 11, n. 2, p. 179-187, 2007.

HADDOCK-LOBO, R. *Derrida e o labirinto das inscrições*. Porto Alegre: Zouk, 2008.

JUNIOR, N. S. Modelos de subjetividade em Fernando Pessoa e Freud: da catarse à abertura de um passado imprevisível. In: PEREIRA, M. E. C. (Org.). *Leitura da Psicanálise. Estéticas da Exclusão*. Campinas: Mercado de Letras; Associação Brasileira de Leitura, 1998. p. 119-146.

KEHL, M. R. O sexo, a morte, a mãe e o mal. In: NESTROVSKI, A; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 137-148.

KLINGER, D. Paixão do arquivo. *Revista Matraca*, v. 14, n. 21, p. 170-175, jul.-dez. 2007.

LACAN, J. *O Seminário. Livro 7. A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LYOTARD, J.-F. *Le différend*. Paris: Éd. de Minuit, 1983.

MATOS, O. TVCult investiga Jacques Derrida. 2004. (11m19s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JstTXJMbb-0>. Acesso em: 08 jul. 2018.

MENESES, R. D. B. A Desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. *Univ. philos.*[online], v. 30, n. 60, p. 177-204, 2013.

MONZANI, L. R. *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MONZANI, L. R. O que é filosofia da psicanálise? *Rev. Filosóficos*, v. 13, n. 2, p. 11-19, jul.-dez. 2008.

MORAES, E. R. A memória da Fera. In: NESTROVSKI, A; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). *Catástrofe e representação: ensaios*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 149-156.

MOREY, M. *Foucault e Derrida – Pensamento francês contemporâneo*. Tradução de Filipa Venosa. São Paulo: Salvat. 2017.

NASCIMENTO, E. *Jacques Derrida: Pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

NICHANIAN, M. *La perversion historiographique: une réflexion arménienne*. Paris: Lignes, 2006.

NICHANIAN, M. A morte da testemunha. In: SELIGMANN-SILVA, M.; GINZBURG, J.; HARDMAN, F. F. (Orgs.). *Escritas da Violência*. Vol. 1: O testemunho. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 13-49.

PEDROSO JUNIOR, N. C. Jacques Derrida e a Desconstrução: uma introdução. *Rev. Encontros de Vista*, n. 5, p. 9-20, jan.-jun. 2010.

PERRONE-MOISÉS, L. *Inútil Poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PERRONE-MOISÉS, L. Aquele que desprende a ponta da cadeia. In: NASCIMENTO, E. (Org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 95-102.

RAJAGOLAPAN, K. Jacques Derrida e a corda bamba com o caminho da ética. In: NASCIMENTO, E. (Org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005. p. 119-124.

TURQUIA tenta vetar debate sobre o massacre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 set. 2005. Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16574&anchor=5248420&origem=busca&pd=d062b6adcdc5e527dc07b357774a847f>. Acesso em 12 set. 2018.

RIBOT, T. *Lês maladies de la mémoire*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1919.

RODRIGUES, C. Jacques Derrida: pensar a desconstrução. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. n. 9, p. 330-335, 2006.

RODRIGUES, C. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Revista Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 10, p. 140-164, 2012.

RUAS, C. O sentido ético do esquecimento na psicologia dos sonhos. *Percursos: revista de psicanálise*, ano XIX, n. 38, p. 234-238, jun. 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. A era do trauma. *Revista Cult*. n. 205, p. 46-51, set. 2015.

SELIGMANN-SILVA, M. A cultura ou a sublime Guerra entre Amor e Morte. In: FREUD, S. *O Mal-Estar na Cultura*. São Paulo: L&PM, 2015. p. 21-38.

SILVA JUNIOR, N. A ficcionalidade da psicanálise. Hipótese a partir do inquietante em Fernando Pessoa. In: BARTUCCI, G. (Org.). *Psicanálise, Literatura e Estéticas da Subjetivação*. Rio de Janeiro-RJ: Imago, 2001. p. 119-146.

SOLIS, D. E. N. Tela desconstrucionista: arquivo e mal de arquivo a partir de Jacques Derrida. *Rev. Filos. Aurora*, Curitiba, v. 26, n. 38, p. 373-389, jan.-jun. 2014.

SLAVUTSKY, A. O dever da memória. *Psicanalistas pela Democracia*, São Paulo, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://psicanalisedemocracia.com.br/2019/03/2541/> Acesso em: 25 ago. 2019.

STRACHEY, J. Nota do editor inglês (1919). In: FREUD, S. O estranho (1919). In: FREUD, S. *Uma neurose infantil e outros trabalhos* (1917-1918). Vol. 17. p. 235. Ed. Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

TORRES FREIRE, V. O intelectual da discordância. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 dez. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/12/03/mais!/4.html>. Acesso em: 08 jul. 2018.

VASCONCELOS, J. A. O que é a Desconstrução? *Revista de Filosofia*, Curitiba, v. 15, n. 17, p.73-78, jul./dez. 2003.

VERÍSSIMO, T. C. O racismo nosso de cada dia e a incidência da recusa no laço social. *Percurso: revista de psicanálise*, ano XXVIII, n. 54, p. 43-52, jun. 2015.

WAISBERG, M. T. *O esquecimento dos sonhos e as ilusões da consciência* – Freud e o último caráter da hermenêutica. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

YERUSHALMI, Y.H. *O Moisés de Freud – Judaísmo Terminável e Interminável*. Rio de Janeiro: Imago. 1992.